

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**CLESIRLENE DE OLIVEIRA GOMES DA SILVA**

**CICLOS DE VIDA E INTEGRAÇÃO DE MULHERES JOVENS  
EM SITUAÇÃO DE RISCO EM ACARI**

**NITERÓI  
2005**

**CLESIRLENE DE OLIVEIRA GOMES DA SILVA**

**CICLOS DE VIDA E INTEGRAÇÃO DE MULHERES JOVENS  
EM SITUAÇÃO DE RISCO EM ACARI**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Sistema de Proteção Social, regimes, história e sujeitos sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. ANDRÉ AUGUSTO BRANDÃO

**NITERÓI**

**2005**

Silva, Clesirlene de Oliveira Gomes.

Ciclos de Vida e Integração de Mulheres Jovens em Situação de Risco em Acari / Clesirlene de Oliveira. – Rio de Janeiro: PROPP da UFF, 2005.

141 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Cursos de Pós-Graduação em Política Social, Niterói, BR – RJ, 2005. Orientador: Brandão, André Augusto.

Bibliografia: f. 132-136.

1. Retratos de um cenário em movimento. 2. Mulheres jovens sob proteção social vulnerável. 3. Violência, crime, juventude e pobreza. 4. Gênero, raça e desigualdades. 5. Dominação masculina, violência simbólica e estratégias de mobilidade social feminina. 6. Trajetória, ciclos de vida e mobilidade das namoradas dos traficantes. I. Brandão, André Augusto. II. Título

CLESIRLENE DE OLIVEIRA GOMES DA SILVA

**CICLOS DE VIDA E INTEGRAÇÃO DE MULHERES  
JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM ACARI**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Sistema de Proteção Social, regimes, história e sujeitos sociais.

Aprovada em 30 de agosto de 2005.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. ANDRÉ AUGUSTO BRANDÃO – Orientador  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> GISÉLIA FRANCO POTENGY  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> EDELWEISS FALCÃO DE OLIVEIRA  
Universidade Federal de Pernambuco

**Niterói**

**2005**

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres que, em tempos atuais, estariam vivenciando as contradições da relação entre as expectativas de conquistas no plano dos direitos da cidadania e o agravamento das precariedades no plano das condições materiais de vida, resultantes de fenômenos como o aumento do desemprego ou da violência. A todos que estão inseridos numa estrutura sócio-econômica mais ampla que contribui para a legitimidade de ações estratégicas diferentes daquelas consideradas “normais” pelo segmento dominante da sociedade, mas que igualmente se configuram enquanto formas de desvio de situações de marginalização. Por fim, às entrevistadas na pesquisa por sua valiosa e imprescindível colaboração para tornar esta dissertação uma realidade.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Manoel e Jô, pelo grande incentivo e apoio em todos os momentos de minha vida acadêmica e pessoal. Por acreditarem que a educação ainda é uma importante ferramenta para a construção de um mundo melhor; sacrificaram vários momentos em suas vidas para que eu pudesse ter acesso às estruturas públicas disponíveis, se não capazes de superar, ao menos minimizar, vulnerabilidades próprias de determinados territórios e estratos sociais.

Ao meu filho, Wilson, que desde muito cedo precisou aprender a ser independente, a experimentar uma relação familiar e, sobretudo, maternal, diferenciada do modelo tradicional.

Ao meu companheiro, Adriano, por sua cumplicidade nos momentos difíceis relativos às atividades de trabalho de campo de minha pesquisa e de incertezas sobre os conteúdos que estavam sendo construídos.

Ao professor e inestimável amigo Pedro Castro, por sua solicitude e permanente incentivo incondicional à vida acadêmica e ao debate acerca das relações sociais.

Ao meu orientador, André Augusto Brandão, pela confiança e estímulo em momentos de desânimo e exaustão advindos da proximidade com o universo da pesquisa.

À professora Rita de Cássia Santos Freitas, por suas orientações ao longo do curso, em especial, sobre o tema *Gênero e Identidade Feminina*, e por suas contribuições relevantes fornecidas no Exame de Qualificação.

À Universidade Federal Fluminense e em particular a Escola de Serviço Social que através de seu Programa de Pós-Graduação possibilitou minha inserção num processo coletivo de reflexão e produção intelectual.

A CAPES, pelo fomento à ciência e a concessão de bolsa de mestrado, através da Universidade Federal Fluminense.

A todas as mulheres que de forma direta ou indireta contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado. Seja, através de testemunhos, incentivos ou relações pessoais de amizade, e àquelas por quem tenho grande respeito e admiração científica.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>RETRATOS DE UM CENÁRIO EM MOVIMENTO</b> .....	<b>12</b>
1.1. FLASHES GERAIS .....	15
1.2. ACARI.....	21
1.3. ESTUDOS ANTERIORES E SUAS TEMÁTICAS.....	25
1.4. AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FAVELA.....	27
1.5. RELIGIOSIDADE E NARCOTRÁFICO .....	399
1.6. MUDANÇAS RELEVANTES.....	45
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>MULHERES JOVENS SOB PROTEÇÃO SOCIAL VULNERÁVEL</b> .....	<b>49</b>
2.1. MODELOS ANALÍTICOS.....	49
2.2. MODELOS ANTERIORES E NOÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	59
2.3. MUDANÇAS E PERSPECTIVAS DA PROTEÇÃO SOCIAL .....	62
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>VIOLÊNCIA, CRIME, JUVENTUDE E POBREZA</b> .....	<b>72</b>
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>GÊNERO, RAÇA E DESIGUALDADES</b> .....	<b>91</b>
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>DOMINAÇÃO MASCULINA, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE SOCIAL FEMININA</b> .....	<b>99</b>
<b>CAPÍTULO 6</b>	
<b>TRAJETÓRIA, CICLOS DE VIDA E MOBILIDADE DAS NAMORADAS DOS TRAFICANTES</b> .....	<b>113</b>
6.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	113
6.2 RESULTADOS DA PESQUISA .....	114
6.3 DESCOBERTAS RELEVANTES .....	121
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>135</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>141</b>

## RESUMO

O objeto desta dissertação é a relação entre a trajetória de vida das mulheres ligadas afetivamente a traficantes de drogas na Favela de Acari, cidade do Rio de Janeiro e vários ângulos do pano de fundo dessa trajetória. Este objeto se insere na temática que, por sua vez, expressa os nexos entre a vida das pessoas e dos grupos mais próximos do sistema do narcotráfico e as relações com vários outros sistemas ou subsistemas a que se referem o contexto específico da favela e os contextos mais amplos de que esse faz parte. Teoricamente tais temas e objetos estão aqui analisados à luz de vasta literatura nacional e estrangeira, anterior e atual. O estudo está centrado principalmente ao redor dos conceitos de favela, mulheres, religiosidade, juventude, violência, crime, pobreza, gênero, raça, desigualdades, dominação masculina, mobilidade social individual ascendente, políticas públicas ou sociais e sistemas de proteção social. Metodologicamente o estudo baseia-se em considerações teóricas e empíricas já existentes sobre tais temas e objetos e nos resultados da pesquisa direta realizada com 10 (dez) mulheres da favela de Acari, em alguma medida familiarizadas com o sistema do narcotráfico, junto às quais foram testadas as idéias básicas da hipótese central do trabalho. Por outro lado, iniciou-se numa perspectiva mais sociológica de corte situacional e de enfoque mais quantitativo, foi se reorientando tanto para uma perspectiva mais histórica antropológica, quanto para uma abordagem de caráter mais qualitativo. Tal desenvolvimento no plano da pesquisa empírica resultou na redefinição da hipótese central do trabalho que, em última instância, teve comprovação relativa, no tocante aos indicadores de mobilidade, notadamente objetivos. Ao mesmo tempo, o trabalho de campo também revelou novidades que sugerem novas formulações em torno do objeto central deste estudo, com vistas a futuros projetos de investigação. Estou convencida de que tanto a articulação entre o teórico e empírico, quanto os resultados da pesquisa direta deste estudo representa algum grau de acréscimo ao acúmulo de conhecimento em torno dos temas e objetos e também do contexto particular, antes discriminado. Sobretudo porque sistematiza orientadamente o razoável acervo de descobertas e teorias ou teorizações existentes sobre eles e confirma parcialmente algumas idéias contidas na hipótese inicialmente formuladas e reformuladas ao longo de seu desenvolvimento. Além disso, descortina novas dimensões e especificações passíveis de equacionamento de novas problemáticas e hipóteses de estudo sobre eles, porventura investigáveis futuramente.

**Palavras-chave:** Mulheres – Mobilidade Social – Favela – Narcotráfico –  
Proteção Social.

## ABSTRACT

The object of this dissertation is the relationship among the path of the women emotionally linked to drug dealers in the Slums of Acari, city of Rio de Janeiro and several angles of the cloth-of-bottom of that path. This object interferes in the theme that, for his/her time, expressed the connections among the people's lives and of the closest groups of the system of the narcotics traffic and the relationships with several other systems or subsystems the one that refers to the specific context of the slums and the widest contexts than this is part. Theoretically such theme and object are here analyzed in the light of vast national and foreign, previous and current literature. The study is centered on mainly of the slums concepts, women, religion, youth, violence, crime, poverty, gender, race, inequalities, masculine dominance, individual mobility social ascendancy, public or social politics and systems of social protection. Methododically the study bases on theoretical and empiric considerations already existent on such themes and object and in the results of the direct research accomplished with 10 (ten) women of the slums of Acari, in some measure familiarized with the system of the drug dealing , close to which the basic ideas of the central hypothesis of the work were tested. On the other hand, he/she began in a more sociological perspective of cut situational and of more quantitative focus it went if reorienting so much for an anthropological more historical perspective, as for an approach of more qualitative character. Such development in the plan of the empiric research resulted in the redefinition of the central hypothesis of the work that, ultimately, he/she had relative proof, concerning the mobility indicators, especially lenses. At the same time, the field work also revealed innovations that suggest new formulations around the central object of this study, with aims at future investigation projects. I am convinced that so much of the articulation among the theoretical and empiric, as the results of the direct research of this study represent some added value to the knowledge accumulation around the themes and object and also of the private context aforementioned. Above all because it systematizes on the basis of the reasonable collection of discoveries and theories or existent theories on them and it confirms some ideas partially contained in the hypothesis initially formulated and reformulated along his/her development. Besides, it pulls the curtains of new dimensions and specifications susceptible to the answer to new problems and study hypotheses on them, by chance you investigated hereafter.

**Keywords:** Women – Social Mobility – Slums - Narcotics Traffic – Social Protection.

## INTRODUÇÃO

Uma observação mais refinada sobre os problemas vividos por pessoas e grupos como as mulheres jovens das favelas, em sua relação com os apelos e motivações dos distintos aparatos institucionais legais ou não legais, formais ou não formais, revela que a configuração dos ambientes urbanos e suburbanos de aglomerados especiais em outros países, nos países do primeiro mundo, já apresentava fenômenos e processos especiais, que despertaram a atenção dos estudiosos do campo das ciências humanas. Contudo ali, no âmbito dos contextos, desde os primeiros analisados, é possível alinhar uma vasta série, entre os quais dos “*villages*”, dos “*quarteirões nobres*”, dos “*subúrbios vermelhos*” e dos “*ghetos*” aos “*pontos de encontro*”, com características bastante distintas entre si. Mas, certamente todos eles mais diferentes ainda dos contextos do tipo “*tugúrios*”, “*poblaciones marginales*” e/ou “*callampas*”, “*mucambos*”, “*invasões*” ou “*favelas*”. Estes últimos assim denominados notadamente na região sudeste do Brasil. Também no âmbito dos fenômenos mais relevantes, do ponto de vista de sua incidência, intensidade ou repercussão já se viu que nesses últimos o comércio de drogas e a violência vêm adquirindo foros de supremacia notadamente nos últimos tempos.

Nesse sentido é que, ainda que a problemática que envolve temas como ciclos de vida, trajetórias de vida e mobilidades dos distintos tipos estejam, como naqueles, também presentes, nestes tipos de contextos assumem configurações particulares. Daí mesmo a especificação da problemática do tema relativo aos ciclos, à trajetória e às diferentes mobilidades já carecer de uma espécie de “redução multidisciplinar” que incorpore ao quadro analítico tais particularidades.

No âmbito das reflexões voltadas para o entendimento desses contextos e a busca de reorientações de caminhos, com vistas à proposição de medidas a serem adotadas ou incorporadas por tendências das políticas públicas ou sociais, no caso das favelas, como a de Acari, não seriam desprezíveis também as exigências de um tratamento particularista. Seja em relação aos parâmetros dessas políticas no país, seja no tocante também às especificidades do conjunto das relações socioeconômicas na favela.

Em resumo, a realidade do narcotráfico e da violência da ordem ou da contra-ordem, aí imperantes, apimentada com sutilezas em relação a diversas dimensões, entre as quais se podem citar, a das relações de gênero e/ou de raça, adquire um status de singular objeto de estudo científico com todas as conotações de regularidades. Trata-se de manifestações típicas dos processos e fenômenos socioeconômicos capazes de serem formalizados e serem também considerados “normais”, no sentido que Émile Durkheim deu a este termo, já faz tempo.

Nessa confluência das particularidades contextuais e de conteúdo do significado dos conceitos e variáveis representativos dos processos e situações é que se centra a temática aqui escolhida. Tais especificidades podem ser consideradas balizadoras da formulação de uma proposição geral inicial. A saber, que, na favela de Acari, mulheres jovens, em sua maioria de cor branca, com vínculo afetivo com jovens masculinos integrados ao sistema do narcotráfico, têm uma trajetória de vida que se caracteriza por mobilidade social individual ascendente atípica. Em contraposição, estariam as mulheres jovens de sua mesma geração, em sua maioria de cor não branca e não vinculadas afetivamente a jovens masculinos integrados ao sistema do narcotráfico, que experimentam trajetórias de imobilidade social individual ou de mobilidade econômica individual ascendente distinta daquela.

A motivação original da concepção da problemática do tema objeto deste trabalho foi de natureza eminentemente empírica, porque decorrente de minhas primeiras informações ou observações assistemáticas, como moradora nas cercanias da favela, ao tempo em que graduada em ciências sociais. Posteriormente, algumas leituras foram amadurecendo a configuração do quadro ora delineado, já aí com respaldo em teorizações sobre vários de seus ângulos, aspectos ou dimensões, adiante expostas. Por outro lado, o bairro de Acari foi escolhido também em razão de uma já há algum tempo identificada insuficiência e/ou de inadequado oferecimento de serviços de infra-estrutura urbana e de ações públicas capazes de contribuir para conter o crescimento da violência e promover o desenvolvimento local. No ano de 1991, o bairro de Acari ocupou o último lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no município do Rio de Janeiro. Ou, dito de outra forma, identificou-se que a diferença sócio-econômica e cultural vivenciada pelos moradores deste bairro em relação aos moradores do bairro da Lagoa, por exemplo, é de nada menos que 90 anos. Passados nove anos, ou seja, no ano de 2000, as políticas públicas dispensadas à melhoria da qualidade de vida em Acari

(ou em alguns casos, a falta destas) possibilitaram que o bairro passasse a ocupar o antepenúltimo lugar no IDH no município do Rio de Janeiro. De fato é difícil mensurar o que significou esta mudança tão sutil de posição. Ainda no ano 2000, segundo o Armazém de Dados – fonte oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro – de um total de 6.735 chefes de família entrevistados, 19% tinham rendimentos mensais de  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo a 1 salário; 18,29% de 1  $\frac{1}{2}$  a 2 salários; 17,19% recebiam acima de 2 e menos que 5 salários; totalizando na faixa de  $\frac{3}{4}$  a 4 salários 54,48%, ao passo que apenas 0,82% tinham rendimentos mensais acima de 10 salários mínimos. A renda per capita era de R\$ 174,12 (cento e setenta e quatro reais e doze centavos). Esses dados confirmam a persistência de problemas que emergem de uma política de macro-estrutura econômica que não contempla a necessidade de emprego no país por não se considerar este em sua totalidade, não apenas em sua representação econômica, mas também no que diz respeito às possibilidades de aquisição de capital cultural e social (não necessariamente nesta ordem). Em contextos como o de favelas essas deficiências de políticas públicas ganham materialidade também através do aumento do consumo e tráfico de drogas, da naturalização da violência e das injustiças de toda a sorte a que a população local está exposta em seu cotidiano.

Por fim, o objetivo deste trabalho, em sua concepção inicial, era, de forma mais geral, contribuir para a compreensão dos ciclos de vida e de integração e outras relações em grupo especial de natureza urbana e formular idéias relacionadas com possíveis medidas de políticas públicas preventivas. De forma mais específica tratava-se de tentar descrever e explicar as trajetórias de vida e a mobilidade social individual ascendente, descendente ou estagnada, de mulheres brancas e não brancas vinculadas afetivamente ou não a jovens integrados ao sistema do narcotráfico na favela de Acari, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. E, ao mesmo tempo, tentar conceber propostas de encaminhamento de sugestões relacionadas a políticas públicas ou sociais de caráter preventivo que oferecessem trajetórias de vida alternativas.

Posteriormente, na medida em que me familiarizava com novas leituras e através delas com outras abordagens teóricas, ao menos tangenciadoras, da problemática inicialmente concebida, fui reorientando os objetivos, o arcabouço analítico e as próprias dimensões e variáveis a serem examinadas sobre o objeto deste meu estudo, como será visto ao longo deste texto.

## CAPÍTULO 1

### RETRATOS DE UM CENÁRIO EM MOVIMENTO

Este capítulo tem por objetivo oferecer ao leitor uma aproximação com o cenário sócio-econômico e cultural existente na favela de Acari. Dada a natureza da motivação original da pesquisa, conforme mencionado anteriormente, considera-se relevante o exame das proposições de Amorim (2001), entre outra que se seguirão. Segundo este autor, o conhecimento do outro seria construído e desconstruído na prática do diálogo, bem como, a percepção de si mesmo é modificada no durante e no depois do diálogo. O encontro entre atores sociais que ocupam lugares diferentes seria então o espaço onde as relações se estabelecem e o ponto de partida para a investigação seria a própria diferença. As indagações sobre o que não se conhece. O *estranhamento* tornara-se uma forma de aproximação com uma realidade a qual, em vários momentos, o pesquisador imagina-se estar circunscrito apenas de forma espacial.

Essas minhas novas inflexões, deram-me conta de que em vários momentos também me tornara uma estrangeira onde havia morado desde que nasci. E só através do uso de uma categoria simbólica criada culturalmente pela comunidade é que alguns laços com o senso comum começaram a se desfazer. Percebi que algumas manifestações e relações sócio-culturais já haviam sido naturalizadas por mim.

Ainda sob a ótica das relações sócio-econômicas e considerando a idéia de pertencimento, enquanto elemento de grande relevância para construção da identidade e da cultura é de fundamental importância a contribuição de Todorov (1996). O autor estuda a interação das diversas culturas através da discussão da relação existente entre o “nós” e os “outros”.

Pensar o “nós” e os “outros” em nossa sociedade e sob o corte a que se propõe meu estudo, significa ter que estar atento às dificuldades de superação de antigos padrões culturais; tanto o preconceito racial quanto o social, que continuam presentes em nossa sociedade (“suburbanos”, “favelados”, “playboy”, “funkeiro” “patricinhas /mauricinhos” etc.).

Essas diferenças manifestam-se, sobretudo onde as possibilidades de interação são mais intensas, por exemplo, em espaços destinados ao lazer. No entanto, o que observo é que através dele, tanto se constroem os valores, as relações e a identidade, como pode servir para reafirmar as diferenças entre classes, reproduzindo estereótipos e oportunidades.

Todos estes aspectos nos sugerem a existência de uma construção ideológica que demarca o território com base na herança sócio-cultural<sup>1</sup>. E também, alude que a função social da cultura e da disponibilidade territorial, tal como vem sendo tratada, subverte-os e legitima-os enquanto capital diferenciador das classes sociais.

Esta dinâmica social também nos sugere a existência de relações interpessoais recodificadas sob valores subjetivos cada vez mais rígidos (por exemplo, *quem são aqueles com que se pode conviver todos os dias e as pessoas que são somente para sair*).

Mas, segundo Todorov (1996), mesmo existindo um *estranhamento cultural*, haveria a possibilidade de se compreender os valores e representações culturais do “outro”, sem necessariamente ter que “se fazer” o outro. Mesmo porque, embora haja elementos unificadores, as características culturais de cada segmento social são feitas da interação entre sujeitos dotados de histórias e valores que se construíram de forma muito singular. No entanto, mesmo sendo preservadas as diferenças, isso não impediria que as trocas simbólicas ocorressem. Ao contrário, permitiria a ambos um novo olhar (valores subjetivos agregados) sobre a diversidade.

Embora algumas vezes – sobretudo de forma aparente – nos pareça que nossa sociedade tenha a predominância de *ilhas culturais*, faz-se necessário que se considere com muita atenção as proposições de Burke (2000) sobre as especificidades de estudos da cultura. Elas propõem que se resista à tendência à fragmentação cultural e que também se tenha cuidado para não incorrer na homogeneização da sociedade. Ou seja, é preciso que se considere a singularidade das diversas culturas, mas que se esteja atento aos pontos de interseção/interação existente nas práticas e representações sociais.

---

<sup>1</sup> Mary Castro et alii. *Cultivando Vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. – Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

Neste contexto, *por quê e/ou para que* conhecer o outro torna a própria atividade de produção do saber em uma relação de *alteridade* – que torna o outro e o pesquisador *estrangeiros*. No entanto, a *relação alteritária* corre o risco de ser suprimida através de explicações totalizantes ou deterministas.

Desse modo, se *“todo trabalho de pesquisa configura-se em tradução do que é estranho para algo familiar”*, como sugere Todorov (1996) – que se tenha proximidade simbólica – é necessário que se desfaça a naturalização do cotidiano porque a fonte de dados é sempre o contexto em que as coisas acontecem, ou seja, não é apenas o instante, mas o particular inserido na totalidade.

No entanto, também não se pode perder de vista as adversidades que perpassam a escrita do texto. Pode-se dizer que, segundo Bakhtin (1995), o discurso presente no texto é polifônico e que a realidade sociocultural atravessa toda a sua estrutura de composição. Trata-se, portanto, de um texto que, por um lado, tem a autoria difundida pela relação dialógica que se estabelece ininterruptamente entre as diversas vozes ao longo do tempo – seja por proximidade ideológico/conceitual, seja por sua refutação.

Sugere-se então, que a primeira atividade enquanto pesquisador deve ser a de adotar a perspectiva de desconstrução de alguns pressupostos conceituais balizadores de hipóteses iniciais. Por isso, considero fundamental que o leitor tome ciência desse processo e, como não poderia deixar de ser, espero que a partir desse ponto, novos espaços dialógicos se constituam na leitura deste trabalho – um “texto que se produz sempre como um intertexto” (Amorim, 2001). Desse modo, o que se pretende é abrir uma linha dialógica na qual há o imbricamento de várias vozes que travam vários outros diálogos.

No entanto, **o que mais importa nesta relação é a movimentação, a transformação e/ou a reorganização de idéias**. Por outro lado, a produção de um texto traz sempre uma direção social que conjuga em linhas gerais três grandes atores: aquele que realiza a pesquisa, aquele para quem o trabalho se dirige e o sujeito de quem se fala no trabalho. Vale ressaltar que todos esses atores, além de estabelecerem relações entre si, são atravessados por realidades socioculturais diversificadas.

## 1.1 FLASHES GERAIS

A área que compreende Acari é, para o observador distante, como um todo, uma favela. No entanto, há diferenças sócio-econômicas e culturais carregadas de simbolismos que contribuem para que os territórios sejam demarcados – sobretudo no que se refere ao interior e ao entorno da favela. Até um período muito recente era comum aos que moram no entorno, como por exemplo, nas ruas Guaiúba, Tapuiara, Ipuera e Maturá fazerem referência à favela usando a expressão “*lá dentro*”. Revelando não só uma exterioridade territorial, mas também o não compartilhamento de signos sócio-culturais.

Assim, muitos moradores deste micro espaço territorial tinham dificuldades em reconhecê-lo como parte da favela. Isto é reforçado por vários símbolos. Neste micro-espaço territorial as casas são muito mais amplas (algumas com dois andares e terraço) e arejadas, a maioria com acabamento externo terminado. Percebe-se visualmente que algumas casas foram planejadas e não construídas a partir de “*puxadinhos*”, as calçadas são largas – com aproximadamente 2mt (“*dentro*” da favela as calçadas – quando existentes – são demasiadamente estreitas), bem como as ruas também são amplas e arborizadas.

Embora este micro espaço fique espremido entre uma das vias de entrada (localizada no final da Rua Guaiúba) para a favela de Acari (utilizando aqui o paradigma de diferenciação destes moradores) e a favela Beira-Rio<sup>2</sup>, até o início da segunda metade da década de 90, era pouco comum ali a presença de carros roubados, *olheiros* e *aviõezinhos*. Do mesmo modo, não era comum ver pessoas portando armas, consumindo, vendendo ou comprando drogas.

Este cenário foi se modificando ao passo em que as práticas dos “donos” foram sendo norteadas seja pelo conflito com a polícia, seja com grupos rivais e a necessidade de ampliar o faturamento. No entanto, neste estudo, não serão tratadas as sucessões no cargo de mando no tráfico da favela de Acari.

---

<sup>2</sup> A favela Beira-Rio fica à margem direita do Rio Acari para quem está na Automóvel Clube – sentido Pavuna. É uma área de carência extrema. Muitas casas são construídas de pedaços de madeira e o assoalho é geralmente de terra batida. É comum ver crianças circulando entre *criações domésticas* como porcos, galinhas e cachorros; por vezes estão descalças. No período das chuvas de verão vários barracos são inundados.

O que se tornou visível também nestas áreas de “entorno” é a evasão e desvalorização imobiliária, se tornando uma forma de expropriação da população local. Nestas ruas que compõem o entorno é bastante comum ver casas bem acabadas que durante muito tempo mantêm placas de “vende-se” ou “aluga-se”. Sobretudo, a partir do segundo semestre de 2004 um número considerável de proprietários de imóveis (muito acima da média do mercado imobiliário) tem manifestado interesse na venda e outros se mudaram deixando suas casas para possível locação.

Por outro lado, tal evasão e desvalorização só não são mais visíveis, porque alguns moradores, mesmo interessados em se mudar, sequer anunciam seus imóveis. Afinal, fizeram investimentos para morar em casas razoavelmente confortáveis, ainda que num bairro do subúrbio. No entanto, atualmente, é de ciência de todos a imensa dificuldade em conseguir compradores ou inquilinos interessados. Na melhor das hipóteses precisariam contar com o interesse de algum morador do “interior” da favela em transferir-se para o entorno.

Mesmo que velado, parece haver, por parte dos moradores, o entendimento que a latente situação de conflito entre os modos de vida dos moradores desta área de “entorno” ritos e códigos que se impuseram com a consolidação do tráfico expropriou dos moradores o título de propriedade de suas residências. Ou, dito de outra forma, agora estes moradores estão tão vulneráveis à “autoridade” do tráfico como os moradores do “interior” – onde há muito é comum, em caso de famílias que se desentendem com pessoas ligadas ao tráfico, a necessidade de abandonarem seus lares. – que podem até mesmo ser expulsos da comunidade. Em casos deste tipo, restará ao Estado disponibilizar a força policial para acompanhar a retirada da família.

Ao longo da última década os períodos de “flexibilizações e robustez” das estratégias foram cíclicos. Talvez seja esta a razão dos moradores vez ou outra fazerem referência a períodos anteriores para falar do presente. A rotina dos moradores passou por oscilações entre a cordialidade e/ou tolerância e a submissão aos desmandos do tráfico. Arriscar-se-ia dizer que o “trabalhador” – aquele tão referenciado em outrora pelo “lendário Cy” – perdeu espaço para o “respeito” e a submissão aos novos códigos que se impõem através da exibição de armas e práticas que caracterizam a autoridade do tráfico. Mesmo os que ocupam postos mais rasos na hierarquia do tráfico – como os vigias - agora se impõem diante do

cidadão comum e se julgam donos de suas vidas e do destino. Força-se um “pedido de licença”, até mesmo para que os próprios moradores possam transitar pelas ruas – outrora com as mesmas características tranqüilas de qualquer bairro do subúrbio carioca.

Hoje essas ruas se tornaram palco de uma disputa de relação de força, medida por uma “queda de braço” balanceada pelo poder das armas e do dinheiro. Em “área de risco” (termo muito utilizado por policiais e que vem sendo difundido para toda a sociedade) os moradores passariam a ser personagens observadores-coadjuvantes de uma “guerra” que é particular somente no que se refere ao território e aos danos causados, seja eles, materiais e/ou subjetivos.

A permanência destes vigias se tornou parte da paisagem das ruas e tal presença vai sendo aos poucos incorporada pela população como parte de sua rotina. Não se pode dizer que, para os moradores do entorno, atravessar grupos armados com fuzis para entrar e sair de casa seja considerado comum, mas que a estes, restou apenas a resignação. Situações impensáveis para moradores de outras regiões vão sendo naturalizadas e passam a não reagem com estranheza, como a cena de uma criança de bicicleta dando voltas em torno de um “gambá” (vigia) do tráfico que, com rádio transmissor e uma pistola em punho faz a “contenção” no “posto avançado” sentado sobre uma cadeira velha ou caixote posicionado exatamente no meio da rua.

A possibilidade de “guerras” pela disputa do poder local entre os líderes de comunidades próximas e as “invasões” policiais são sempre uma ameaça à rotina, ao “livre trânsito” dos moradores e as antigas formas de socialibilidades que tinham como palco a rua.

Aparentemente, não é muito fácil de se compreender como toda esta dinâmica é possível se a presença de policiais é muito comum no entorno da favela. Em alguns períodos há maior ou menor quantidade de viaturas policiais. Por vezes, oito a dez carros já ficaram emparelhados à frente do Hospital Geral de Acari (que se encontra em construção no local onde era a antiga Fábrica de Esperança e anteriormente Formiplac) que está localizado entre duas vias de acesso à favela. Cenas de revista a transeuntes são corriqueiras e não torna mais aguda a curiosidade dos demais.

As mulheres também são paradas pelas autoridades policiais e indagadas sobre o que estão fazendo no local, para onde estão indo e, se forem moradoras – dependendo do “perfil” traçado pelos policiais –, são solicitadas a abrir a bolsa ou qualquer acessório do gênero. Os homens são revistados tendo as partes íntimas apalpadas e, por vezes, as calças afrouxadas e até arriadas, bem como as narinas são verificadas com o uso de uma lanterna. Tudo isso em público, seja noite, seja dia. O curioso é que, geralmente, a poucos metros do local onde estão sendo realizadas as revistas policiais, os traficantes estão comercializando livremente e observando a atividade desses agentes.

Tornou-se quase uma rotina para moradores que tem veículo sendo abordados por policiais militares que fazem a “blitz” na esquina de uma rua das ruas do “entorno” para revistas. Esta é uma situação que causa medo, pois na maioria das vezes, os policiais fazem a abordagem já com arma apontada para o motorista. Há pouco mais de 200mt à frente, traficantes que fazem a vigia param o mesmo morador – para a averiguação – enquanto ainda é possível o motorista observar pelo retrovisor a “blitz” realizada pelos representantes do Estado.

Na antiga Avenida Automóvel Clube, logo após a Estação do Metrô de Acari, durante boa parte das manhãs a “blitz” é realizada pela polícia militar que geralmente solicitam que caminhões, caminhonetes e carros (que na maioria das vezes transportam produtos oriundos do CEASA para revenda) parem para averiguação. Ainda que estejam realizando tarefa que é de sua competência, essa postura que cria um sentimento de descrença e sublevação nos moradores, pois ao virar uma esquina é possível observar o livre comércio de drogas que funciona 24 horas por dia.

Diante da ausência ou arbitrariedade da polícia, como parece ser mais apropriado, a presença de traficantes armados na rotina dos moradores desta área dá uma sensação de falsa segurança. Estreita a relação de convivência e, elevando a um falso moral, resumido em frases como “aqui ninguém rouba”.

A expansão territorial, pelo que se observa no cotidiano do tráfico, possibilitou ampliar o mercado consumidor. Isto porque facilitou o acesso de pessoas usuárias de drogas ilícitas não precisam mais se expor aos riscos das vielas da favela. O fluxo de carros importados e outros “pouco populares” se intensificaram. Afinal, o consumidor não precisa mais sair de seu carro para comprar drogas, pode simplesmente ficar com o carro estacionado aguardando atendimento. Isto também

possibilitou o aumento do público consumidor de mercadorias com preços mais caros, como por exemplo, *pó (cocaína) de R\$50,00*. Outro fator importante é que, no caso de entrada da polícia, se facilitaram as possibilidades de saída mais rápida da linha de fogo, tanto para o consumidor como para o vendedor.

Esta parece ser uma característica bastante comum nas áreas, como ditas anteriormente, do entorno da favela ou “extensão”, mas que sobre ela, incidiu a expansão do tráfico. Esta é possivelmente uma das transformações mais atuais na comunidade de Acari.

No “interior” da favela há considerável diversidade no comércio. Pode-se encontrar mini-mercados, bazares, armarinhos, padarias, pet-shops, lojas de roupas, salões de beleza, farmácias, vídeo locadoras, sorveterias, barracas vendendo açaí, entre tantas outras coisas. Ao caminhar pelas ruas do interior da favela é possível observar muitos homens, quase que de metro em metro, com radinhos de comunicação, armas em punho – que brilham à luz do dia -, portando sacolas com drogas, contando dinheiro, vendendo e consumindo drogas pelos cantos.

As ruas são demasiadamente estreitas e os moradores ainda tem que dividir espaço com o grande número de motocicletas que geralmente passam em alta velocidade. Há sempre um grande número de crianças brincando nas ruas, algumas inclusive ficam na garupa das motocicletas. As poucas mulheres que circulam pelas ruas são geralmente jovens e costumam vestir shorts curtos e blusas do tipo top; as mais velhas quando estão na rua ficam em locais mais reservados – na maioria das vezes próximas às suas casas – conversando com outras mulheres. Não são muito comuns rodas de conversas que integrem homens e mulheres. No entanto, à noite há um grande número de mulheres – em idades variadas, mas, sobretudo, jovens – que freqüentam o baile funk.

Recentemente foi inaugurado na favela de Acari – próximo à Associação de moradores, localizada à rua Piracambu, a quadra do Bloco Carnavalesco *Favo de Acari*. É neste local que têm acontecido os shows com a participação de cantores famosos, como Alcione, Gustavo Lins e o grupo Sorriso Maroto, entre outros. Também é ali que as equipes de som *Areal Live* (equipe local), *Furacão 2000* e *People's* demonstram a potência de seus equipamentos nos bailes funk. Alguns moradores dizem preferir freqüentar os bailes deste local ao da quadra do Conjunto Amarelinho (localizado no bairro de Irajá à altura da Avenida Brasil), pois lá é freqüente a invasão de policiais “*que entram atirando e acabam com o baile*”.

Diferente da quadra do Amarelinho, que é um galpão murado e tem portões; a *Favo de Acari* não possui muros, tem um palco bem alto e uma cobertura. Isto representa tanto para os freqüentadores dos bailes, como para os traficantes, uma possibilidade de dispersão mais rápida no caso de policiais entrarem na favela atirando – mesmo que esta prática não seja comum em noites de bailes em Acari, os moradores comentam que haveria um “acerto” entre os policiais e traficantes para o baile acontecer tranqüilamente – conhecido também como pagamento do *arrêgo*. Outros talvez prefiram chamar de pagamento de propina ou corrupção policial.

No baile o número de mulheres é muito maior que o de homens. É possível observar os pequenos grupos de amizade com quem se freqüenta o baile. Ainda no interior deste, é possível estabelecer padrões de diferenciação entre as mulheres que o freqüentam. Nas extremidades do espaço onde acontece o baile pode-se observar um pequeno grupo de mulheres de pele clara, algumas loiras de natureza e outras que tantas com cabelos tingidos e/ou alisados, vestindo as tão propagadas calças e saias das marcas *Gang* e/ou *Pixação*, sandálias de salto alto, acessórios em ouro, celulares muito modernos... Enfim, muito produzidas.

Estas mulheres dificilmente seriam vistas misturadas à multidão no baile. Não se confundiriam com outras que *usam roupa da feirinha* até mesmo pelo comportamento delas, elas são *metidas*, são *patricinhas* como observou uma moradora da comunidade que freqüenta o baile. Estratégia ou não, ficam posicionadas em áreas de circulação, onde traficantes passam a pé ou de moto com pistolas e fuzis à mão. Na multidão, estariam mulheres vestidas com roupas mais comuns, de várias idades, sendo a maioria negra e algumas até mesmo com filhos – crianças de aproximadamente cinco anos de idade.

As drogas são vendidas e consumidas livremente por alguns moradores e visitantes. No entanto, não é permitido aos homens urinar na rua – devem se dirigir ao banheiro da Associação de moradores ou a algum bar que tenha banheiro à disposição dos freqüentadores do local. As bebidas são vendidas com o preço abaixo do mercado e as do tipo energético, como *Red Bull* se popularizaram nestes ambientes. Dependendo do dia, a cerveja pode ser até distribuída entre os freqüentadores do bairro. Parece não haver preocupação se o bar dará lucro ou não.

As músicas tocadas durante o baile ora fazem alusão às façanhas do poder do tráfico local, ora falam das relações amorosas/sexuais com homens do tráfico. Nessas músicas (a título de ilustração, será disponibilizada em anexo a letra de

algumas) há referência clara aos lugares sociais ocupados pelas *amantes* e pelas *de fé* (como é chamada a primeira mulher), bem como, os benefícios e malefícios de ser uma ou outra.

Aos desavisados, o Mc (Mestre de Cerimônia – pessoa responsável pelas músicas) do baile faz uma chamada anunciando que a “Diretoria” pediu para avisar que celular é para ficar no bolso – sugerindo aos visitantes com celular com máquina fotográfica digital acoplada que os guardassem.

Embora um número considerável de representantes do Estado conteste com veemência a idéia de poder paralelo, ele parece se fazer presente em diversas práticas cotidianas no universo da favela. Pode-se observar a interferência do narcotráfico desde as questões referentes às formas de sociabilidade em espaços urbanos especiais como o da favela até a adoção de estratégias de legitimação do poder local enquanto provedor de necessidades básicas onde o Estado não se fazia presente. Ainda, hoje é prática na favela a distribuição de cestas básicas e gás de cozinha.

Também se mantém a tradição dos líderes do tráfico patrocinarem atividades festivas. Em datas comemorativas como 27 de Setembro (dia de São Cosme e São Damião) há a farta distribuição de brinquedos e saquinhos de doces e/ou a confecção de um grande bolo de festa. O Natal e o Ano Novo são datas comemoradas com o oferecimento de uma requintada ceia comunitária e queima de fogos – incluindo tiros ao alto.

## 1.2 ACARI

Atualmente, a Agência de Notícias das Favelas, tem registrado a existência de uma localidade, na Cidade do Rio de Janeiro, denominada de “Complexo de Acari”, situada na zona norte, entre Irajá e Coelho Neto, com acesso pelas Avenidas Brasil e Automóvel Clube, formadas pelas favelas de Final Feliz, Costa Barros, Parque Columbia, Barros Filho, Morro da Pedreira, Favela da Beira Rio, Coroadó, Fazenda Botafogo, Parque União, Favela do Relâmpago, Amarelinho, Favela do Catu, Parque São Luiz, Morro Jorge Turco e Favela do Parapedro. Outra publicação, sobre o mesmo Complexo, abrange também outra localidade chamada Morro da

Formiga, que não aparece na da Agência de notícias das Favelas.

Esta mesma Agência registra: “Ao norte da Avenida Brasil, do lado direito de quem sai do Rio, está Acari, uma favela paupérrima. A poucos metros, do outro lado da Avenida, o bairro de Coelho Neto abriga até uma pequena classe média. Um fenômeno urbano que faz com que famílias como as de Gilson Bidart e Cícero Cordeiro possam levar vidas tão diferentes, separados apenas por uma estação de metrô. Essa visão mais focada da cidade, proporcionada pela produção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro é especialmente reveladora por mostrar as desigualdades do território suburbano. Coelho Neto tem renda média duas vezes maior que Acari (R\$232 contra R\$115) e há extremos que distanciam ainda mais os moradores dessas áreas tão próximas”.

Em 1982, Pedro Castro, em seu estudo, no qual se teria desenvolvido o processo de mobilização comunitária, considerou a região como constituída de duas favelas, a de Parque Proletário de Acari e a de Coroadó, parte de uma área maior denominada Vila Rica.

A população de aproximadamente 12 mil pessoas que à época ocupava as duas favelas estender-se-ia por uma área de cerca de 35 hectares, limitada pelo contorno que se inicia na Avenida Brasil, à altura do número 18.200, seguindo-se pela Rua Pantoja, até atingir a rua Piracambu e por esta até encontrar o final da rua Edgard Soutello, onde se localizavam os terrenos limitados por uma reta que partia do alinhamento da antiga casa de transmissão da Rádio Eldorado (informada então como de propriedade da rede Globo) até a face do último bloco de um conjunto residencial pertencente ao antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Uma das partes mais densas das duas favelas estaria então concentrada na confluência das Avenidas Brasil e Automóvel Clube, ao lado da localidade de Coelho Neto.

Sobre esta área, cujo conjunto denominado de Acari, Lauro Mesquita (1984), 3 anos depois, acrescenta ou modifica algumas informações. A primeira, de que a área maior na qual se inseririam as duas favelas chamava-se Vila Rica de Irajá. A área, onde viveriam cerca de 10.000 habitantes, estava localizada na XIII Região Administrativa (Anchieta). O conjunto residencial pertencente ao antigo IAPI já era então conhecido como Amarelinho. Segundo escritura de promessa de compra e venda do 21º Ofício de Notas, do Rio de Janeiro (livro 913, folha 92, em 07.06.1974), a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) só poderia destinar toda a área

adquirida ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) à implantação da Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEASA) e por informações obtidas junto ao então INPS, tal compra até a época não tinha sido homologada, com o que a propriedade do terreno seguia sendo daquele Instituto. A região, onde se situa a favela de Acari, pertenceria a um sistema mais amplo de baixada, chamada Baixada da Guanabara, onde foram realizadas, em tempos remotos, diversas obras de saneamento de grande parte sem, contudo, evitar que, na Bacia do Acari, continuassem a ocorrer grandes inundações.

Daí cada empreendimento realizado na área ter cuidado de forma isolada da sua proteção. Assim foi que, na abertura dos eixos rodoviários (Avenida Brasil, Rodoviária Presidente Dutra) e ferroviário (Estrada de Ferro Rio D'ouro) e na construção da CEASA, dos conjuntos habitacionais e do distrito industrial da Fazenda Botafogo, por exemplo, ocorreu a elevação do solo como defesa contra as inundações, enquanto as demais áreas permaneceram com o nível do solo mais baixo e com isso as águas de chuva seguiam sendo represadas ou tinham um escoamento pluvial sobrecarregado. Quanto ao relevo, a favela de Acari apresentaria duas partes distintas: uma localizada em região plana e baixa (Parque Proletário de Acari) e outra em elevação (Coroadó), ambas, no entanto, abaixo do nível da Avenida Brasil. A área de maior densidade populacional é a da Baixada, que fica na confluência das Avenidas Brasil e Automóvel Clube.

### 1.2.1 Ocupação da Área

Segundo relatos de moradores registrados por Lauro Mesquita, a ocupação do Parque Proletário de Acari e de Coroadó deu-se de forma diferenciada. Em Acari, os primeiros moradores tiveram que aterrar os terrenos que eram bastante alagados. Em sua maioria, utilizaram a terra para o cultivo de hortas. Teria sido a partir de 1950, com a abertura dos eixos rodoviário e ferroviário e as obras de saneamento que grande número de pessoas procurou estabelecer moradias na região, ocasionando um crescimento progressivo da favela.

Por ser uma área plana, Acari caracterizou-se por uma ocupação onde o parcelamento da terra ocorreu de forma reticulada em cerca de 80% da área. As ruas são em sua maioria de largura razoável e obedece a um alinhamento regular. Inicialmente a população que ocupou a favela seria constituída, em boa parte, por migrantes nordestinos. Posteriormente, ter-se-ia acelerado o povoamento por pessoas já radicadas no Rio, mas de baixa renda e sem condições de pagar aluguel.

A ocupação de Coroadó, bem mais recente, teria tido a sua origem na instalação da CEASA, em terreno situado à margem da Avenida Brasil. Os primeiros ocupantes seriam pessoas que se transferiram desse terreno da CEASA. Situada em área de declives, a favela de Coroadó teve uma ocupação que acompanhou as características topográficas do terreno, refletindo-se no grande número de curvas, becos e vielas existentes.

Em censo feito pela equipe que trabalhou na favela em 1979/1980, 85,7% das casas das duas favelas eram de alvenaria. A maioria das casas de madeira e de outros materiais situava-se em Coroadó, onde, em termos de comparação, podia-se verificar “maior grau de pobreza” do que em Acari.

Parte da população à época trabalhava nas fábricas da redondeza – Vigor, Formiplac etc. – e no mercado da CEASA. Muitos trabalhadores eram autônomos e a maioria vivia de biscates. As crianças, desde cedo, assumiam papel importante na complementação da renda familiar e as famílias eram numerosas, com grande número de filhos.

Quanto ao crescimento ou expansão das favelas, verifica-se que se dá de forma horizontal e vertical. Em Coroadó, verifica-se basicamente pela construção de novas residências em áreas de expansão. Já em Acari, registrou-se o loteamento das áreas ocupadas por hortas, assim como a construção de novos pavimentos em casas já construídas. Nessa época previa-se um incremento na forma e no ritmo de ocupação da área, a partir da entrada em funcionamento da linha do pré-metrô que se encontrava em construção.

### 1.3 ESTUDOS ANTERIORES E SUAS TEMÁTICAS

Há ao menos seis estudos mais sistemáticos, anteriores a este, que fornecem dados ou interpretações de situações e processos sobre o que aqui está sendo chamado de Acari. São eles: *Indícios na Teia da Mobilização Popular Urbana*, de Pedro Castro (1982), *Favela Acari - Uma Experiência de Saneamento Básico*, de Lauro Mesquita (1984), *Estratégias Subterrâneas de geração de renda e contratendências à incorporação de jovens à economia das drogas na Favela de Acari*, de Dario de Souza (2000), *Mães de Acari*, de Rita de Cássia S. Freitas (2000), *As Cores de Acari*, de Marcos Alvito (2001), *Drogas, Juventude e Complexidade*, de Tereza Cristina Carreiro e Maria Fátima Sudbrack (2002/2004). Além desses, noticiários da Inspeção Nossa Senhora da Penha – Casa Madre Mazzarello (1996) e da Agência de Notícias das Favelas e artigo da Revista Isto É (os dois últimos de 2004) foram igualmente, as fontes dos dados e das análises a partir das quais foram formuladas algumas das principais idéias com que orientei inicialmente este estudo.

Os estudos de Pedro Castro e Lauro Mesquita têm como objeto, o mesmo processo desenvolvido em função da doação à Favela de Acari dos recursos materiais e monetários arrecadados pela Rede Globo de Televisão em 1978, por conta do Ano Internacional da Criança. No primeiro caso tratou o autor de investigar o significado da primeira fase de tal processo (a de elaboração do Projeto de Rede de Esgoto preferida pela população local para aplicação do dinheiro arrecadado em tal campanha), bem como à luz da confrontação das expressões conceituais “*movimentos sociais urbanos*” e “*mobilização popular urbana*” e no segundo caso o autor analisa o processo de execução e implantação do projeto de esgoto sanitário da Favela de Acari, com particular atenção aos acontecimentos e aos conflitos desenvolvidos em tal processo.

Marco Alvito, por sua vez, em seu livro reproduz as elaborações de sua tese de doutorado na qual, segundo ele, teve como objetivo último, elaborar uma interpretação dos *símbolos acarianos*, através da análise do seu cenário, das contradições e alianças entre os diversos poderes locais e supralocais, a lógica e a construção de um imaginário da guerra entre facções, mostrando de que forma policiais e traficantes espelham-se uns nos outros, dos líderes comunitários, sua função de mediadores entre diversas instâncias, inclusive o tráfico e suas relações

com os políticos em campanha eleitoral, com as agências governamentais em geral, de um quadro do *ethos* e da visão de mundo das igrejas ali atuantes, de um apanhado histórico das relações da comunidade com as quadrilhas de traficantes, destacando determinados chefes do tráfico e as idéias de honra, hierarquia e reciprocidade desenvolvida no processo de renegociação de papéis e espaços. E, afinal, a interpretação dos símbolos, através da montagem do quebra cabeça representado por todas aquelas questões.

O trabalho da equipe coordenada por Maria Fátima Sudbrack e Teresa Cristina Carreiro é uma pesquisa-ação, baseada no enfoque teórico da psicologia francesa, em uma perspectiva comunitária, tendo como objetivo avançar na construção de metodologias de intervenção preventiva que contemplem a complexidade do fenômeno das drogas. Para isso são avaliados os vínculos institucionais, comunitários, grupais e familiares dos atores coletivos e individuais no enfrentamento das problemáticas que envolvem as drogas. A investigação está sendo desenvolvida em dois eixos: a ressonância do fenômeno das drogas junto aos jovens e suas redes sociais e a construção de redes sociais como metodologia de prevenção da drogadição e da marginalização dos jovens em contextos sociais desfavorecidos.

O estudo de Rita de Cássia Freitas buscou analisar o processo representado pelo movimento de protesto contra a chacina de 11 jovens num sítio em Magé, na Baixada Fluminense, segundo o noticiário jornalístico assassinados por policiais e que ficou conhecido como das “Mães de Acari”, uma versão brasileira das “Loucas da Praça de Maio”, da Argentina, que mobilizou a opinião pública no Brasil e no mundo, sensibilizando a Anistia Internacional e a então Primeira Dama da França, Danielle Miterrand.

Finalmente a pesquisa coordenada pelo Professor Dario de Souza tinha como propósito verificar as características comuns entre os jovens que aderiam ao tráfico na Favela de Acari e definir o que poderia ser feito para desestimular tal incorporação.

## 1.4 AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FAVELA

A rigor a presença das mulheres em Acari está marcada inicialmente por sua própria pertinência ao conjunto de sua população e em consequência pelas atividades mais tradicionalmente conhecidas como atividades femininas. Por outro lado, já o relatório denominado *Memória*, da Inspeção Nossa Senhora da Penha – Casa Madre Mazzarello, de 1996. Tal relatório registra a participação especial de mulheres em outras atividades. Com efeito, na década de 1970, com o dinamismo resultante das Conferências Gerais dos Bispos da América Latina em Medellín, em 1968 e Puebla, em 1978, a igreja católica assumiu então o que ficou conhecido como “opção preferencial pelos pobres”.

Com isso, emergiram novas ações em torno dos carismas congressionais e das *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)*, inclusive com a formação de “pequenas comunidades de religiosas”. A criação da Comunidade das Filhas de Maria Auxiliadora, na Paróquia dos Santos Mártires Ugandenses, no bairro de Acari, é um bom exemplo a ser citado. Através de contrato da Inspeção de Nossa Senhora da Penha com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, surgiu então (com inauguração em dia de pomposa festa, sobretudo feminina) uma comunidade de mulheres dessa igreja que até o presente desenvolve papel considerável na região dessa favela, em atividades como as de grupos de reflexão, círculos bíblicos, ações junto a organizações como as Associações de Moradores, Centro Educativo e Entidades Assistenciais.

As iniciativas dessas mulheres destinaram atenção tanto a meninas-mães (a gravidez precoce e até os dias atuais um problema muito comum na comunidade) com idade entre 13-14 anos, como a crianças do sexo masculino através construção de fábricas de picolé, pipocas e vassouras, oficinas de aprendizagem (serigrafia, datilografia, informática e eletricidade), serralheria e atividades culturais e esportivas ou de abrigo de pessoas por ocasião das enchentes. Além disso, esta publicação registra outras atividades ou outros acontecimentos relevantes das mulheres de Acari, por exemplo, a da criação de uma cooperativa de costura por um grupo de senhoras que se reunia semanalmente para discutir problemas da realidade local, a das 16 senhoras que, em 1990, receberam o título de líderes comunitárias da pastoral das crianças e a da opção por uma jovem local pelo religiosismo salesiano.

Para algumas mulheres, a prática religiosa, em lugar de ter acabado com o sofrimento, tê-lo-ia tornado suportável por ensaiar uma certeza em relação a explicações e planos que precedem aos sofrimentos oriundos da violência do narcotráfico, seja em relação às regras e códigos internos, seja, do embate com policiais ou outras facções criminosas.

Outro testemunho de atividades, eventos ou situações relativas às mulheres em Acari é o de Alvito (2001), em seu livro. Já fora constatado por ele, os poucos espaços de lazer na comunidade. Os homens freqüentariam espaços tradicionalmente masculinos, como as diversas biroscas e torneios de futebol, geralmente praticados na *Quadra de Areia*. Dificilmente as mulheres seriam vistas nestes espaços.

No que se refere às mulheres, a favela ganhou notoriedade durante a ocupação policial de 1996, quando descobriu uma passagem secreta entre a creche e a casa de uma das mulheres de Jorge Luis, então “dono” da localidade.

A formação do grupo de mulheres internacionalmente conhecido como “As Mães de Acari”, também colocou a favela mais uma vez em evidência. Essas mulheres tinham por objetivo esclarecer o desaparecimento de 11 jovens, alguns daquela favela e punir os culpados, cuja responsabilidade era atribuída a policiais militares.

No livro *Mães de Acari: Uma história de luta contra a impunidade* (1994); resenhado por Rosilene Alvim (1995), Carlos Nobre afirma que “a tragédia de Acari revela muito do cotidiano das classes populares brasileiras, muitas vezes envolvidas com subornos policiais para libertarem seus filhos, eventualmente ligados a alguma forma de contravenção”, além de registrar que foram as Mães de Acari que, desde 1990, procuravam os corpos dos seus filhos.

Nesse tempo algumas perderam marido, emprego, foram acometidas de gravidez psicológica e uma delas, considerada uma das principais líderes daquele movimento, assassinada. Outras recorreram a centros espíritas e a igrejas pentecostais. Sonhavam com seus filhos sendo maltratados. Nada disso teria impedido que essas mães se unissem no que se transformara num movimento político com enorme repercussão.

Sobre o episódio, este autor informa que os 11 jovens desaparecidos teriam ido para um sítio no município de Magé de propriedade de um rapaz que se juntara a eles. Queriam acobertar a fuga através de um programa de fim de semana e lá

estavam, além dos procurados pela polícia; as namoradas de alguns deles, em um total de 12, entre os quais alguns menores. Um dos rapazes (o Jacaré) teria voltado antes do extermínio e fora posto em suspeição pela comunidade, assim como o motorista de um dos “caras” que os levaram para Magé.

Paralelamente, da tese de doutorado de Rita de Cássia Santos Freitas (2000); resgatei passagens que me ensejaram algumas anotações da maior relevância para este estudo. Preliminarmente, sobre os jovens assassinados que deram origem ao grupo das Mães de Acari, esta autora recupera o relato que informa terem estes, antes da chacina que os exterminou, chocado os moradores de Magé com a exibição de uma riqueza exorbitante para a região: cordões de ouro, roupas de marca, um aparelho possante de som, sem contar o fato de usarem para pagar as contas sempre notas muito altas. E faz referência também à profissão de manequim da filha de uma das senhoras de Acari, um mundo onde a beleza e o dinheiro exerceriam grande influência, além de reportar-se a brigas entre mulheres da favela, nas quais emergia a acusação por namorarem pessoas que ‘não eram de bem’, pessoas, contudo, que possuíam carro e dinheiro.

Por outro lado, ao iniciar seu estudo, a autora esperava encontrar indícios da construção de uma nova cidadania. Contudo, a realidade ter-lhe-ia dado o ensejo a outros dados e, com isso, uma variante de sua esperança. A cidadania que aquelas mulheres estariam ajudando a construir ainda estaria longe do seu ideal, sobretudo porque referida mais diretamente a demandas da esfera dos direitos civis e basicamente do direito à vida. No entanto, seria enorme a contribuição que as Mães de Acari estariam fornecendo no tocante a elementos novos para a própria noção de cidadania.

Nesse plano elas estariam despertando as atenções para as particularidades e diferenças que devem ser levadas em conta na concepção de cidadania, cuja marca envolveria também a busca dos sinais de solidariedade, respeito e preocupação com a construção de um mundo melhor. Da cidadania que dê conta da inquietação das pessoas em justificarem sua participação no mundo. Tal cidadania estaria marcada pela dimensão de classe, mas também de gênero e, no caso, basicamente o feminino, ou seja, envolvendo o cuidar, o proteger, o responsabilizar-se pelo outro.

Ao lado dessas constatações, a autora assinala alguns outros pontos significativos de suas descobertas no processo que envolve a ação das Mães de Acari. O primeiro deles refere-se à visão por ela observada naquela localidade de uma sociedade marcada pelos valores éticos do trabalho. Nesse sentido, a falta de trabalho, enquanto também falta de condições financeiras, perpassaria o discurso da maior parte das mulheres ouvidas em seu estudo, como causa da violência então reinante. Daí não ser à toa que o trabalho pudesse ser visto por outro prisma, como remédio para tais males e, por outro lado, também não ser à toa que uma dissesse não ter dúvidas de que o trabalho e a formação profissional constituem uma resposta positiva para o problema das crianças nas ruas, ainda que, excepcionalmente, outra dissesse para a mãe que não queria trabalhar porque não queria ter varizes nas pernas.

Ainda nessa linha de referência significativa ao trabalho é possível registrar outras facetas relevantes observadas nesta pesquisa em Acari. Com efeito, na visão daquelas mulheres, na falta de trabalho, a carreira policial deixaria de ser uma aspiração ligada basicamente à vocação, para se tornar uma possibilidade real de emprego, como se optasse por ela, na falta do que fazer ou de opções a essa atividade. Por outro lado, verificou-se como o trabalho faz parte essencial do cotidiano da vida das mulheres da favela, a ponto de duas delas afirmarem atualmente que o trabalho é fonte de prazer, mas mesmo para estas o trabalho sempre também foi tido como uma atividade presente, ainda que de forma intermitente. Uma delas comentava que, apesar de querer trabalhar e educar os filhos de forma diferente lembra que não apenas parava de trabalhar quando estava casada, mas que seu marido quando estava em casa não apanhava sequer um copo d'água para beber. Na vida da maioria delas o trabalho também é visto como algo fundamental.

Segundo a autora, a visão do trabalho como atividade engrandecedora teria sido reforçada em Acari após o seqüestro dos seus filhos e a criação do grupo Mães de Acari, do que seria prova o discurso esposado por todas as entrevistadas, tendo o trabalho como portador de um sentido especial. E este, em sua visão, refletiria uma particularidade de concepção destacável. Todas as entrevistadas contam como casaram inexperientes e como a própria relação sexual possuiria o selo dessa desinformação.

Contudo, hoje, compreendem que se trabalha para ajudar as pessoas, para que elas não passem pelo que elas passaram. Ou para ajudar os jovens, para que a eles não seja reservada a mesma sorte que seus filhos tiveram. Tal concepção seria uma peculiar definição para o trabalho adquirido por elas mais recentemente. Por implicação desta concepção, o trabalho seria também um fator fundamental para a melhoria de vida, de tal sorte que, diferentemente do bandido, seria pelo viés do trabalho que se construiria o indivíduo. Outra concepção, distinta, mas ligada a essa contida em seus discursos, seria a do trabalho como portador de uma dignidade intrínseca.

Para a autora, a utilização de certa ética do trabalho pelas Mães de Acari estaria presente a todo instante como algo a diferenciar o cidadão honesto do bandido.

A par da forte e peculiar valorização do trabalho, a autora registra outras valorizações não menos relevantes por parte dessas mulheres. Uma delas é relativa à maternidade, cuja vivência mesclada com a da tragédia e por isso denominada “maternidade estraçalhada” teria gerado uma solidariedade e uma união especial entre elas. A dor de mãe de cada uma delas seria a dor de todas, que teria tornado possível tal tipo de sentimento raro.

Outro objeto de valorização especial detectado pela autora da tese sobre As Mães de Acari é o relativo à religião, algo também enfatizado por todas, não importando qual a religião ou a crença, mas seguramente sempre se perseguindo algum tipo de religiosidade, numa espécie de sentimento de busca de valores comuns, o que é considerado ter facilitado a formação do grupo e, através disso, também dado sentido ao desaparecimento de seus filhos e à continuidade de suas próprias vidas. Nesse sentido, a religião constituiu-se nessa outra fonte de generosidade, solidariedade e esperança.

A par dessas valorizações que podem ser consideradas positivas, por parte das Mães de Acari, esta autora alinha outras, ao contrário valorizadas negativamente. Assim é o caso primeiramente da política, a qual revelaram grande aversão, além de distinguirem a política do Estado ou do que as pessoas podem fazer pelas outras, da política relativa a sua própria defesa de seus direitos. Outro objeto de valorização negativa é a justiça, que elas consideravam altamente desacreditada. Finalmente, um alvo de elevadíssimo grau de valorização negativa por parte dessas mulheres é a violência, julgada como prática cada vez mais

agudizada, sobretudo em sua realidade mais próxima. Com efeito, uma delas lembrava que, por exemplo, antigamente “se uma mulher estava de barriga, eles não matavam, se era uma pessoa de idade, eles não matavam; se a pessoa devia, só levavam quem devia”. Era o oposto do que acontece hoje, quando parece não haver nenhum parâmetro: “eles levam, matam quem deve, quem não deve, matam mulher de barriga e não querem saber”. Nem a maternidade, tão sacralizada pela sociedade está sendo respeitada, por isso sua conclusão de que “a violência de hoje em dia está num tamanho que o mundo está perdido”.

Quanto à polícia pode-se registrar uma duplicidade ou ambigüidade de valorização na medida que, em geral, condena-se à ação policial, notadamente a também violenta e, ao mesmo tempo, ressalvam-se as ações que consideram alvo de sua confiança. Assim ocorre quando uma delas afirma que para os policiais todas as pessoas que moram na favela são bandidas ou traficantes: ‘eles não têm um pingão de respeito pelos garotos, os moradores daqui. Eles não diferenciam; para eles tudo é traficante, sei lá. Até as mulheres, mesmo, eles não têm um pingão de respeito’. Por outro lado, observa-se aquela confiança que é ao menos depositada em pessoas. O exemplo maior que aí aparece diz respeito à relação delas com um coronel. Uma delas, por exemplo, diz que é possível acreditar em parte da polícia, ‘em uma polícia direita’ e destaca aquele policial, que considera um homem que trabalha seriamente ali, com a expressão “cem por cento, quer dizer, nós confiamos nele’. Mas revela também a clareza de que a confiança na polícia tem seus limites. O que é pior, afirma-se, é que hoje, não se sabe em quem pode confiar: ‘você está pensando que está falando com o policial, mas é um bandido”’.

Resumidamente, de forma geral, a autora diz que uma das coisas que as Mães de Acari têm a favor delas é que se tornaram na presença viva de uma história.

### 1.4.1 LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Quanto à inserção de mulheres em atividades políticas no interior da comunidade, Alvito (2001) registrara que, segundo um líder comunitário local, para ser Presidente da Associação teria que ser homem e ter “jogo de cintura”. Por outro lado, segundo uma diretora de escola da favela, que reclamava da variedade de problema que tinha a resolver – muitos totalmente diversos da esfera escolar –. Certo líder comunitário, quando em reuniões, jamais se dirigia a outra professora ou a qualquer outra pessoa presente, mas sempre diretamente a ela. Para esta diretora isso acontecia porque ele só aceitava tratar de igual para igual. Neste caso, a diretora é que era considerada por ele como equivalente ao cargo de presidente. Não obstante, há 22 anos na comunidade, seu sucesso como administradora levava alguns moradores a pedir-lhe que fosse candidata, enquanto dois líderes comunitários adversários tinham-na como “aliada” ou “inimiga”, respectivamente.

As mulheres estiveram à frente da Administração da Associação de Moradores por um longo período. Sobre Vânia, ex-presidente de Associação de Moradores, Alvito (2001) comenta que esta senhora, tida como “pé no chão”, não gostava de usar o termo comunidade, preferindo o de favela, usava um linguajar chulo, abordava as questões diretamente e vociferava contra tudo e contra todos, principalmente contra outros líderes comunitários masculinos, a quem se referia como “fulano” e “beltrano”, valendo-se freqüentemente de palavrões.

Muitos reclamavam de sua dureza, de não ter “papas na língua”, mas, mesmo os seus detratores – que não eram poucos – reconheciam sua capacidade de trabalho e de liderança. Ela se orgulhava de ter as mãos calejadas por ter ajudado a construir uma creche comunitária e ter inúmeras vezes, até de madrugada, juntamente com outros moradores, entrado em “valas negras” para reparos na rede sanitária. Tendo sido chefe de uma “caipira” (quadrilha de festa junina) capaz de “levantar poeira” durante suas apresentações, fumando sem parar e gesticulando vigorosamente, lembrava dessa época e dizia que então a favela era mais unida. Sabendo de cor o número de votos que teve em cada uma das quatro eleições em que foi eleita, permaneceu 12 anos à frente da associação.

Outra líder comunitária, que se tornou Presidente de Associação, era originária do interior do Estado do Rio, de uma cidadezinha perto de Bom Jesus do Itabapoana. Mulher de fala suave e doce, com entonação maternal e transmitindo tranqüilidade e resignação. Dona Laura, moradora de Acari desde 1960, cuja aparência frágil esconde uma mulher bastante ativa, conta tristemente ser vítima e ter tido apenas um filho falecido, deixando-lhe netos e bisnetos. Diz que com a morte do marido e do filho poderia ter desanimado, mas, ao contrário, resolveu “ajudar as pessoas sem pedir nada em troca”.

Criadora da primeira creche de Acari salienta que sempre fala com respeito e carinho, sempre faz campanhas para políticos, mas no interesse da comunidade e hoje aconselha casais em briga, orienta jovens desencaminhados, providencia vagas para doentes em hospitais, resolve desde pequenos problemas domésticos, até o desentupimento de esgotos.

Dona Laura foi Presidente da Associação no início da década de 1980 e ainda hoje é uma liderança feminina local muito importante que, afastada há mais de 10 anos da direção da associação, continuava acompanhando com interesse as gestões mais recentes.

#### 1.4.2. “DONOS” E AS MULHERES

Alvito (2001) também faz alguns registros muito significativos sobre a relação dos “donos” que sucederam ao período de mando do líder “Cy” e as mulheres da favela. Adiante, serão comentados alguns dos principais registros desse autor em seu livro.

Tonicão era um dos principais “donos” de área nesta favela, conhecidos como pacifistas, humanistas, justiceiros ou coisa que o valha. Segundo crença local, ele teria entrado para o crime praticamente forçado. Sua iniciação ter-se-ia dada quando estava um grupo sentado e ele, empinando uma pipa, cortou um dos que ali se encontravam. O atingido teria falado que iria matá-lo, com o que ele teria ido embora da favela. Passado um tempo, essa pessoa morreu e ele voltou para a favela, quando um bando começou agarrando umas meninas e coisas parecidas e ele um dia foi falar com um dos indivíduos que fizeram aquilo, arrumando uma briga com

ele. Ele foi, bateu no cara, mas pulou fora. Nisso, foram na casa da mãe dele e atearam fogo. Em outras versões, o incêndio teria culminado com uma tentativa de estupro à sua mãe e, para outros, à sua mulher. Na época havia muitos casos de estupro na favela e, segundo se diz, quando ele apareceu com poder, isso e outras práticas semelhantes quase pararam de acontecer.

Um dos exemplos citados de suas ações, conta que ele matou um rapaz de 16 anos que estuprara uma garota e depois chamou outras pessoas para verem, embora também se diga que na verdade a moça é que teria feito intriga dele com o Tonicão e aquele deixou de atender um chamado deste para tentar justificar-se. Outro, de que dois rapazes teriam urinado diante de algumas senhoras, quando estas reclamaram, eles responderam-lhes mal e Tonicão, ao saber do ocorrido, teria castigado os dois, dando um tiro na língua do que, segundo ele, teria “faltado mais com o respeito aos mais velhos”. Outro, ainda, teria sido morto por ele porque vivia mexendo com as mulheres.

Tudo indica que ele dedicava um tratamento especial às mulheres e crianças, embora seu respeito com as senhoras também tivesse limite, já que se diz que não gostava de vê-las nas portas de casa conversando, o que interpretava como prática de fofocas. No entanto, era capaz de poupar alguém da morte quando interferia alguma mãe de família que ele considerava, dava dinheiro a algumas mães para comprar pão e leite quando lhes faltavam e, de vez em quando, passava em algumas casas pegando lista de material escolar de crianças dizendo que deveriam estudar para não se tornarem um Tonicão.

Era considerado mulherengo, tendo tido muitas mulheres e três filhos só com a que tinha como esposa e, quando morreu, deixou vários outros filhos. Em muitas ocasiões, sobretudo festivas, distribuía presentes para as crianças, no Dia das Mães mandava confeccionar um grande bolo e diz-se que gastava mais dinheiro com a comunidade do que com a própria família, ainda que esta também não tivesse ficado desamparada, quando morreu. Quando perseguido, policiais civis descobriram que estava escondido na casa de uma crente, teria pedido a esta que orasse por ele porque aquele seria o seu último dia na terra e logo após fugiu, alegando que era para não prejudicá-la.

Jorge Luis foi o sucessor de Tonicão. O qual teria procurado continuar a sua política e em sua época não teria havido nenhum estupro. Como Tonicão, dava atenção especial aos mais velhos, principalmente senhoras, mães e avós. Ficou

famoso na imprensa também pelo grande número de mulheres que teve, segundo se diz atingindo mais de 20, com as quais teria tido cerca de 30 filhos. Acusado da morte de Eduardo, também foi dito que apenas não procurou impedi-la. Uns dizem que Eduardo estaria saindo com a mulher dele e outros afirmam o contrário, mas o certo é que o principal motivo do assassinato do primeiro foi da disputa por mulheres, sobretudo entre os dois.

O velório de Jorge Luis ocorreu na parte coberta da *Quadra de Areia*, com o comparecimento de mais de 3.000 pessoas, entre as quais vários líderes comunitários e um seu ex-guarda se segurança, que se revezaram no comando e na vigilância do evento; enquanto um grupo composto basicamente de mulheres rodeara por muito tempo o caixão onde estava o seu corpo.

Uma das senhoras presentes dizia “só sei que ele não era ladrão, nem seqüestrador, nem estuprador”. Outra que o vira crescer teria dito: “ele não era bandido”. Um santinho, distribuído por sua família na ocasião, dizia “Vou para Deus, mas não esquecerei quem amei na Terra. Eternas saudades de sua mãe, esposa, vários filhos, irmão, amigos e compadres”. Uma moça compôs um *rap* que dizia “Os teus filhos serão tua continuação, porque vais estar vivo dentro de cada coração”.

Após sua morte, a polícia encontrou uma lista com 17 nomes de mulheres. Ao lado de dez dessas havia o número 300, enquanto as demais tinham anotado o número 200, sugerindo os valores de \$300 e \$200 reais, respectivamente, quem sabe por semana, o que somaria uma despesa total de \$20.000 reais com as mulheres com quem certamente conviveu simultaneamente, teve filhos ou teve como amantes passageiras.

X (ou Parazão) e Y seriam representantes da geração mais nova ou mais recente, conhecidos também como os “meninos”, inclusive por serem bastante mais jovens. Parazão, segundo uma mulher, teria ‘raiva’ da comunidade por ter sido certa época expulso da favela ‘nuzinho do jeito que veio ao mundo’. Segundo o autor, o desnudamento diante dos outros teria sido vergonhoso. Sem roupas, ele teria sido coberto de desonra.

Depois disso, entre suas façanhas perversas; encapuzado e ao lado de um bando, X teria assassinado duas moças, uma delas grávida de oito meses. Os relatos sobre ele começavam a lembrar as histórias contadas a respeito de Parazão, considerado malvado na localidade até mesmo por um menino que já trabalhara no tráfico, que dizia: “Ele (Parazão) era muito ruim, perverso. Cortava o pescoço das

peças na frente da mãe, do pai, não tinha piedade. Ele arrancou o coração da mulher, pegou a faca e abriu assim, na frente da mãe, da filha, da avó, só porque a mulher deu uma volta nele”.

Na favela teria corrido o boato de que X iria ‘acabar com todo mundo ligado a Jorge Luis’ e expulsar todas as mulheres dele de lá. Outro irmão seu dissera ao autor invocado que o único intuito de X, ao entrar para a vida do crime, era ganhar dinheiro, nada mais. Por outro lado, segundo um rapaz que fora dono de boca-de-fumo aos 14 anos, “mulher, traficar, isso era tudo diversão”.

Dizia-se também que X e Y estavam recrutando a força rapazes daquela comunidade para o tráfico e que Y e alguns companheiros estupraram uma mãe de família diante do marido e dos filhos. Mais grave ainda era a acusação de que, depois que afrouxou a ocupação policial, Y teria retornado a Acari e começado a estuprar dentro da própria comunidade onde nascera; sem respeitar nem mesmo irmãs de amigos de infância, “nascidos e criados com ele”.

#### 1.4.3. “DONOS”, RELIGIÃO E MULHERES

Segundo Alvito (2001), as histórias de Xangô (assim como muitas das histórias a respeito de Jorge Luis) envolvem sempre dois elementos: bravura e mulheres. Ele teve pelo menos três esposas: Iansã, Oxum e Obá. É caracterizado como um sedutor. Seu ‘toque’, de ritmo rápido e vibrante, é considerado ‘irresistível’ e suas danças são animadas, com gestos ‘quase violentos’. Sua enorme popularidade no Brasil pareceria estar relacionada a uma espécie de compensação para os escravos.

Não pareceria haver dúvida de que sua força, sua valentia e sua sedução devem ter cristalizado muitos temas compensatórios no tempo da escravidão. O negro espoliado e humilhado, tratado como gado, objeto de todas as fantasias dos senhores, podia desferrar-se em noite de festa, prestando seu corpo sofrido à manifestação do grande deus do trovão e sedutor de todas as mulheres.

Jorge Luis, além de ser tido, por muitos, como filho de Tonicão (a despeito da pequena diferença de idade entre os dois), procurou estabelecer uma continuidade entre ele e Tonicão mediante um recurso bastante comum no regime monárquico: o

casamento com a mulher do rei. Não a ‘mulher oficial’, que teria abandonado a favela após a morte de Tonicão, mas com uma de suas mais belas mulheres, uma cearense de olhos verdes, que se tornara também uma das ‘favoritas’ de Jorge Luis. Por isso não seria de admirar que, na época de indefinição que se seguiu à morte de Jorge Luis, um de seus possíveis sucessores tenha tentado, em vão, torná-la também sua mulher.

Em grande medida diferente deste quadro relativo à época de Tonicão e Jorge Luis era o comportamento dos novos “donos” que lhes sucederam. Não tendo respeito por ninguém, nem mesmo pelo pai, pela mãe ou pelos amigos de infância, X dominaria através do terror, traduzido no capuz que usou para assassinar duas mulheres, uma delas, repita-se, grávida de oito meses. Ao contrário de Tonicão, tido como defensor da honra feminina e capaz de matar por ela, o boato de que X iria expulsar todas as ex-mulheres de Jorge Luis e acabar com todos ligados a ele representou um verdadeiro rompimento com a ‘dinastia’ anterior.

Tonicão carregava no peito uma medalhinha da escrava Anastácia; de quem era ardoroso devoto. Daí também não ser de admirar, portanto, que Jorge Luis, seu sucessor, tenha mandado construir um altar onde ficava uma estátua em tamanho ‘natural’ da escrava Anastácia, tendo à sua direita um pôster de Tonicão. Assim como, fez erguer também dois outros altares: um para São Jorge-Ogum, símbolo maior não apenas do espírito guerreiro, mas também da defesa da honra – afinal este mata o dragão para defender uma donzela (o que aparece de forma bem marcada nas pinturas em Acari).

Segundo o autor, uma das versões do mito de Anastácia, transmitida por um livro de caráter popular era a de que, cobiçada pelos homens, invejada pelas mulheres, foi amada e respeitada por seus irmãos na dor, escravos como ela própria, bem como pelos velhos que nela sempre encontraram a conselheira amiga. Ela sempre teria vivido estóica, serena, insubmissa aos algozes até morrer.

Quanto a X, que aparece claramente como um usurpador ou destruidor da continuidade da linhagem, ninguém o vê, não tem casa, só esconderijo, não tem roupa (muito menos indumentária), apenas disfarce, não ergue monumentos, só os destrói. Ao contrário de Jorge Luis, não pode mais ostentar um “harém”, a corte real desapareceu, não há mais o infindável debate acerca de qual das mulheres seria a mais bela ou a ‘favorita’ do chefe. A ‘sedução’ parece ter sido substituída pelo estupro ou pela conquista violenta.

Em um de três textos produzidos por exercício levado a cabo por um professor de Acari e feito por grupos de jovens (três rapazes e uma moça) está a seguinte frase: “Na vida não existe amizade, meus amigos são ódio, dor, morte e minha inseparável solidão, pois vivo nas sombras, vim de qualquer lugar, sou de lugar nenhum, não sou amante da paz, mas sou praticante da arte de fazer amor com a mulher dos meus inimigos”.

## 1.5 RELIGIOSIDADE E NARCOTRÁFICO

À época dos primeiros estudos sobre Acari, tendências católicas, protestantes, de umbandas e candomblés, foram identificadas como convivendo nas favelas. No entanto, não se pode negar que havia pesos de relevância diferenciados em termos de fases e intensidades, enquanto se observou que, embora sem examinar o significado dos diferentes atos e ritos das distintas religiões presentes nas favelas. Considerou-se indiscutível a participação nos fins de semana de um contingente populacional bastante superior nas solenidades ou atos religiosos, por exemplo, da corrente ligada às Assembléias de Deus, se comparada com a dos adeptos da religião católica.

Mais recentemente, entre outros registros de Alvito, em seu livro *As cores de Acari*, resgatei algumas idéias básicas sobre as relações entre as religiões e o narcotráfico. Com efeito, este autor fala de um universo conflituoso, belicoso, marcado pela insegurança cotidiana, pela incerteza e pela onipresença da violência encontrada nos becos e vielas deste ‘mundo’ ou nos bancos de madeira da ‘igreja’.

As contraposições dos soldados do tráfico aos ‘soldadinhos de Cristo’; dos ‘bondes armados’, aos ‘exércitos de anjos’; dos objetos que encarnam o mal (a droga, a bebida o cigarro) aos objetos mágicos (objetos santos, sabonetes ungidos, lenços milagrosos); do chefe do tráfico, ao pastor-chefe e das legiões do mal, chefiadas por Satanás, ao Cristo ‘Capitão, Senhor de guerreiros’ que por seu povo pelejará representam, enfim, o mal contra o bem, em cada incidente, em cada passo da vida dos moradores, transformando o seu drama numa atualização do eterno combate entre Deus e o Diabo.

Tudo isto pode ser sintetizado na imagem do anjo da guarda portando uma enorme e desproporcional espada, tão desproporcional quanto as AR-15 suportadas por braços de adolescentes ainda imberbes, manifestada num ‘lenço milagroso’ distribuído pela missionária num de seus cultos.

Alvito ressaltou em seu livro que

A etnografia dos cultos afro-brasileiros constituiu-se em tarefa mais difícil. Tais cultos, em Acari como em outras favelas, encontram-se numa posição defensiva dentro do campo religioso, experimentando forte e constante ataque dos ‘evangélicos’. A quantidade de terreiros há dez ou vinte anos atrás, era bem maior, tanto em Acari também quanto em outras favelas da cidade. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, em pesquisa realizada, em 1991, em oito favelas de diferentes partes do Rio de Janeiro, constatou que ‘os cultos afro-brasileiros, em geral, parecem estar em decadência’. Algumas pessoas em Acari lembram da época em que ‘todo mundo usava guia’ e roupas de seus respectivos santos, enquanto hoje os adeptos das religiões afro-brasileiras parecem invisíveis. (ALVITO, 2001).

O autor desses registros diz ter conhecido algumas dessas pessoas e que elas jamais revelavam facilmente sua crença, parecendo temer tanto as perguntas sobre a sua religiosidade quanto as relativas à violência.

Alvito adverte não estar dizendo que Tonicão e Jorge Luis (“donos” em certas fases do sistema do narcotráfico na favela) fossem reis balineses, mas considera inegável que eram representados como reis negros numa construção simbólica sofisticada, na qual os símbolos sagrados e étnicos teriam sido reapropriados e adotados novos significados, com enorme força semiótica.

Tal elaboração teria sua contrapartida na identificação, pelos evangélicos, desses mesmos símbolos sagrados e técnicos com a criminalidade e a violência, mas não somente por eles. Não parecia coincidência o fato de o lendário e mítico ‘justiceiro’ ‘Mão Branca’ ter voltado a freqüentar as manchetes dos jornais populares.

Também não parecia o fato de o general idealizador da política do ‘faroeste’ na Secretaria de Segurança Pública ser um ‘nordestino cabra-macho’ que certa vez afirmou que, se sofresse determinada humilhação, ‘puxaria a peixeira’. Matador orgulhoso do Capitão Lamarca em plena ditadura, ele agora orquestrava o extermínio daqueles que representavam uma nova e assustadora ameaça à ordem: as quadrilhas de jovens traficantes.

Neste imaginário, cuja feição real poderia ser medida em cadáveres, a ameaça era ilustrada pela cor negra. Nele, tudo que se relacione à cultura negra e à sua religião passa a ser demonizado e dessas acusações era que a mãe-de-santo buscava defender-se.

Tal tipo de teologia pareceria unir viciados, pastores e até mesmo traficantes, de modo que até na gíria do 'movimento' a cocaína já estaria sendo chamada de 'Diabo Ralado'. Se eles também aceitavam a demonização das religiões afro-brasileiras e viam a si próprios como agentes do terror (este era, aliás, o apelido de um traficante em Acari, 'porque ele era mau mesmo', segundo um morador), nada mais previsível do que começar a oferecer droga para o santo, como afirmou um dos informantes locais, com a expressão de que 'Santo também cheira'.

Finalmente, Alvito registra que nos emocionados testemunhos que ouviu nas igrejas evangélicas de Acari, o tráfico, a 'macumbaria' e o uso da droga ou bebida eram temas recorrentes. A rigor não se tratava de temas, mas de variações em torno de um único tema: o mal, o diabo e suas manifestações. Contrapunha-se aos 'santinhos' com a foto do Tonicão o lenço milagroso do anjo da guarda branco brandindo sua espada, o bandido representado como santo e o anjo representado como guerreiro. Eram o branco e o preto, Deus e o Diabo, sob mil formas e cores, passeando na terra de Acari.

Nos relatórios que receberam a denominação *Drogas e Religiosidade e Protegidos por São Jorge*, da equipe de psicologia que está realizando pesquisa-ação em Acari desde o ano 2000 estão algumas das constatações também relevantes sobre Acari, para os propósitos desta dissertação. Com efeito, no primeiro deles diz-se que em localidades desfavorecidas socialmente, tal como em Acari, a presença do Estado restringe-se muitas vezes a uma presença negativa, através, por exemplo, da repressão e da violência policial.

Verifica-se que em Acari o tráfico de drogas e as igrejas evangélicas têm representado fortemente o papel regulador do Estado, atribuindo aos sujeitos um reconhecimento social, que lhe é negado em outros espaços. Na rede do tráfico, os moradores de Acari podem encontrar uma referência de poder, de autoridade, de controle e até de proteção, que passava a substituir o enorme vazio deixado pelo Estado, na assistência a essas pessoas.

Nesse cenário, relaciona-se a atração dos jovens desta localidade por pertencer a um desses grupos, dentre outros fatores, à fragilidade de sua posição social, uma vez que grande parte dessa população vive à margem das grandes dimensões institucionais, tais como as da educação, saúde e trabalho. Esses indivíduos, situados em lugar socialmente desvalorizado, passam a apresentar intenso mal estar que, dada a sua raiz social Carreteiro chama de sofrimento.

Nesse sentido, pensa-se que à medida que o tráfico de drogas e a igreja evangélica acolhem esses sujeitos, conferindo-lhes um reconhecimento como membros de um grupo, seja ele religioso ou criminoso, o sofrimento é amenizado, possibilitando que o sujeito destaque-se no meio social em que vive, passando assim a identificar-se e ser identificado pelos outros como traficante ou como evangélico.

E, mais adiante, tendo em vista que Alvito (2001) diz que as instituições podem ter um enraizamento local, ou seja, a esfera decisória se dá dentro da localidade, ou supralocal, quando ocorre exterior a ela, tráfico e igreja evangélica poderiam ser considerados como instituições que possuem regras e normas de funcionamento que precedem seu enraizamento na localidade.

Todavia, ao se instalarem elas assumem suas próprias particularidades, ditando normas de conduta e comportamentos organizadores do tecido social e são justamente essas “regras” que possibilitarão que dois sistemas tão distintos entre si, narcotráfico e igreja, coexistam no mesmo espaço.

Finalmente, referindo-se aos grupos de “bandidos” e de “evangélicos” este relatório diz que, ao se identificarem como minoritários no conjunto da sociedade e achando-se portadores de uma verdade, ambos os grupos irão eleger adversários externos para afirmar seus ideais e fortalecerem enquanto grupo coeso.

Com isso passam a conviver diariamente com a presença do “inimigo”, o qual devem combater a todo instante, seja ele o diabo, “as tentações mundanas”, as drogas, a prostituição etc., no caso dos evangélicos, ou a polícia e o comando adversário, no caso do narcotráfico.

Quanto à lógica de funcionamento desse sistema, percebe-se que ambas instituições apresentam-se como subsistemas fechados, favorecendo o aprisionamento dos sujeitos, nas categorias de “bandido” ou de “irmão”. Uma vez sendo reconhecidos por si mesmos e pelos outros como membros desses grupos, os sujeitos têm seus vínculos e redes de relações limitadas aos seus pares.

Nesse sentido, o que leva o sujeito a querer pertencer a um desses sistemas não é apenas o desejo de pertença, no intuito de fazer-se igual abrindo mão de suas singularidades, mas também o desejo de reconhecimento. Percebe-se assim, principalmente através dos adolescentes, que eles adotam uma identidade entre si, ou seja, uma identidade grupal. A título de ilustração, mesmo aqueles que não participam ativamente do tráfico de drogas, autodenominam-se como sendo pertencentes ao Terceiro Comando, apenas por morarem naquela localidade. Ou seja, o Comando por si só torna-se um símbolo identitário.

No segundo relatório dessas pesquisadoras, constata-se, por outro lado, que as marcas nas paredes de Vila Rica, em Acari, representam não somente a identificação com os símbolos guerreiros, mas, sobretudo e principalmente, uma estratégia de convivência e organização social que vem sendo mantida e perpetuada ao longo dos anos, como a revelar a existência de uma rede de relações interpessoais, desprovida de reconhecimento oficial, submetida a um sistema organizacional diverso, de caráter mítico e religioso, reforçado e muitas vezes mantenedor das relações entre os traficantes e os moradores de Acari.

Por outro lado, afirma-se que a favela carioca apresenta-se como palco de um conflito no qual todas as relações sociais são entrecortadas por códigos diferenciados e, na maioria das vezes, contraditórios em suas regras: o formal, determinado pelos homens do asfalto, bem como o informal, estabelecido por grupos segregados socialmente, interagindo através de leis e normas próprias, buscando formas de estabelecer-se. Instala-se então um conflito, no qual diversos grupos confrontam-se impondo normas e evidenciando que os mais fortes são os que se fazem respeitar.

Em seu interior, o mais interessante é que a inclusão num grupo específico exclui a possibilidade de participar de outros, de modo que cada grupo estabelecido reforça as diferenças entre os demais – semelhante às distinções entre Deus e o Diabo –. Coerentemente, cada indivíduo deve optar entre seguir o caminho do “bem” ou do “mal”. Nessa linha de comportamento e entendimento, a falha moral do outro remete à possibilidade da sua própria falha, reforçando ainda mais a diferença entre o que peca naquele campo simbólico, no caso os traficantes e os ladrões e aqueles que pregam a palavra do Senhor, ou seja, adeptos à igreja evangélica.

Paralelamente, Acari configura-se como um grande celeiro de templos evangélicos das mais variadas linhas e estilos, com muitas igrejas evangélicas no complexo tendo sido abertas por traficantes convertidos, que passam, então, a apontar a droga como a representante do mal absoluto, bem como incorporam aos demais a imagem de herói, uma vez que percorreram o caminho do mal, mas cederam aos apelos de Deus, emergindo como um dos seus pregadores.

Assim, o candomblé, que ocupava um espaço de destaque na Favela de Acari, possuindo cinco terreiros na sua formação, foi cedendo espaço para as igrejas evangélicas, uma vez que por motivos culturais, entende-se que tal religião esteja associada às forças do mal, restando somente o Candomblé da D. Isabel. Um morador antigo informa que algumas pessoas continuam freqüentando os rituais espiritualistas, mas preferem horários alternativos para visitar o terreiro, longe dos olhos dos vizinhos. Outra alternativa utilizada é visitar o terreiro de outra localidade.

E, finalmente, referindo-se ao período histórico imediatamente após a ditadura militar, de fortes recessão, desemprego e desigualdade social, diz este relatório que o movimento evangélico ganhou força nos mesmos espaços ocupados pelo tráfico. A contraposição instalada do bem contra o mal teria sido um dos únicos recursos alcançados pelos habitantes dessas localidades na dinâmica de aquisição de poderes, através de um conflito travado diariamente pelas suas ruas, becos e vielas.

Tal contraposição, ainda que inconscientemente, tornar-se-ia fundamental, pois os mesmos precisam diferenciar-se daquilo que os incomodam e que, ao mesmo tempo, lhes é determinado socialmente. As suas opções alternativas seriam poucas, já que fugir ao destino que lhes cabe é muito trabalhoso, muitas vezes impossível, quando isolado da perspectiva religiosa.

Desse modo, não apenas o movimento evangélico ganhou força, mas a Igreja católica também. Esta, através da Pastoral do Menor e do Adolescente, teria procurado desenvolver vias alternativas para a população, com diversos serviços prestados pelos grupos religiosos de Acari, buscando amenizar as deficiências dos programas sociais desenvolvidos pelo Estado, ao oferecer oficinas, grupos de adolescentes, grupos de crianças, desenvolvendo vínculos diferentes daqueles pregados pelos traficantes locais.

Contudo, não conseguem desvencilhar-se dos ideais religiosos, como normalizadores de sua proposta de ação. No entanto, é uma das poucas alternativas oferecidas no Complexo de Acari, tornando-se bem recebida pelos moradores

daquela localidade.

É do conjunto desses estudos, mas particularmente dos de Marcos Alvito, de Maria Fátima Sudbrack e Teresa Cristina Carreiro e de Rita de Cássia Freitas, que também resgatei as idéias e resultados a seguir alinhados sobre a questão das mulheres em Acari.

## 1.6 MUDANÇAS RELEVANTES

No tocante a Acari, em geral é possível desde logo apontar alguns aspectos mais significativos abrangidos por estudos anteriores a este, a saber: o seu contexto (área, ocupação e cenário), suas relações de propriedade, sua estratificação socioeconômica e a configuração das relações, processos e situações das dimensões relativas à política, à violência suburbana, ao narcotráfico e à religião, destacando-se ainda a existência de implantações particulares como as da Formiplac, da Fábrica de Esperança, hoje transformada no Hospital Geral de Acari, em construção, ou de processos ou instituições como os do movimento das Mães de Acari ou a da Escola de Samba Quilombo, presentemente, em alguma medida, também reduzidos a universos mais inexpressivos do que antes.

Neste plano observam-se mudanças no seu contexto desde o nascimento da favela embrionária, denominada de Parque Proletário Acari, até a sua configuração atual já denominada de Complexo de Acari, envolvendo favelas, outros bairros e até conjuntos habitacionais específicos. Do mesmo modo sua paisagem e seus símbolos também sofreram significativas modificações ao longo do tempo, seja decorrente do próprio desenvolvimento da região, seja decorrente de ações ou omissões.

Possivelmente, este último, possa ser refletido em casos como o da contundente ocupação policial experimentada em 1996 pela região, por algum tempo, da ausência de revivescência de pinturas, murais ou obras representativas de muitos de seus símbolos ou mesmo de intervenções específicas como foi a da proibição da então muito conhecida feira “Robauto” – hoje relativamente restaurada.

Por outro lado, praticamente todos os demais aspectos analisados nos estudos a que recorri também foram alvos de transformações relevantes, entre as quais destaco as relativas à política, às religiões e ao sistema do narcotráfico, prevalecentes a partir do surgimento dessa aglomeração.

Metamorfoseou-se tanto a expressão local das políticas municipal, estadual e nacional lá manifestadas, quanto o peso relativo, a influência e o relacionamento com outras entidades das diferentes religiões então praticadas, bem como os grupos, organizações e até personalidades envolvidas pelo sistema do narcotráfico, no bojo do qual “donos” de certo tipo pacifista ou justiceiro, estilo “Robin Hood”, da espécie “homens”, como os personagens Cy, Tonicão ou Jorge Luis, teriam sido substituídos por figuras mais agressivas e até perversas, da espécie “meninos”, como os X e Y, em meio a um recrudescimento da violência de suas ações e da relação destas com as das entidades agentes da repressão, não obstante seus pontos de contato.

Mais recentemente observa-se certo resgate de componentes da política do tipo assistencialista, bem como de ações menos violentas por parte da direção do sistema do narcotráfico, em certa medida reeditando a linha adotada na época dos antigos “donos”. Todos eles, por sua vez, ombream-se ou superpuseram-se àquelas categorias dos “birosqueiros”, dos mais detentores de bens de consumo público e dos líderes comunitários, antes assinalados como categorias outrora também proeminentes da estratificação socioeconômica local.

Ao lado de tais mudanças também é possível registrar algumas ambigüidades verificadas, tais como as relativas à presença simultânea no cenário descrito de elementos étnicos distintos, inclusive em relação às raças branca e negra ou até mesmo à presença de elementos antropológicos autóctones (os cariocas) e externos (nordestinos, por exemplo) quando do surgimento dos aglomerados mais recentes.

No plano específico das mulheres também se observaram mudanças significativas nesses processos referidos a Acari, algumas das quais mais como formas de expressão daquelas de caráter mais geral, com a particularidade de que no caso da violência também na relação dos “traficantes” com as mulheres avós, mães, filhas e até suas companheiras ou amantes ou simples namoradas, registram-se dois momentos, um de intensificação e outro de sua redução.

Não obstante, no âmbito das mulheres são observáveis ainda outras modificações singulares, a exemplo do aparente processo de seu aperfeiçoamento associativo grupal, a partir da organização embrionária das “irmãs” da igreja católica ou de mulheres de outras religiões e que alcançam seu cume com a entidade internacionalmente conhecida como as Mães de Acari.

Nesse plano também é deveras relevante para os propósitos do meu estudo uma primeira ambigüidade entre certo tradicionalismo do comportamento das mulheres, sobretudo casadas, assinaladas principalmente no estudo de Alvito e as manifestações coletivas de mulheres organizadas, como as já aqui citadas, propagadoras de um nível organizativo ou associativo em alguma medida superior.

Ainda sobre as mulheres, destaco a particularidade do interesse especial para o meu estudo que diz respeito a uma oposição de caráter praticamente absoluto que faz Rita de Cássia, em seu estudo sobre As Mães de Acari entre uma espécie de “trabalho” dignificante ou engrandecedor, representado justamente pelo das mães participantes daquele movimento e a atividade de “bandido” aí por ela identificada apenas pela palavra “bandido”, sem diferenciar as atividades do “criminoso comum” e do narcotraficante, como, aliás, fazem algumas mulheres da própria favela ao se referirem a “donos” como Tonicão, Jorge Luis e Cy, por exemplo, enquanto é possível alinhar uma visão aparentemente distinta da equipe de psicossociologia ali atuante, ao indicar os sistemas religiosos, notadamente o evangélico e do narcotráfico como únicas alternativas para os demais sistemas oficiais envolventes dos indivíduos nesses contextos.

Do mesmo modo em outros autores que tem escrito sobre favelas inclusive no Rio de Janeiro já é possível encontrar visões que consideram atividades do campo do crime comum ou do tráfico de drogas ou de armas, como trabalhos peculiarmente legítimos ainda que não legais.

Finalmente, afigurou-se igualmente importante para a tentativa de checagem da hipótese básica inicial do meu trabalho, a partir das descobertas descritas e analisadas neste primeiro capítulo, levar em conta o fato de que os estudos aqui examinados, por si sós já revelam que o papel das possíveis companheiras, namoradas ou amantes de traficantes pode representar papéis bastante diferenciados entre elas mesmas, a saber: comparsas ou cúmplices, coadjuvantes, quando não de vítimas dos seus próprios companheiros.

Nesse sentido, os resultados até agora encontrados na literatura sobre o tema já sugerem também a precaução de, doravante, verificar em textos sobre mulheres de algum modo ligadas ao narcotráfico em outras favelas, morros ou outros bairros pobres das realidades suburbanas brasileiras, inclusive cariocas, até que ponto pode existir mulheres ligadas afetivamente a traficantes masculinos que, por sua vez, também exercem atividades no sistema do narcotráfico que transcendem às simples categorias aqui já identificadas que vão de vítimas a meras cúmplices ou comparsas dos traficantes.

## CAPÍTULO 2

### MULHERES JOVENS SOB PROTEÇÃO SOCIAL VULNERÁVEL

#### 2.1 MODELOS ANALÍTICOS

##### 2.1.1 Abordagens Teóricas Iniciais

As leituras e as reflexões sobre a literatura inicialmente examinada e sua relação com a realidade do objeto específico de meu interesse de estudo, evidenciado no título deste texto, levaram-me a identificar cerca de vinte conceitos principais em torno dos quais versava aquela literatura, a saber: gênero, mulher jovem, homem jovem, urbano, ciclos de vida e de integração, comunidade, favela, Acari, mobilidade social ascendente e descendente, cidadania, exclusão social, vulnerabilidade, identidade, políticas públicas, organizações mafiosas, narcotráfico, esquadrões da morte, quadrilhas, gangues e narcotráfico.

Teoricamente, as referências iniciais a que tive acesso ou informação e recorri, sobre tais conceitos, foram as que se seguem. Sobre gênero e mulher e homem jovem, as fontes recorridas foram inicialmente idéias mais antigas de Ruth Cardoso, Marilena Chauí e Maria Célia Paoli (1984) sobre as perspectivas antropológicas da mulher, em seguida das de Simone Monteiro (1999) sobre gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca e finalmente as de Miriam Abramovay e Mary Castro (1998) sobre um “novo feminismo”.

Sobre o urbano, o ciclo de vida e de integração, é possível dizer que nas primeiras décadas do século XX iniciaram-se os principais estudos clássicos sobre contextos urbanos mais localizados, como foi o caso do trabalho de Louis Wirth (1928) denominado *Le Guetho*, em sua versão francesa, seguido de outros destacados deste mesmo autor, como os sobre “*O Urbanismo como modo de vida*” (1938) ou “*Ecologia humana*” (1955), além de outros estudos também significativos dele em parceria com outros autores e dos trabalhos de Robert E. Park, Ogburn, Rosenberg e outros; todos como parte da vasta obra produzida pelos cientistas daquela que ficou conhecida como a Escola de Chicago, seguida de inúmeros trabalhos de outros cientistas sociais (principalmente sociólogos e antropólogos) norte americanos. Embora tanto contextos como os *villages*, *quarteirões nobres*,

*subúrbios vermelhos, guethos* ou outros chamados “*pontos de encontro*” distingam-se daqueles de maior relevância em contextos urbanos ou suburbanos como o brasileiro, sem dúvida com eles foram lançadas as bases teórico-metodológicas que inspiraram e ainda inspiram inclusive muitos dos estudos que se desenvolveram ou se desenvolvem sobre as favelas ou aglomerados urbanos a elas assemelhados.

São esses estudos também que puseram em evidência análises descritivas e explicativas sobre os ciclos de vida e de integração urbana, sobre as trajetórias modais (estatísticas) e tipos (ilustradoras de processos), bem como as tentativas de articular as lógicas de produção, de circulação e de gestão das habitações com os fluxos de mobilidade e os comportamentos dos diferentes grupos sociais naqueles aglomerados e encarar a trajetória como sentido da mobilidade, inclusive a social, como demonstra Yves Grafineyer (1994) em seu livro sobre sociologia urbana.

Sobre as comunidades e as favelas, o texto base a que recorri então foi o da dissertação de mestrado de Mary Castro (1979) que já apontava Parisse e Morris como estudiosos pioneiros sobre as favelas do Rio de Janeiro e alertava para o fato de que áreas consideradas como favelas ou sem favelas nesta cidade eram “diferentes, tinham perfis nitidamente delineados, mas se integravam no jogo da segregação-complementação, próprio das relações de classe no espaço”.

No tocante à Favela de Acari, referencial contextual específico do meu projeto, afortunadamente, trata-se de aglomerado suburbano da cidade do Rio de Janeiro contemplado com estudos sobre aspectos gerais ou específicos de sua realidade, como se pode constatar nos trabalhos de Pedro Castro (1983 e 1993) a respeito da sociologia sobre e suburbana e particularmente sobre um processo específico de mobilização popular naquela favela, na dissertação de mestrado de Lauro Mesquita (1984), na qual tenta mapear os fatores determinantes da projeção e execução de uma rede de esgotos no local, em Rita de Cássia Santos Freitas (2000), cuja tese de doutoramento analisa as implicações em torno do movimento das Mães de Acari, em Marcos Alvito (2001), que faz uma analogia entre a questão da honra em Atenas e Esparta e a desenvolvida em Acari, e em Christina da Cunha (2002), cuja dissertação de mestrado tem como objeto de estudo a “ocupação evangélica”, tendo em vista os efeitos sociais do crescimento da igreja Pentecostal na Favela de Acari.

Já os conceitos de cidadania, exclusão social, identidade e vulnerabilidade estão tratados em inúmeros autores estrangeiros e brasileiros, pelo menos a partir da primeira metade da década de 1990. Com efeito, Rawls (1974/1993) já apontava, em relação à exclusão, a situação socioeconômica de origem determinadas características étnicas, físicas ou intelectuais como atributos irracionalmente conferidos, resultando em desvantagem para os indivíduos.

Para Fleury (1998) a exclusão pode manifestar-se ou não, como uma norma legal. Embora os direitos sejam teoricamente universais, nem todos conseguem exercê-los, como já teria visto Marx, quando considerou, por exemplo, o princípio constitucional de países capitalistas de sua época, de que “todos são iguais perante a lei”, como expressivo de direitos exclusivamente formais, não reais. Aquele autor destaca a importância da dimensão simbólica do processo de exclusão e assinala que a política urbana e os meios de comunicação desempenham um papel central na criação e difusão de normas excludentes.

Para H. Arendt (1993), além dos direitos de cidadania, o que se nega aos excluídos é a sua própria condição humana, ou seja, as possibilidades de ação, discurso, comunicação, mediante as quais se constitui a possibilidade dos indivíduos realizarem o seu potencial como sujeitos. Reis (1995) falava de “um novo familismo amoral”, um tipo estreito de pertencimento social, que impõe dificuldades ao estabelecimento de vínculos contratuais no sentido abrangente da expressão. Isso incentivaria a constituição de espaços restritos de pertencimento, cujas modalidades assumiriam uma relevância maior e um significado específico, à luz da constatação de M. Castells (1998) - para quem o conceito de exclusão social foi proposto por instituições e adotado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT - de que primeiro a exclusão social significa as restrições aos direitos do cidadão a certo padrão básico de qualidade de vida e de participação nas oportunidades sociais e ocupacionais da sociedade e nesse sentido seria um processo e não uma condição e, segundo, de que tal exclusão associada à insuficiência de políticas sociais voltadas para a integração leva a algumas formas específicas de relações de produção, na sociedade informacional capitalista (conexões através de um sistema de redes), configurando o que denomina de “integração perversa”, que consistiria num processo de incorporação ao trabalho baseado em atividades criminosas. Para Velho e Alvito (1996) a suposta igualdade entre os cidadãos não faz parte da realidade social.

Vários setores encontrar-se-iam excluídos de direitos considerados básicos e que garantiriam a superação da condição de sobrevivência, pela qual passaria a grande maioria dos cidadãos. Roberto da Matta (1997) registra que o conceito de cidadania pressuporia uma universalização dos direitos, minimizando os privilégios que se consolidariam em diferenciações e hierarquizações. Para ele a concepção clássica de cidadania consagraria a importância de sua construção coletiva sendo assim, determinada e vinculada à participação na sociedade e o Estado, através das instituições, teria a função de regular e garantir uma sociedade democrática.

Para Minayo (1999) teoricamente a cidadania traduzir-se-ia em princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito às diferenças, justiça, equidade e solidariedade e em sua obra, o conceito de identidade diz respeito ao pertencimento sócio-cultural, étnico e de gênero, pertencimento que se construiria na família, nos ambientes sociais e institucionais, por meio de comparações e contrastes nas inter-relações sócio-culturais. Hall (1997), por sua vez, chama a atenção para o que considera descentração do sujeito, que consistiria nas transformações de identidades sociais anteriormente adscritas aos sujeitos, ocorridas em razão de mudanças estruturais nas sociedades modernas do final do século XX.

Com todos esses condicionantes, empobrecer-se-iam os laços sociais e as parcelas “excluídas”, não teriam motivo nem fundamento para desenvolver qualquer solidariedade com a sociedade global. Mediante tal condição incluídos e excluídos apresentariam tal diversidade das orientações cognitivas que seria difícil fixarem-se em sentimentos de afinidade, compartilhamento ou pertencimento social.

Quanto ao fenômeno da vulnerabilidade, aqui também destacado pela pretensão que carrega de substituir, com maior significação, o da exclusão social (esta entendida como a falta ou insuficiência da incorporação, por parte da população, à comunidade política e social, aos direitos de cidadania, ao acesso a oportunidades sociais – de estudo, de profissionalização, de trabalho, de cultura, de lazer e de expressão, portanto multidimensional), Hopenhayn (2001) refere-se a uma “vulnerabilidade cruzada”, em que os sujeitos estariam (de forma relacional) à margem das possibilidades de exercício de sua cidadania, de inserção no mercado de trabalho, quando se conjugariam exclusões relacionadas à cidadania, ao emprego e ao acesso aos serviços e/ou equipamentos sociais de qualidade, bem como aos bens culturais, sobretudo se aí se incluem os direitos de identidades específicas, como as de negros, mulheres e jovens.

Este autor também se refere a assimetrias que contribuiriam para um imaginário por consumo, por orientação hedonista sem bases materiais para satisfazer o sugerido e estimulado por uma cultura fundamentada nos valores e perspectivas de uma classe que embora não seja predominante em nossa sociedade, tornou-se e se mantém dominante. Ou seja, em contexto como os da favela, isso contribuiria para práticas que se traduziriam em uma cultura de eterno presente, futuro não planejado. Fantasmas, medos e frustrações, anteriormente latentes, robustecem-se, tornando iminente a necessidade de se elegerem alguns temas especiais como prioridades para políticas sociais. Da associação de vulnerabilidades reais e imaginadas, emergiriam fantasmas produzidos por um imaginário coletivo sobre tais realidades e que, em alguns casos, sobrepor-se-iam a estas. Por exemplo, segundo este autor, em tempos de incertezas, as questões das drogas e da violência passariam a ter prioridades nas políticas sociais.

Em suas palavras ,

A vulnerabilidade é uma realidade e um fantasma. As mudanças sociais aceleradas e as incertezas e precariedades que vão gerando o novo padrão de globalização, exacerbam tanto a realidade como o fantasma. Diz-se que vivemos uma pós-modernidade com a perda de orientações valorativas e éticas, debilitamento de certezas e dificuldades maiores dos sujeitos para darem sentido à própria existência. E também se diz que vivemos em tempo de globalização mediática, em que nada perdura, 'tudo que é sólido se esvai nos ares' e as pessoas ficam expostas a um vai-e-vem dissolvente de informações, imagens, ícones, símbolos e notícias que povoam e repovoam a subjetividade sem trégua e direção clara. Por fim, a globalização financeira nos expõe a forças que não conhecemos e que escapam completamente do nosso controle, enquanto a transformação das estruturas produtivas ameaça com deixar grande parte da população fora do carro da história. Assim cresce a realidade e cresce o fenômeno da vulnerabilidade. (HOPENHAYN, 2002)

Finalmente, as políticas públicas ou sociais estão abordadas em meu projeto inicial ao menos em três perspectivas. Primeiramente, quando os próprios autores já alinhados, aqui ou ali, referem-se de algum modo a um desses dois conceitos, como é o caso de M. Castells, quando se refere a “formas específicas de relações de produção na sociedade informacional capitalista” decorrentes da relação entre a exclusão social e a insuficiência de políticas sociais voltadas para a integração que ele chamou de “perversa”, já registrada.

Em segundo lugar, quando descrevi algumas experiências remanescentes ou atuais de exercícios ao menos pretensamente integradores como os do Viva Rio ou da Fábrica de Esperança, no Rio de Janeiro, ou os programas ou projetos, novos ou importados de experiências de outras realidades, como os da Bahia (Banda Olodum, Projeto Axé, CRIA, CEAO/UFBa. e outros), bem como de instituições ou entidades como a Escola de Samba Quilombos, as organizações locais das associações de moradores e dos templos, igrejas ou terreiros das diversas religiões existentes na Favela de Acari, passíveis de estudos e até de avaliações de potencialidades ou não de ações de políticas afirmativas ou compensatórias, “alternativas” às relacionadas, por exemplo, ao sistema do narcotráfico.

Em terceiro lugar, quando alinhei várias tentativas de teorização existentes tanto sobre novas situações típicas que podem ser alvo de tais políticas, como sobre as experiências existentes, a exemplo do livro sobre Políticas Públicas em Áreas Urbanas, organizado por Eli Diniz (1982), do trabalho de Miriam Ventura (2002) sobre Direitos Reprodutivos no Brasil, da publicação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD (1998) sobre Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas ou, ainda, do periódico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, sobre Políticas Sociais.

A partir dessas leituras e reflexões o meu projeto inicial pôde ser sumarizado nos seguintes termos: Em estudos sobre favela, violência e tráfico, a mulher é freqüentemente citada enquanto coadjuvante; condição que também se configuraria quando algumas delas têm sua inserção na microestrutura socioeconômica das favelas associada ao papel decorrente de vínculos afetivos com traficantes de drogas e mais especificamente com os “gerentes de boca de fumo”.

Outra particularidade vivida pelas mulheres em ambientes como o das favelas, nos tempos atuais, estaria na relação, compartilhada com os homens jovens, entre as expectativas de conquistas no plano dos direitos da cidadania e o agravamento das precariedades no plano das condições materiais de vida, resultantes de fenômenos como o aumento do desemprego e da violência, que contribuem também enormemente para um imaginário de insegurança, temores e desafios especiais.

Nesse contexto, a crer nas premissas e formulações, sobretudo de algumas das teorias existentes – antes alinhadas em minha interpretação inicial – dentre os “fantasmas” da denominada vulnerabilidade, o comércio das drogas e a violência ganhariam inquestionável robustez. Ambos consolidam no cotidiano das favelas, por atuarem de forma implacável e onipresente e afetam as famílias, o bairro e a sociedade como um todo.

Embora as situações de vulnerabilidade possam emergir de quadros de instabilidade laboral e de precária consciência política, nesse conflito, entre essência e aparência, as drogas e a violência, tornam-se expressões materiais das primeiras, pois se tornam pólos de convergência e perplexidades ou vulnerabilidades próprias de uma época e de um contexto particular. Ambas também são vistas, mais recentemente, pelas pesquisas de opinião voltadas para identificar os grandes problemas das cidades como os tópicos de maior preocupação por parte das pessoas entrevistadas.

No interior desse quadro as mulheres residentes em favelas, sob certa ótica, estariam também sendo vítimas ou sujeitas de situações sociais precárias e aquém da satisfação das mínimas necessidades para garantir uma participação ativa no processo de aquisição ou exercício da cidadania, com difícil acesso às estruturas de oportunidades disponíveis no campo da educação, do trabalho normal, do lazer e da cultura. Então, repita-se, a vulnerabilidade social nesta ótica seria considerada como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos e o acesso real à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provém do Estado, do “mercado” e de outros referenciais da sociedade. Esse resultado traduzir-se-ia em debilidades ou desvantagens para o real desempenho da cidadania e da mobilidade social dos atores.

Em síntese, a problemática aqui só resumida, já envolveria conceitos referidos a unidades analíticas de diferenciados níveis, desde o sujeito individual até os contextos mais amplos, ao menos da favela como um todo.

Numa primeira aproximação, por ocasião da formulação do projeto, ocorreu-me que a realidade do narcotráfico e da violência da ordem ou da contra-ordem, bem como outras dimensões a ela relacionadas, poderiam ser objeto de estudo e científico capaz de serem formalizadas e até consideradas “normais”, como já frisei antes, até mesmo no sentido durkheimniano.

Dado o caráter ainda preliminar daquele projeto foi que, da concepção geral da problemática de estudo nele formulada, elaborei então a seguinte proposição geral, à época imaginada como transformável em possível hipótese de trabalho durante as pesquisas e análises da minha dissertação de mestrado em curso, de que “Na Favela de Acari, as mulheres jovens, em sua maioria de cor branca, que se vinculam afetivamente a jovens masculinos integrados ao sistema do narcotráfico têm uma trajetória de vida que se caracteriza por mobilidade social individual ascendente atípica, diferente das mulheres jovens de sua mesma geração, em sua maioria de cor não branca e não vinculada afetivamente a jovens masculinos integrados ao sistema do narcotráfico, que experimentam trajetórias de mobilidade social individual distintas daquelas, ou seja, descendente ou estagnada”.

Em conseqüência, metodologicamente, meu projeto de dissertação previa inicialmente uma revisão da própria bibliografia nele listada, em paralelo à análise de alguns dados secundários relativos a Acari ou aos grupos sociais específicos aqui já identificados. O universo da pesquisa seguiu sendo o da Favela de Acari, como delimitada no primeiro capítulo e a unidade de análise mais simples seria o sujeito individual (a mulher jovem), enquanto a mais complexa seria a da própria favela e o seu ambiente mais amplo.

Por suposto, pela natureza e conteúdo daquela provável hipótese de pesquisa, esta teria que comportar fundamentalmente uma pesquisa direta, através de amostragem do universo constituído pelos dois subgrupos de mulheres jovens a serem ouvidas, através dos instrumentos de coleta do tipo misto (questionário fechado e/ou entrevista aberta ou questionário semi-estruturado). O modelo analítico a ser aplicado, em princípio, envolveria descrição e explicação, sobretudo de caráter quantitativo, bem como análises de processos e situações qualitativas. Finalmente, no âmbito das políticas públicas limitei-me a imaginar a formulação de possíveis proposições relativas a medidas destinadas a reorientar os caminhos atuais das mulheres jovens que se ligam afetivamente a jovens masculinos integrados ao sistema do narcotráfico.

### 2.1.2 Inventário

Como se pode verificar, já ali havia nitidamente quatro blocos de modelos analíticos sobre os conceitos envolvidos no meu projeto. O primeiro, diz respeito mais a uma literatura brasileira sobre as questões de gênero, mulher e juventude, relativas tanto a aspectos antropológicos da mulher e ao feminismo anterior ou mais atual, quanto a estudos voltados para a realidade da mulher particularmente nas favelas.

O segundo, diz respeito também a estudos mais antigos da escola de ecologia humana, principalmente de Chicago e outros mais recentes voltados para a explicação dos processos de transformação de realidades urbanas ou suburbanas de países considerados centrais do sistema capitalista, aos quais se podem agregar os estudos sobre favelas em geral, sobretudo no Rio de Janeiro e aqueles voltados especificamente para a de Acari.

O terceiro, refere-se aos conceitos de cidadania, exclusão social, identidade e vulnerabilidade, também de épocas distintas, mas todas as abordagens posteriores ao ano de 1980 e mais voltadas para definição desses conceitos, com as particularidades de se verificarem algumas modificações do significado deles em alguns casos relacionados a transformações na estrutura social e do advento do conceito vulnerabilidade como pretensamente mais fértil do que o de exclusão social.

Por último, o quarto diz respeito a modelos analíticos especialmente relativos a políticas sociais ou públicas e a experiências particulares de execução de políticas integradoras do tipo hoje conhecidas como afirmativas ou compensatórias.

### 2.1.3 Balanço

Há várias questões a considerar neste balanço das tendências teóricas e metodológicas e sua relação com a bibliografia antiga e mais atual sobre as questões ligadas aos conceitos aqui já alinhados e sua relação com a bibliografia a que tive acesso posteriormente, relativo ao curso da disciplina Proteção Social no Brasil. No primeiro caso, é possível dizer que a bibliografia adotada como base para elaboração do projeto, em si mesma, teve que ser objeto de revisão e análise, até por sua vastidão na fase de início da elaboração da dissertação propriamente dita.

Ocorre que aquela bibliografia não tinha coincidência com a bibliografia da disciplina, sequer em relação aos conceitos aqui historiados e inventariados, salvo em casos ou detalhes excepcionais.

Como exemplo, o conceito de exclusão social aparece agora tratado por outros autores, mas omitindo os textos básicos de outros como René Lenoir (*Les Exclus, un Français sur dix*, 1989), Martine Xiberras (*Les théories de l'exclusion*, 1997) e Tony Atkinson e outros (*Pauvreté et exclusion*, 1998) ou de Robert Castel que, não obstante por não assimilar propriamente tal conceito, na verdade tornou-se clássico no tratamento do fenômeno que ele expressa e que preferiu chamar de “desfiliação social”, em seu já famoso *Les métamorphoses de la question sociale*.

No caso da bibliografia brasileira também foi possível notar a ausência, na bibliografia do projeto e da disciplina Proteção Social, do trabalho de José de Souza Martins sobre a exclusão social (*A Sociedade Vista do Abismo*, 2001), posterior àquelas. Além disso, o texto de Virginia Fontes, arrolado na bibliografia da disciplina Proteção Social (e que também não faz referência aos trabalhos de Xiberras ou Lenoir) não está na bibliografia do projeto, com a particularidade de que aquela autora também oferece uma discussão na linha do que está sendo considerado modelo analítico com enfoque historicista especial e que prioriza a perspectiva de longo prazo.

Por último é importante registrar que, no meu projeto de dissertação, os conceitos abordados e os modelos analíticos de que lancei mão diziam respeito mais a análises de processos e situações relativos a uma espécie de antecedentes ou acontecimentos no máximo paralelos aos processos de proteção social propriamente ditos; o que terminava refletindo-se em uma atenção secundária sobre a proteção social, inclusive sobre os fenômenos das políticas sociais públicas ou privadas, ainda que estas também contempladas com indicações bibliográficas ou comentários sobre elas.

Em síntese, o certo é que no meu projeto de dissertação tanto a temática quanto o referencial contextual eram diferentes e mais restritos do que o tratamento mais amplo quer do fenômeno da proteção social, quer do âmbito social e das perspectivas históricas dos níveis de prazo de tais fenômenos, ou seja, tratava-se de um referencial empírico mais local, com unidades analíticas específicas – mulher jovem - e numa abordagem historicista predominantemente de curto prazo.

## 2.2 MODELOS ANTERIORES E NOÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

### 2.2.1. Impactos do Novo Modelo

Preliminarmente, convém alinhar os conceitos-chave que foram por mim encontrados na bibliografia sobre Proteção Social. São eles:

a) Nos textos de Suely Costa: Capitalismo, mercado, relações capitalistas, reprodução, padrão reprodutivo, assalariamento, estado, estado democrático, estado da providência, estado do bem estar social, sociedade civil, keynesianismo, neokeynesianismo, proteção social, protecionismo, pobreza, protecionismo europeu, serviço social, assistência social, marxismo, estrutura, renda, propriedade, dialética de curta e longa duração, estática, dinâmica, exclusão, inclusão, imigração, pau para toda obra, experiência particular, conta própria, biscate, maternidade transferida, proteção social primária (família e grupos de convívio) proteção social secundária (serviços sociais estatais e privados), gênero, feminismo (europeu e brasileiro), historicidade, história das mulheres, sistemas protecionistas, movimentos feministas, poder das mulheres, cultura, cultura feminina, complementaridade, dominação masculina, compensações, resistência, jogo político, ruptura da ordem (política, econômica, jurídica e tecnológica);

b) no texto de Virginia Fontes: Capitalismo, mercantilização, assalariamento, degredo mercantil, estado, coesão social, disfunção social, exército industrial de reserva, exclusão social, exclusão interna, exclusão externa, inclusão forçada, alijamento de novo tipo, exclusão por externalização, por indiferença, por extermínio, cidadania, identidade, resistência;

c) no texto de Pierre Rosanvallon: liberalismo, keynesianismo, estado providência, não estado, estado distribuidor, estado mínimo, sociedade solidária, solidariedade mecânica, visibilidade social, pós-social-democracia, análise marxista, análises econômicas, teorias neoliberais de justiça; e

d) nos demais textos da disciplina Proteção Social: casa grande, senzala, família brasileira, sociedade patricarcal (Gilberto Freire), classe operária (Thompson, Edward e Paulo Sergio Pinheiro e Michael M. Hall), escravidão, cidadania (Hebe Maria Matos), cultura popular, comportamento e atitudes das classes subalternas (Ginsberg, Carlo), serviço doméstico (Hildete Pereira), direito e cidadania (Ângela Castro Gomes), grupos étnicos (Frederik Barth), compaixão, piedade (Thomas Laquer), exploração, trabalhadores rurais, artesãos, padrões de experiências, poder transformador da cruz, comunidade, demagogos, mártires, consciência de classe (Thompson).

A partir desse elenco foi possível constatar três impactos dos modelos analíticos que envolviam os conceitos e as formulações contidas na bibliografia da disciplina Proteção Social sobre o meu projeto inicial, a saber: Primeiro, o relativo à diferença ou distinção quase absoluta entre as autorias das duas bibliografias. Segundo, o de que a bibliografia e os modelos analíticos do projeto quase sequer mencionavam o conceito de proteção social, praticamente o central da bibliografia e modelo analítico da disciplina. E terceiro, pelo caráter de historicidade peculiar que a bibliografia da disciplina e os modelos analíticos predominantes nela impunham para uma revisão do projeto, tendo em vista as abordagens daquela disciplina.

## 2.2.2 Modelos Anteriores e Proteção Social no Brasil

Salvo raras exceções, as tendências dos modelos analíticos do projeto inicial da dissertação baseavam-se em análises restritas aos limites temporais de curto prazo e a visões globais que partem de uma situação sistêmica dada, terminando por minimizar a tomada em conta dos processos de transformação ao nível do sistema global, no caso capitalista e dos regimes que permeiam como pano de fundo as diferentes configurações do mercado, da sociedade civil e do Estado e com isso também dos sistemas ou mecanismos de proteção social no sentido lato da expressão.

Tal tipo de tendência revelava-se tanto no nível macro como no nível micro, de modo que a ausência de alguma história do capitalismo, no caso o brasileiro e de suas manifestações no contexto específico da Favela de Acari, inclusive no âmbito específico da proteção social, contribuiria para evitar uma compreensão míope do processo como um todo. Por outro lado, o enfoque metodológico então adotado, por sua vez, terminaria por priorizar o retrato mais situacional do que processual e ao mesmo tempo mais quantitativo do que qualitativo.

Ocorre, por sua vez, que as tendências de modelo analítico projetado inicialmente, ao menos, a priori, pareciam ser mais facilmente construível nos limites de prazo de realização do curso e elaboração da dissertação de mestrado. Ao contrário disso, a inflexão mesmo naquela fase para o modelo assentado nos parâmetros das abordagens da disciplina sobre proteção social certamente significaria de um lado o enriquecimento e a fertilização do modelo analítico, a ser desenvolvido, com previsível maior rigor, se alcançado e do outro lado a maior dificuldade para sua construção.

De qualquer modo tal reorientação, naquele momento, exigiu uma redefinição em dois planos, o macro (brasileiro) e o micro (Favela de Acari) e nos dois casos na perseguição de uma historicidade, sobretudo de longo prazo. Para o alcance dessa mudança de orientação do projeto, no plano macro a bibliografia da disciplina Proteção Social oferecia subsídios, ao menos aprioristicamente, suficientes, enquanto, no plano micro, haveria necessidade de aprofundamento da análise de textos existentes sobre as experiências anteriores de proteção social primária e secundária vividas na Favela de Acari, algumas já identificadas no projeto ou de análises adicionais também já identificadas sobre tais tipos de experiências locais.

Obviamente a concepção de longo prazo teria significados distintos para esses dois planos, na medida em que a historicidade da favela representa um universo temporal bastante diminuído em relação ao brasileiro.

A partir dessas premissas foi que, no desdobramento desse ajuste, propus-me a rascunhar, ou elaborar, de forma preliminar, o redesenho do meu projeto, tentando compatibilizar a problemática e até a proposição que formulei inicialmente com os novos parâmetros originários dos modelos analíticos básicos contidos nos textos da disciplina Proteção Social.

## 2.3 MUDANÇAS E PERSPECTIVAS DA PROTEÇÃO SOCIAL

### 2.3.1 Repercussões Nos Modelos Anteriores

A rigor o plano analítico proposto por Suely Costa, que passou a fazer parte da base do deslocamento do eixo e das modificações do projeto original, aqui adotado tendo em vista parte da bibliografia da disciplina Proteção Social, por ela ministrada neste curso, é de caráter mais amplo do que o universo brasileiro. Ou seja, no seu texto “Um (Ainda) Obscuro Signo da Cultura Profissional: A Proteção Social”, antes da apreciação das mudanças inclusive do conceito de proteção social no Brasil, está o registro de que no nível mundial ou pelo menos europeu, “os novos signos da proteção social” foram esboçados e tiveram “alguns de seus sentidos esboçados” já na historiografia inglesa (de tradição marxista) e da francesa (da *École des Annales*).

Nesta revisão e reorientação, por várias razões, inclusive por uma confessada antecipada incompetência de minha parte, resultante, sobretudo, dos limites de prazo e custo, eximo-me de questionar algumas constatações desses textos sobre os modelos analíticos predominantes na Europa e no Brasil, antes da emergência do novo surto, particularmente o denominado marxista, algumas vezes adjetivado como “vulgar” ou que envolveria “visões conspiratórias de classe na história do capitalismo”, “economicismo marxista”, “esfera econômica”, “clássica polarização entre classes dominantes e dominadas” etc.

Nesse sentido é que adoto como paradigmas registros como os de que já nos anos 60, naqueles enfoques, dos “diversos modos de observação da dinâmica social eclodiram significativos aportes ao conhecimento do mundo da cultura”, nos quais “os processos de transformação foram evidenciados” a partir da “pluralidade da vida social”. Bem como, as análises de Polanyi são consideradas “úteis para as análises contemporâneas do protecionismo, seja do passado mais remoto, seja do presente, quando levam a perceber o modo pelo qual a experiência da Inglaterra, no século XIX é antes um resultado de processos sociais e culturais de longa duração”, “antecipando críticas” que levariam a “mudar o rumo das análises até então usuais do sistema de proteção social” e com isso se constituem do interesse para o Serviço Social.

Como mostra Suely, E.P. Thompson (1979), realizou estudos sobre a Inglaterra do século XVIII que apontavam “a recuperação dos estados passados de consciência e de existência”, enquanto processos sociais, de longa duração histórica, em cuja esteira da historiografia mais recente, a “nova história social” consolidaria tais posturas intelectuais, dando origem inclusive a conceitos como o de “circularidade social” aportando novidades como as “lutas de classe sem classe” ou experiências históricas analisadas por outros autores reveladoras de peculiares “integrações de culturas” ou “incorporações (negações) de valores e práticas sociais de umas por outras classes ou grupos sociais”.

Também nessa linha estariam constatações decorrentes de estudos como o de M. Sahlins (1990), sobre o Havaí, de que “a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia”. Para Suely assim foi possível tanto o reexame de conceitos como o de “reprodução humana”, quanto avançar “na busca dos sempre variadíssimos significados culturais das práticas sociais das camadas populares” e finalmente “a superação da herança maior dos enfoques teóricos dos anos 50: a noção a histórica de ‘estrutura’ de forte presença nas análises do tema proteção social”, dentro e fora do Serviço Social.

Outro ângulo também mais amplo apontado por Suely é o relativo à “velha tradição da cultura profissional: a da negação da assistência social como atividade profissional” cuja superação encontraria guarida nos novos tratamentos conceituais da proteção social, restando, contudo, “uma ampla reavaliação do conceito original de proteção social”, cujo problema inicial estaria no reconhecimento desta como uma “regularidade histórica de longa duração, de diferentes formações sociais, tempos e

lugares diversos”, ou seja, uma concepção distinta daquela que a vê como uma invenção do capitalismo, envolvendo o protecionismo além do persistente nos séculos XIX e XX, sob o liberalismo e o neoliberalismo, com o que, por exemplo, o Está-Providência seria apenas um caso particular do sistema de proteção social.

Além disso, Suely também revela outras conseqüências das novidades dos modelos analíticos emergentes, sobretudo a partir dos anos 80, a saber: a demonstração de que “o protecionismo que se seguiu do século XIX para o XX trouxe rupturas em relação às obrigações servis e às dependências experimentadas na Idade Média, mas também conservou os avanços e os limites das abordagens históricas do Serviço Social (históricas, mas restritas à curta duração); as sociológicas, que inseriram a proteção social nas relações de poder, mas inibidas por suas matrizes específicas (althusseriana e gramsciana), a riqueza de sugestões teóricas da abordagem marxista que necessitaria reexame das relações entre” reprodução humana “,” reprodução social “,” reprodução humana sob transformação “e reprodução x transformação” e as historiográficas de natureza culturalista (Bakhtin, Ginsburg etc.), com a descoberta da noção de “circularidade”, que ensejaram inclusive “a abertura de novas perspectivas de Estado e de Proteção Social “; o nascimento da noção de” dialética de curta e longa duração “(relação entre uma experiência particular observada ou o evento – a curta duração – e a” estrutura “- continuidade histórica – a longa duração”); e, finalmente, a demonstração de que na Inglaterra, por exemplo, “idéias e práticas sociais do século XIX, destinadas a solucionar problemas engendrados pela industrialização, nas até então consagradas formas de existência da família e da aldeia herdadas da Idade Média, foram conceituadas como protecionistas”, ou seja, a noção de que a relação entre estática e dinâmica, na perspectiva do curto e longo prazo, implica em ruptura e permanência, simultaneamente.

A partir desses antecedentes, no caso brasileiro, em fins dos anos 80, em pleno período da reconstitucionalização do país, “quando a assistência social se define como um direito, os assistentes sociais têm, quanto à proteção social, muitas reservas”, enfrentam com dificuldade uma nova avaliação de conceitos, novos significados são atribuídos a velhos tratamentos conceituais, distingue-se a assistência de assistencialismo e os novos tratamentos contribuem para a superação da velha tradição de negar a assistência social como atividade profissional. Contudo, restava, ainda, a ampla reavaliação do conceito original de

proteção social.

Aqui referências análogas às européias, “fazem coincidir a legislação social e o padrão institucional previdenciário e assistencial pós-30 com a noção de proteção social”. Por outro lado, “no Brasil dos primeiros séculos, mulheres de origem européia, como de hábito em Portugal, desde a Idade Média, transferiram para as amas os cuidados com seus filhos, até por volta de três anos de idade. Na mesma época, em contrapartida, africanas e índias brasileiras traziam seus filhos amarrados a seus corpos, dentro de tradições culturais de proteção da prole que seriam transformadas”. A rua, considerada como um espaço de socialização da criança, é um fenômeno que, no Brasil, tem pelo menos quatro séculos de duração, o que leva ao exame das idéias e das práticas sociais que há muito tempo “consente” e que só há pouco condenaram tal sociabilidade. Tal tipo de olhar mudaria os significados do tema e a forma de explicá-lo e de intervir sobre ele. Outro dos exemplos invocados por Suely, neste texto, é o relativo à rejeição coletiva de uso de uma creche em Niterói, em 1968, por comerciárias, revelador da entrada em cena de processos culturais contraditórios, quanto ao exercício da maternidade: um, que empurra a mulher para o mercado de trabalho, forçando-a a repensar esse exercício; outro, que a impele para junto do filho, na reprodução de um padrão comportamental de proteção da prole.

Esses são alguns exemplos citados pela autora para o caso brasileiro, cuja análise tem apagado as singularidades da dialética de curto e longo prazo, cuja tarefa, segundo esta autora, seria a de “pensar a estrutura” fazendo-a equivaler – como faz Sahlins no estudo da ocupação colonial no Havaí – a categorias culturais concebidas como uma rede conceitual que compreende, no caso, nos diferentes status sociais dos havaianos (chefe, pessoas do povo, homem, mulher), os nomes das divindades em suas dimensões sociais, políticas e religiosas, preocupando-se em indagar “como essa ordem se transforma e de que modo a história é ordenada nesse processo”. Segundo ela, o erro metodológico brasileiro nesse campo residiria em que “primeiro condenaram a proteção social a ocupar o lugar central no já clássico modelo de dominação capitalista que lhe é subjacente e, depois, adotaram paradigmas usualmente empregados nas análises do protecionismo europeu”. Práticas ancestrais de vida na floresta, relações escravistas, artesanato, serviço doméstico, assalariamento e significação da propriedade e renda peculiar etc., típicos da história brasileira, que exigiriam uma reelaboração dos elementos de uma

dada teoria de reprodução no país, mudariam todas as referências teóricas a que usualmente se recorre para o exame da reprodução humana.

Além disso, esta autora adverte que,

(...) da compreensão de tais processos sociais depende a das ações voltadas para a proteção social, seus novos sentidos. A reavaliação conceitual da proteção social no Brasil deste fim de século (XX), entretanto, debate-se com muitas outras questões além da mera compreensão dos processos sociais peculiares à formação histórica brasileira. (COSTA, 2001)

De suas idéias finais, neste texto, extraem-se ainda as seguintes passagens que, conjugadas a todas as anteriores, diriam respeito diretamente às implicações de suas reflexões sobre o meu projeto inicial. Primeiro, a de que “é preciso rever um conjunto de conhecimentos consagrados que usualmente explicam as situações de desproteção” e de exclusão social a que milhares de brasileiros teriam sido relegados em tantos séculos de história.

A segunda, a de que “o dilema central do Brasil e dos demais países no que tange à consolidação do sistema de proteção social repousa agora na euforia neoliberal. Tudo indica que, nessa perspectiva, a saída é a continuidade de formas de exclusão tradicionais de amplos segmentos sociais”.

E, finalmente, a seguinte formulação: Remarcar que a qualidade das políticas sociais em geral depende, de imediato, das decisões de ruptura com as condições peculiares de reprodução da pobreza secularmente estabelecidas é mais do que um dever social e profissional. Vale lembrar que esse sistema, tão avaro na distribuição da riqueza socialmente produzida, sem tais decisões, fortalecerá, cada vez mais, as alternativas de monetarização que o mercado de trabalho aberto pelo tráfico de drogas, pelo jogo do bicho, pela criminalidade, enfim, tão “generosamente” oferece a milhares de brasileiros.

Além disso, a conformidade com a pobreza, aparência dos primeiros tempos, rompeu-se. Os aglomerados urbanos têm revelado a extensão das demandas sociais não atendidas, vingando, na fúria diária, a violência que modelou a miserabilidade das multidões.

Em dois dos seus outros trabalhos, Suely Costa (2001/2002 respectivamente) levanta questões também, em certa medida, do maior interesse para a revisão do meu projeto inicial, agora relativas, no primeiro caso para a distinção entre movimento feminista e história das mulheres, à cultura e ao poder das mulheres e no

segundo aos nexos entre proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. Naquele, após tratar das modalidades da dominação masculina ela ressalta que “ao mesmo tempo, as mulheres tiram do sistema de compensações de todas as ordens, dentre elas, um certo número de poderes que lhes permite compreender o grau de consentimento que conferem ao sistema e sem o qual este não poderá funcionar”. E entre o que denomina de “compensações e resistências” inclui a galanteria, que considera “forma abastarda dos rituais de corte, os mil estratégias da sedução, os jogos sutis da homenagem e do amor” que não seriam apenas prazeres masculinos.

Sobre isto diz Suely,

Existe, na expectativa da declaração de amor, na posição de um ser a conquistar, na situação de mulher adorada, mimada, satisfeita” - para recuperar expressões do século de Baudelaire – compensações próprias a muitas mulheres que delas fazem sua ocupação, suas delícias em seus sonhos. Ao indagar se é possível fazer a história do desejo e acrescentar que enfim há certa coragem para fazê-lo, esta autora afirma que “o silêncio glacial com relação a este assunto pelos movimentos feministas não prestou serviço a ninguém, sobretudo ao próprio feminismo, será necessário um dia abrir este tema, até aqui sempre analisado em termos de mulher-objeto ou de mulher-sedutora. (COSTA, 2001, p. 20)

Para ela, as chaves da história da sedução e das formas do desejo masculino e feminino “não pertencem mais a uns do que a outros, mas o código preciso e perceptível, transforma-se rapidamente segundo as épocas, desvelando não somente o estado das relações entre homens e mulheres, mas aquele das representações que a sociedade faz da conquista e da atração entre os sexos. Não existe, desde então, nenhuma razão para não colocá-los como objeto histórico, como se faz com o gosto, a intimidade ou a vida privada”.

No segundo, a primeira constatação relevante é a distinção entre proteção social primária (familiar e de grupos de convívio) e a secundária (serviços sociais ou políticas públicas ou sociais públicas ou privadas), outra a das amplas diferenças entre os sistemas protecionistas e finalmente a de que “procedimentos tradicionais de proteção social primária foram agravados na conjuntura de desemprego masculino, com tantos lares chefiados por mulheres” e de que “o atual modelo privatista de proteção social, de inspiração neoliberal, apoiado em costumes tradicionais, faz apropriação cultural das relações de intimidade e das redes de solidariedade, enfim, das formas peculiares de organização da vida coletiva do país”.

Nessa garimpagem nos textos da bibliografia da disciplina Proteção Social, outro da maior significação para os meus propósitos foi o de Virginia Fontes, intitulado “Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada”, notadamente quando trata da diferença entre o assalariamento e a mercantilização da vida social. Para ela, concordando com formulações de Etienne Balibar, “o fato de que grandes parcelas da população tenham ficado de fora do processo de assalariamento durante longos períodos (as mulheres, por exemplo) não significa que tenham paralelamente permanecido fora ou à margem do mercado capitalista.

Para caracterizar algum grupo social como permanecendo ‘fora do mercado’ seria necessário que ele fosse capaz de garantir sua subsistência independentemente das formas mercantis, ou recorrendo a elas apenas de maneira acessória. A urbanização incessante e o conseqüente ‘esvaziamento’ das regiões rurais reduziram drasticamente as condições de produção não mercantil da subsistência para a grande maioria da população”. Em seguida: “independentemente da forma pela qual as populações passariam a conectar-se ao mercado de trabalho – assalariamento, artesanato, serviços diversos, empregos domésticos, informalidade ou ocupações extralegais (tráficos, contrabandos) – passavam a fazer parte integralmente da generalização das relações mercantis de cunho capitalista”. E conclui: “Ao longo dos dois últimos séculos, vivemos a lógica da submissão do trabalho ao capital e das sociedades ao mundo industrial. A dinâmica que vigorava no mundo europeu, fulcro e palco central de sua implantação e expansão, duplicava-se para fora de si própria. Processos até então típicos de determinadas regiões – como a Inglaterra e França, para citar os exemplos centrais – ou, no máximo, europeus, passaram a tornar-se mundiais, extensivos a culturas, povos, tradições e formas de sociabilidade vista como inconciliáveis entre si”.

Nessa mesma linha, ao alinhar as distintas formas de exclusão e inclusão que caracterizam o mundo capitalista moderno, incluindo a tênue fronteira entre exclusões como as de indiferença e de extermínio e antes de formular sua hipótese de que no presente teríamos “diante de nós uma nova etapa de acumulação e concentração de capital (exclusão interna) e a recriação de formas de disciplina dos trabalhadores (inclusão forçada), cuja principal característica seria a sua dimensão planetária”.

Virginia Fontes registra,

No entanto, mesmo em suas manifestações de exclusão interna ou externa, a convivência entre grupos sociais diferenciados estava pautada pela suposição (e possibilidade) da coexistência possível no mercado, voluntária ou imposta. Entretanto, o mercado – e o capitalismo, que o mantém e o amplia – malgrado seu componente includente, conviveu, tolerou e até mesmo impulsionou formas de exclusão duras. Nos dias de hoje, com algumas exceções, praticamente todas as populações, em níveis e graus diferenciados, dependem de mercados. Mercado de trabalho, mercado de bens, mercadorias e serviços, mercados legais ou ilegais, formalizados ou informais. Encontra-se na situação antes mencionada por Balibar, incluídos num mundo sem exterior, excluídos por dentro. Para concluir que nesse final de milênio (passagem 1000/2000), exclusão e inclusão forçada parecem conviver e que a questão da exclusão social coloca uma exigência de retorno às leituras sintéticas e generalizadoras da sociedade, sob pena de assistirmos, angustiados e impotentes, ao retorno de atrocidades cometidas em nome de razões que levam em conta apenas a lógica da acumulação e do poder. (FONTES, 1997, p. 34-58)

### 2.3.2. Modelos Anteriores e Novos

Muitos dos conceitos constantes do projeto inicial praticamente desaparecem do novo elenco emergente da revisão a que procedi, ou nele são obscurecidos, enquanto outros permanecem a exemplo dos conceitos de assalariamento, mulher, jovem, exclusão, inclusão, estado providencia etc. Aqui também se manteve uma idéia básica como a de E.P. Reis, em seu “Desigualdade e Solidariedade”: Uma releitura do “familismo amoral”, de Banfield “(1995), ao referir-se a certas modalidades de pertencimento que” assumiriam uma relevância maior e um significado específico “, assim como à chamada” integração perversa “que consistiria num processo de incorporação ao trabalho baseado em atividades criminosas. Por outro lado, outros ganham maior relevância na nova abordagem, entre os quais se destacam os de proteção social e exclusão e inclusão em diferentes formas.

No plano do novo modelo analítico há verdadeira reversão do apenas esboçado no projeto inicial. Com efeito, a idéia geral de que mulheres jovens brancas com vínculo sexual/afetivo com homens jovens ligados ao sistema do narcotráfico, das realidades específicas das favelas do Rio de Janeiro e particularmente de Acari, excluídas ou em situação de risco ou vulnerável no sistema capitalista global em que se inserem, experimentam processos de mobilidade social individual ascendente, distintos das mulheres jovens negras não ligadas afetivamente aqueles tipos de jovens, agora, foi substancialmente modificada para

outra formulação, a saber: As mulheres namoradas de traficantes, no curto prazo, são protegidas ou beneficiadas pelo sistema do narcotráfico, notadamente com a elevação do padrão de vida, mas em longo prazo, estão mais sujeitas à provável vulnerabilidade, manifestada por encarceramento ou extermínio violento ainda em idade jovem.

Nesse sentido, metodologicamente houve uma alteração também substancial da concepção global que tinha um caráter predominante e nitidamente funcionalista, com base, sobretudo, em uma pesquisa direta, tendo como principal instrumento de coleta de dados diretos um questionário acrescido de alguma entrevista aberta. Agora, tal pesquisa passava a ter um caráter subalterno na medida em que os dados principais passam a originar-se mais de fonte secundária, notadamente a literatura (livros, artigos de revista etc.) remanescente do projeto inicial e a nova sobre proteção social, exclusão/inclusão social, experiências de sistemas de proteção primária e secundária nas favelas e particularmente em Acari e especialmente sobre a história de mulheres jovens das favelas ligadas afetivamente a homens jovens envolvidos nos postos de direção do sistema do narcotráfico.

Por outro lado, o novo modelo analítico supunha uma tentativa de análise que envolve uma dialética de curto e longo prazo ao menos em dois sentidos. Um desses, relativo aos ciclos mais globais de prevalência de paradigmas do sistema capitalista brasileiro e suas manifestações temporais e locais e outro, relativo ao passado e ao futuro em termos da história das mulheres jovens objeto do estudo. Além de uma relação harmônica, conflitiva ou simultaneamente harmônica e conflitiva entre os sistemas de proteção social primária e secundária.

### 2.3.3. Perspectivas de Análises

Amplas e largas eram as novas avenidas de pesquisa e analíticas, abertas com a inversão ou a reorientação de caminhos do meu projeto inicial, já anunciado. Em lugar do modelo anterior, mais estático e situacional, na concepção revisada, ao assimilar os pressupostos teóricos e metodológicos do novo modelo contido na bibliografia da disciplina Proteção Social, o sistema do narcotráfico passava a ser concebido como um “sistema de proteção social”, como processo, provedor de “benefícios” coletivos e pessoais, no curto prazo, ainda que “brumoso” ou “altamente vulnerável” no largo prazo.

Para isso a releitura da bibliografia antes anunciada também sofreria uma inflexão, já que parte dela foi desprezada e a permanente tinha agregado basicamente o conjunto de textos da disciplina Proteção Social, aqui parcialmente resumida em suas, ao meu juízo, principais autoras. Bem como, a nova bibliografia envolveria em alguma medida a história das relações afetivas entre jovens relacionados com o narcotráfico nas favelas brasileiras, com particular atenção para a situação das jovens mulheres namoradas dos homens jovens traficantes.

No plano macro passei a buscar sedimentar melhor a análise das diferentes fases ou etapas do capitalismo brasileiro e de suas formas de manifestações nas favelas e particularmente em Acari, bem como sua relação com as distintas configurações do Estado brasileiro patrimonialista, previdenciário débil e já agora carcerário e/ou exterminador. Por outro lado, passei a tentar pinçar algo mais na tentativa de melhor compreensão das relações entre a parte mercantil do sistema do narcotráfico prevaiente na favela e este sistema como um todo, envolvendo suas dimensões de produção, distribuição e consumo, todas elas sob a mira de uma pretensa historiografia que contemplasse suficientemente o ângulo cultural desses processos.

Por último passei a tentar refletir também, com base em outras experiências ou formulações teóricas porventura existentes, sobre quais os nexos entre um possível caráter legítimo do sistema do narcotráfico e seu caráter ilegal, com vistas a investigar novas idéias em torno de até onde a transformação da legitimidade em legalidade concorreria ou não para alterar a previsível relação fatal entre o sistema protetor em curto prazo e mais provavelmente encarcerador ou exterminador em longo prazo, em outras palavras, até que ponto tal transformação poderia ou não alterar a perspectiva de proteção vulnerável ou perigosa de longo prazo em proteção com algum caráter mais duradouro.

Nessa linha de minha pesquisa teórica adiante acrescento outras dimensões contidas em enfoques que envolvem os aspectos da pobreza, juventude e economia do crime, de gênero, raça e desigualdade e, finalmente, da relação entre poder masculino e estratégia de sobrevivência das mulheres.

### CAPITULO 3

## VIOLÊNCIA, CRIME, JUVENTUDE E POBREZA

As idéias básicas sobre os quatro temas deste capítulo estão contidas em livro recente de Alba Zaluar (2004). A rigor esta autora precede a abordagem direta desses temas, sobre os quais realizou com sua equipe um levantamento minucioso, tecendo considerações sobre alguns modelos teóricos ou teoréticos que perpassariam os campos por eles abrangidos, a saber: *modelo marxista dicotômico*, *modelo da construção da nação*, *modelo da organização da sociedade civil* e *modelo da sociabilidade violenta*.

É, no entanto, na perspectiva temática que ela se fixa detidamente. Sobre o primeiro tema, a autora diz ser o termo “violência” polissêmico (vários significados) desde a sua etimologia, proveniente do latim *violentia*, que remeteria à palavra *vis*, referida a força, vigor, emprego de força física, enquanto recursos do corpo e cuja força tornar-se-ia violência ao ultrapassar determinado limite ou sobrepujar acordos ou regras ordenadoras de relações, adquirindo conotação negativa ou maléfica. A percepção de tal limite ou ultrapassagem variaria cultural e historicamente. Além disso, a violência também seria múltipla em suas manifestações e por isso inclusive o mal a ela associado também não é passível de definição unívoca e clara, salvo ao se assumirem óticas substantivistas ou de concepção da preexistência de padrões de valores universais ou fundamentais não contextualizados.

A partir de 1970, os estudos brasileiros abordando o problema da violência praticamente não a encaravam sob o ângulo da criminalidade, época em que não haveria a comoção pública e o destaque na mídia que o crescimento vertiginoso da criminalidade teria provocado, no país, a partir da década de 1980. Contudo, já teriam então começado a surgir as primeiras pesquisas sociológicas no Brasil sobre crime, alterando a exclusividade que juristas e psiquiatras teriam mantido com relação ao tema em nosso país. Por outro lado, só ao final desta década o problema ter-se-ia tornado nacional e social, não somente médico e jurídico; época em que o Ministério da Justiça constituiu uma comissão de estudiosos, entre os quais alguns cientistas sociais (Fernando B. D’Avila e Artur Rios eram dois deles), encarregada, e que terminou por fazê-lo, de elaborar um relatório sobre a questão que já aí preocupava o Governo Federal.

Não obstante, de 1970 a 1984 no Brasil ter-se-iam elaborado outros estudos cuja atenção estava voltada, sobretudo para a violência originária do povo ou da sociedade, na qual estaria em causa uma espécie de violência “legítima contra o estado ilegítimo e ilegal”. Segundo alguns de seus autores, envolvendo, por exemplo, estudos sobre movimentos messiânicos e cangaço no campo ou sobre quebra-quebras urbanos e seus congêneres rurais, nos quais haveria uma “semente de cidadania”, através da qual a população destituída e oprimida exprimiria uma ação voltada para alguns de seus direitos básicos, enquanto moradores da cidade. Tais movimentos expressos por esses estudos, em alguma medida, mesclariam ações de cunho operário organizado, com os movimentos sindicais e de associações de moradores.

Paralelamente, no período de certa fase da ditadura militar e até, mesmo entre 1991 e 1997, a violência a partir do poder ilegítimo do Estado teria ocupado amplo espaço nas preocupações dos cientistas sociais, particularmente quanto às práticas desenvolvidas pelas polícias do país, envolvendo como principais temas, a brutalidade oficial, militar e estatal, além da paraestatal, clandestina e oficiosa de organizações para militares que exerciam o terror de Estado, assuntos que se manteriam em evidência até os dias atuais.

Nesse meio tempo, os estudos que enfocavam os *linchamentos* de suspeitos de crimes comuns pela população dos bairros pobres e periféricos das grandes cidades brasileiras, cada vez mais freqüentes à medida que o país exercitava sua redemocratização e retorno a relativo estado liberal de direito, teriam fugido à regra dos demais estudos já aludidos. Era como se a anterior separação entre a violência legítima dos movimentos populares e a ilegítima de órgãos estatais e para estatais, desembocassem no “mal estar” causado por aquelas *manifestações populares*, resultando na necessidade de refletir melhor sobre o aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos nacionais, até então tidos por alguns como preocupação “falsa” ou sensacionalista da grande imprensa.

Outra fonte de mal estar ou de ambigüidades sobre o pensamento em torno da questão da violência no período teriam sido os estudos sobre grupos de extermínio, reconstituindo a passagem do sistema de repressão do regime militar para a privatização cada vez maior da segurança militarizada, que hoje infestando todo o país, notadamente por estarem revelando também uma possível dubiedade dos vizinhos que contratavam tais tipos de grupos ou apoiavam suas ações como

forma de substituir a ineficiência do sistema oficial, apelando para a solução “extra” legal e fatal.

Ainda fora do padrão estariam os estudos que focalizavam a violência de crimes cometidos por pessoas pertencentes às classes sociais desfavorecidas, mesmo quando não aceitavam a associação entre pobreza e crime. Nestes, de qualquer modo, o quadro revelador da vida entre os pobres estava longe de ser o de uma comunidade integrada, participante ou democrática. Como já haviam denunciado os autores de estudos sobre linchamentos e grupos de extermínio, violências específicas ou males a combater eram evidenciados, ao serem lesados direitos constitucionais à propriedade e à vida, inclusive dos pobres, tanto por predadores violentos – policiais corruptos, traficantes ou simples ladrões e assaltantes, como por exterminadores, policiais e/ou simplesmente moradores.

Segundo a visão dominante então, tudo era violência e com isso não se distinguia devidamente a *violência perpetrada pelo Estado* contra a população carente e a utilizada para denunciar os desmandos do poder militar abusivo e ilegítimo. O discurso predominante era o de que os reais problemas e questões eram a miséria crescente, o desemprego, a falta de serviços públicos eficientes, especialmente nas áreas de saúde e educação e a ausência de políticas públicas.

As proposições decorrentes dos diagnósticos, entre os quais a autora identifica uma mesclada orientação solidarista cristã com fortes tons marxistas, que misturavam opressão física com necessidade material, teriam ganhado foro de “verdade permanente” por meio do conceito de *violência estrutural*, que teria norteado a linha básica do Relatório dos cientistas sociais e jurídicos criados pelo Ministério da Justiça, em 1980. Tal tipo de violência teria passado a ser diferenciada da institucional, da doméstica e da interpessoal. Segundo Alba Zaluar tal tipo de violência tornava-se assim sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou a discriminações de cor e de gênero, não oferecendo meios para se pensar as ações caracterizadas pelo excesso ou descontrole de uso da força física (ou similares) nas interações sociais passíveis de controle democrático.

À visão das manifestações de violência da população como benéficas, ainda que “intraclasse”, teriam sucedido os estudos sobre movimentos messiânicos do início do século, com nítidos *tropos* revolucionários e, ao mesmo tempo, constituído os primeiros passos no sentido da grande mudança de abordagem elogiada pela

autora, cujos ecos seriam reconhecíveis nos trabalhos que denunciavam certo etnocentrismo entre os autores que não reconheciam na violência uma *nova forma de sociabilidade* dos jovens “pobres” e “marginalizados”. Ela lembra que Misse (1995) teria criticado os que não enxergavam a associação entre um novo “tipo de criminalidade violenta” e “os modos de operar o poder nas classes subalternas e marginalizadas”. Citando alguns autores que teriam ido mais longe do que se recusarem a condenar a violência urbana ou a considerá-la como um problema a ser enfrentado, a autora afirma que a manifestação pública da violência muda teria ganhado “positividade” ao “instaurar” diferenças, quando “os moradores dos bairros proscritos registram sua existência, tornando públicas as suas redes de exclusão social”, de modo que, em nome da existência e da importância do conflito, da desordem e do dissenso ter-se-iam, compreendido e justificado, as manifestações de violência na sociedade brasileira contemporânea, sem esclarecer se nelas e neste lado positivo estariam sendo incluídos também os homicídios cometidos pelos jovens entre si ou contra seus vizinhos ou até mesmo contra os pais.

A partir desses pressupostos Alba Zaluar diz que o problema parece estar em associar a violência, mero instrumento usado com maior ou menor intensidade, a um estado social permanente e excessivo, na sociedade como um todo ou entre os excluídos, explorados ou dominados. Nesse sentido, a questão parece residir não na ausência do conflito, mas na sua forma de manifestação, que possibilitaria ou não a negociação pela palavra, envolvendo diferentes personagens e relações.

Em seguida esta autora afirma que no seu trabalho de campo etnográfico, essas questões sobre as trapaças do relativismo também estiveram permanentemente presentes, perturbando o seu entendimento. No entanto, para ela, a repetição de certos arranjos e associações simbólicas relacionando o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo inteiramente autônomo, teria permitido vincular a violência a um *etos da masculinidade*, que posteriormente ela renomearia para um *etos guerreiro*, tal como concebido por Norbert Elias, no qual a idéia central é a de chefe ou de indivíduo absolutamente livre, que se guia apenas “por sua cabeça”. Por outro lado, informa sobre uma interpretação alternativa a esta, de Alvito (1996,1998) que utiliza o conceito de *cultura da honra*, extraído do seu contexto mediterrâneo, para explicar os conflitos entre jovens nas favelas de Acari, no Rio de Janeiro, bem como os embates entre eles e a polícia. Ainda sobre o *etos guerreiro*, a autora diz

que Chechetto (1997a, 1997b), usa tal concepção para entender a ambivalência da violência - entre a rixa e o baile, entre a destruição e a sociabilidade – nas galeras *funk* cariocas. Adorno e Córdia (1997) teriam generalizado o *etos da virilidade* para todos os homens das classes populares, explicando assim a solução violenta dos “conflitos intersubjetivos”, cada vez mais comuns entre eles na cidade de São Paulo. Na mesma linha, Diógenes (1988) teria interpretado esse etos como o “retorno do recalçado”, afirmando que a violência generaliza-se, “deslocaliza-se”, “rompe fronteiras”, “dessacraliza dualidades”, mas seriam os “novos excluídos” que “rompem as barreiras” delimitadoras da “cidade da ordem e da cidade da desordem” e entendido que a violência, em sua positividade, serve à diferença. Demandando o seu reconhecimento, formaria redes de sociabilidade e de micro-poderes ou “solidariedades fechadas” que deixariam “muitas vezes, atrás de si, marcas de sangue e de lágrimas”.

Em seguida, Alba Zaluar destaca que todas essas interpretações seriam incompletas ao levar em conta o contexto nacional e transnacional da cultura globalizante e do “crime-negócio”, também visto de diferentes perspectivas pelos autores por ela alinhados e comentados, o que só teria ficado claro para ela quando ouviu uma presidente de associação de moradores contar chorando, em 1988, como as armas de fogo chegavam até o bairro e eram postas nas mãos dos adolescentes pobres, trazidas por desconhecidos. Tais adolescentes em fase de afirmação da identidade masculina aprenderiam rápido um novo jogo mortal em sua formação, tendo em vista a facilidade na obtenção das armas. Haveria um fluxo material de recursos – armas, drogas e dinheiro – cuja fonte transcendia a prática fatal dos adolescentes pobres. Logo, o alcance da análise exigiu ampliação até incluir a organização transnacional dos cartéis das drogas e de outras mercadorias negociadas ilegalmente, além das instituições locais – polícia e justiça – com as quais os adolescentes e jovens adultos mantém permanente contato e das quais estão sempre fugindo. Daí a concepção da violência tornar-se cada vez mais complexa.

A partir do final da década de 1980, certa inversão ocorrida entre os estudos urbanos e rurais, em relação à violência da ordem e da contra ordem no Brasil, com as diferentes ênfases quanto à violência dos dominantes e dos dominados, caracterizariam outra inflexão importante. Nesse processo, ao longo das décadas, a discussão de diferentes definições de violência gerou novos elementos e

perspectivas para o debate. As diferenças entre poder e violência faziam esta autora caracterizar este último como um instrumento e não um fim. Em várias definições de violência por ela alinhada ressaltar-se-ia o pouco espaço existente, para que se manifestasse, sujeito da argumentação, da negociação, ou da demanda, enclausurado na exibição da força física pelo seu oponente ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo. J.V.T. dos Santos (1999), autor que segundo ela é dos que mais têm refletido sobre a questão teórica da violência, define-a como uma forma de sociabilidade “na qual se dá a afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo”.

Além da manifestação institucional da violência, “a força, a coerção e o dano, em relação ao outro, enquanto excesso, presente nas relações de poder, estariam, seja no nível macro, do Estado, seja no nível micro, entre os grupos sociais”. O problema de tal definição, segundo a autora, residiria em não esclarecer onde e como tal excesso se manifesta, ou seja, não define os limites, as regras e normas legitimamente aceitos para o exercício do poder, supondo-se que o excesso seria balizado pelo que fosse indigno, mantendo-se indefinida a questão dos limites. Para esse autor desapareceria a fronteira entre a violência física e a violência simbólica, que exclui e domina por meio da linguagem, desaparecendo assim o nicho especial do uso de instrumentos da força bruta.

Outra questão teórica importante sobre a violência, segundo esta autora, é a relativa à *racionalidade* ou *irracionalidade* do ato violento, pela qual a violência poderia ser observada em várias situações, ou seja, a ocasional, a espontânea, a passional, a repentina e, freqüentemente, desproporcional àquilo que a provocou, como no caso dos crimes “de sangue” ou passionais. Podendo ser ainda instrumental e friamente calculada como um meio adequado para se atingir o fim desejado, a violência também pode ser empregada racional ou irracionalmente, bem como ser considerada boa ou má, justificada ou abominada.

Para Alba Zaluar o problema de todos os estudos que apelaram para tradições culturais brasileiras de modo a dar conta da violência atual é não conseguir explicar porque a criminalidade violenta, especialmente o homicídio, veio a crescer tanto nas duas últimas décadas, chegando a aumentar várias vezes em alguns estados e capitais. O problema, para ela, pareceria ser mais conjuntural do que

estrutural e incompreensível sem uma análise pormenorizada do institucional. Todos os estudos, porém, teriam apontado para o esfacelamento do tecido social provocado pelo aumento da criminalidade violenta e os desmandos nas tentativas desastradas de seu controle, no que haveria uma continuidade com a tendência marcante nas décadas de 1970 e 1980. Na última década teriam surgido estudos sobre os processos políticos e eleitorais conjunturais que estariam levando as associações de moradores das favelas para as mãos de grupos de tóxico. Seriam estudos focalizando o comportamento político das populações pobres, especialmente as faveladas, afetadas pelo fracasso do projeto de associativismo participativo e comunitário, havendo os que sugerem que o sucesso dos traficantes poderia ser explicado pela constante crítica às lideranças antigas e históricas dessas localidades, tidas como atrasadas ou clientelistas. Alguns partidos políticos teriam esvaziado as associações de moradores por conta também de suas rivalidades com outros partidos que então as estariam dominando. Tal partidarização considerada excessiva explicaria em parte a perda de legitimidade das associações de moradores junto à população local e a ascensão dos traficantes ao papel de seus líderes políticos. Outros estudos centram-se na relação entre política local e crime, acentuando o decréscimo das lutas locais por causa da perda de idéias e projetos políticos. Misse (1997) teria visto essa relação pela ótica da economia da corrupção e das “mercadorias políticas”.

Sobre a criminalidade Alba Zaluar, neste seu livro, aponta dois ângulos distintos, o quantitativo e o qualitativo. Sobre o primeiro, registra o fato de não dispormos de um sistema nacional de estatísticas oficiais, o que nos impede de responder empiricamente às indagações mais simples e elementares sobre o impacto real do crime na vida cotidiana das populações e, no seu entender, em conseqüência, sobre o modo mais eficiente de eliminá-las. Tal problema agravar-se-ia pela existência de avantajada “cifra negra da criminalidade”, os crimes que não são registrados oficialmente, seja por ineficiência da polícia ou descrença nela, seja pela atenção concentrada apenas nos crimes mais cometidos por pessoas vindas dos estratos mais pobres da população, o que resultaria no que os cientistas sociais teriam denominado da “profecia autocumprida” da associação entre pobreza e criminalidade. Não obstante, as pesquisas de vitimização da criminalidade foram feitas em todo o país pelo IBGE (1990), no bojo de uma pesquisa sobre a participação político-social no ano de 1988, na qual aparece a justificativa

começando pela necessidade de preencher uma lacuna deixada pela tal “cifra negra da criminalidade”, mas insistindo na de atestar a eficiência governamental na área policial e, ainda, afirmar a preocupação com as vítimas na perspectiva de prevenção do dano “num contexto de equidade social e respeito aos direitos humanos”. É nesse contexto que, comparando os dados das pesquisas existentes. Kahn conclui que tanto o Rio de Janeiro quanto São Paulo apresentaram taxas altas de vitimização: 2/3 da população nas duas cidades foram vítimas de 11 crimes mais comuns (roubos, furtos, arrombamentos, assaltos, ofensas sexuais e agressões), que não incluíram o homicídio porque as vítimas desse crime não falam e não respondem a questionários. Entre tais 11 crimes, aqueles contra a propriedade atingiram mais a população do que os crimes contra a pessoa. Segundo Rios (1995), a maioria dos crimes teria afetado pessoas de meia idade (66,7 para 12% de jovens e 21,4% de idosos). Apesar da alta da criminalidade e do sentimento de insegurança, os entrevistados no Rio de Janeiro não teriam apoiado punições severas, já que 44,6% defenderam o serviço comunitário e 38,6% a prisão, enquanto apenas 16% deles tinham arma em casa como defesa, o que pareceria desmentir as afirmações acerca da sociedade “despótica” em vigor no Brasil. Paralelamente, dados oficiais do Ministério da Saúde, referentes a uma vitimização não aferida por aquelas pesquisas – sobre mortes violentas – ressaltam o aumento das mortes violentas no quadro das mortes no Brasil, nos 10 anos entre 1981 e 1991, quando aumentaram em 42% e teriam se tornado a segunda causa de morte em todo o país, só perdendo para as doenças circulatórias.

Além disso, entre os jovens de 15 a 19 anos (65% do total de óbitos nessa faixa) e de 25 a 29 anos (59% do total), as mortes violentas já são a principal causa de óbito, e em algumas cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, os homicídios constituem a principal causa, atingindo 55% de todas as mortes violentas e nas quais os homens estão super representados, já que entre oito e dez vezes mais do que as mulheres na faixa de idade que vai dos 14 aos 29 anos.

Sobre as pesquisas quantitativas em torno da mortalidade esta autora registra ainda alguns problemas. As originárias do Sistema de Informações sobre Mortalidade no tocante a sua construção, tendo em vista a impossibilidade de oposição dos dados quantitativos aos qualitativos, já que, para ser contabilizada como homicídio, cada morte registrada, nas estatísticas da polícia ou na dos hospitais e do IML, teria que ser minimamente investigada, com certos pormenores

que não são transmitidos pelas polícias militar e civil na declaração de óbito que acompanha os cadáveres, além de outros limites no processamento dessas informações. Tudo isso teria conseqüência metodológica e prática, primeiro nas dificuldades de qualificação do quantificado e segundo, por exemplo, no estudo da associação entre tráfico de drogas ilegais e crimes violentos, uso abusivo de drogas e crimes contra a propriedade, na medida em que tais nexos aprofundam os aspectos subjetivos subjacentes, sobretudo no tocante a internalização de *habitus* ou práticas violentas, ou às noções de risco que envolvem os distintos cursos de ação de tais eventos.

Por último, quando Alba Zaluar revê o pensamento de autores que associam pobreza e criminalidade no Brasil e atribuem significados distintos à ação criminosa por parte das pessoas ou grupos da população mais carente, ela diz que teria discutido as teorias que vinculam a pobreza e a criminalidade, ou que explicam uma pela outra, nos modos do determinismo, bem como as que consideram a criminalidade uma forma de resistência à ideologia dominante, tomando por base a proteção que os criminosos dariam aos favelados e pobres em geral, e a oposição à polícia, como era voz corrente então, quando o número de pessoas envolvidas nas diversas atividades ilícitas era muito menor do que se propalava, segundo levantamento feito por sua equipe na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, que não ultrapassava o 1% do total da população daquele conjunto habitacional. Considerando os muitos significados da revolta, teria focado a distinção entre trabalhadores e bandidos, personagens, no plano do real, ambíguos e temidos. Logo se propôs a deslindar o aspecto moderno e capitalista da organização criminosa associada a policiais corruptos, já presente nas favelas cariocas desde o início da década de 1980. Teria preferido não assumir a argumentação de Foucault e de seus seguidores brasileiros sobre a inevitabilidade e ubiquidade da sociedade disciplinar opressiva para entender esse contra poder.

Em pesquisa posterior, na análise das entrevistas feitas com “bandidos”, teria começado a delinear-se para ela o aspecto compulsivo da repetição do ato criminoso, em função de um consumo orgiástico – “o que se ganha fácil, sai fácil” -, assim como os efeitos desastrosos da guerra entre eles. A quase totalidade dos mortos no bairro estudado era atribuída à conta dos embates travados entre os próprios bandidos, por interesses comerciais, por rixas infantis, por simples olhar atravessado ou por mera desconfiança de traição. Então, para ela, haveria outro mal

para se pensar a questão e, então, estaria o ponto essencial da discussão. Não se trataria de optar pelos preceitos liberais de que cada um faz escolhas racionais, como pressuposto na associação entre pobreza e crime, isento das constrações sociais, das aspirações e dos hábitos inculcados nos indivíduos. Tratava-se de tornar mais complexa a análise dos contextos sociais amplos e locais, para entender porque cada vez um número maior de jovens (de todos os estratos sociais) incorpora práticas sociais que os tornam predadores do próximo.

Com base em sucessivos trabalhos empíricos junto a jovens pobres recrutados para o “crime-negócio” ou o “crime organizado” a autora produziu vários textos explorando, a partir de dados etnográficos, as mudanças havidas na relação desses jovens com seus pais, com as organizações vicinais e com a própria identidade masculina. Em tal discussão, abordou as questões do “americanismo” nas novas concepções e práticas dos jovens pobres, da lógica capitalista de acumulação na atividade ilegal, do poder despótico exercido pelos traficantes fortemente armados, gerador de tensão entre eles e os moradores.

Apontou para diversos e concorrentes processos de socialização relacionados a *ethos* ou *hábitos*, articulando “o subjetivo e o social”. E a partir dessas descobertas e formulações passou a afirmar que os jovens pobres, atraídos pelas quadrilhas de traficantes, constituíam uma pequena minoria nas suas vizinhanças e teriam uma característica pessoal e interna comum: a “disposição para matar”.

A essa altura de sua argumentação Alba Zaluar faz referência inicial ao modelo teórico *bourdieuano* da honra masculina, associado à matriz prática do “sistema de disposições” (que levaria os homens a fazerem escolhas estratégicas) visando obter o máximo de “capital simbólico”, oposto ao referido a um dissenso claro e profundo quanto ao que seria moral no homem – se o trabalho ou o dinheiro fácil conseguido no crime – e quanto à coragem exigida nos desafios entre parceiros desiguais, uns armados e outros não (o revólver, símbolo fálico e instrumento da violência), apesar de sua associação com a virilidade, especialmente para os jovens, era visto pelos trabalhadores maduros e desarmados como o sinal negativo da covardia e da marca da pessoa “teleguiada”, “sugestionada”, sem vontade autônoma, base da outra perspectiva, a do “dilema de disposições”, para matar ou para trabalhar, contestados, segundo ela, por Silva (1994) e Misse (1995b), que se referem à violência como uma forma de sociabilidade em que trabalhadores e bandidos não mais se diferenciariam por se guiarem pelos mesmos valores e pelas

mesmas regras de violência.

Nesse sentido, mesmo que os crimes registrados pela polícia não estejam diretamente relacionados às drogas, isso não quer dizer que esse novo poder não esteja sendo exercido nos países capitalistas, já que no plano mundial, o crime organizado, que tem estruturas complexas e movimenta grande volume de dinheiro, não pode mais ser ignorado como uma força importante, paralela aos Estados nacionais, igrejas, partidos políticos, empresas multinacionais etc. Embora já se tenha evidenciado, por exemplo, como na Itália meridional o crime organizado tornou-se até mais importante do que o Estado nacional, a Igreja e os partidos, no Brasil, não se tem idéia clara do impacto que hoje em dia ele tem nas instituições e na sociedade em geral.

Chama a atenção de que até pouco tempo, salvo seus trabalhos, poucos autores ter-se-iam centrado-se em estudar as ações em rede, atravessando fronteiras de classe, de idade, de gênero e de nações, com isso levando a uma mudança de perspectiva e superação de teorias constituintes do *habitus* intelectual não explicitado e não questionado.

E a partir dessa observação a autora alude a vários estudos que teriam aberto um leque de novidades nesse processo, a saber: Ramalho e Coelho (1979, 1987, 1988 e 1992) de pesquisas etnográficas nas prisões; Chinelli e Silva (1993) sobre as mudanças organizacionais nas escolas de samba sob o domínio do jogo do bicho; Misse (1997) sobre as tensões internas entre os mercados informais e o das “mercadorias políticas” ou o da “economia da corrupção, envolvendo as drogas e as configurações do tecido social; Mingardi (1997, 1998) sobre a racionalização do empreendimento ilegal do” crime organizado “e uma tipologia weberiana de suas múltiplas atividades, além de interconexões entre o mundo empresarial paulistano e o tráfico de drogas; Kahn (1998) com estudos contidos em revista especial do IUPERJ abordando o crime organizado, a corrupção governamental e as legislações a respeito da criminalização e controle da lavagem de dinheiro; e, finalmente, as pesquisas sobre as idéias em torno das razões da violência fora da área de saúde, realizadas por cientistas sociais desta área, bem como outros relacionando violência e escola ou família (Leão, 1993, Assis, 1995 e Córdia, 1997). Do ponto de vista programático, tal estratégia teórica orientar-se-ia para o campo da prevenção e tratamento, no qual se faria necessária a participação dos afetados.

Mais recentemente, a própria autora, adotando a perspectiva do que denomina o “processo civilizador”, no qual a possibilidade do retrocesso está sempre presente, teria analisado a conquista e o recente recuo do equilíbrio de tensões que conteria a violência, que resultaria da boa proporção entre o orgulho de não se submeter a nenhum compromisso exterior ou poder superior, típico do *ethos guerreiro*, e o orgulho advindo do autocontrole, próprio da “sociedade domesticada”. Segundo ela, tal processo não teria atingido com a mesma intensidade todas as pessoas, classes sociais ou sociedades e, com base em N. Elias, afirma que, nas sociedades nacionais onde o Estado nacional é fraco no monopólio da violência, um prêmio é conferido aos papéis militares, o que termina na consolidação de uma classe dominante militar. Em bairros populares e vizinhanças pobres, ou em organizações urbanas que misturam etnia e bairro, onde os laços segmentais (familiares, étnicos ou locais) são mais fortes, o orgulho e o sentimento de adesão ao grupo diminuem a pressão social para o controle das emoções e da violência física, resultando em fraco sentimento de culpa no uso aberto da violência nos conflitos.

No caso dos bairros populares, isso seria interpretado como efeito da segregação dos papéis conjugais, da figura do pai autoritário e distante, da centralidade do papel da mãe na família, da dominação masculina violenta e do controle intermitente e violento sobre as crianças. Com essa visão de que a exacerbação dos localismos seja de estados, cidades ou bairros, poderia estar, no Brasil, ajudando a criar as mesmas condições para o retrocesso da civilidade, a autora diz estar retornando ao *modelo da construção da nação*.

No capítulo do livro de Alba Zaluar aqui em exame, denominado “*Violência em três bairros do Rio de Janeiro: estilos de lazer e redes de tráfico*”, esta autora inicia precisando duas hipóteses básicas que teriam presidido a concepção teórica de sua valiosíssima pesquisa realizada nos bairros de Copacabana, Tijuca e Madureira. Primeiramente, a hipótese que deu título ao projeto da pesquisa e teria confirmado sua relevância para entendimento do que acontece no Rio de Janeiro, “baseou-se no caráter interativo dos circuitos, redes, estilos de lazer e processos sociais mais difusos que culminam numa atividade criminosa: o tráfico de drogas”.

Tal interação o vincularia aos negócios, a alguma forma de organização e logística de distribuição de drogas e de armas, que no varejo pode ser regular ou irregular, meio de vida ou de enriquecimento e ainda atividade intermitente ou

temporária. A atividade estaria relacionada à incidência diferencial de alguns crimes observados nos três bairros, pesquisados e comparados, em seus vários estilos de uso e de tráfico. Em segundo lugar, como hipótese subsidiária, mais focalizado nos efeitos do uso abusivo de drogas, assumiu a presente em outros estudos que entendem que dependentes em tratamento tendem a cometer muito menos crime contra a propriedade e contra pessoas do que os que não estão submetidos a tratamento.

Tais hipóteses teriam resultado da análise dos estudos internacionais mais recentes, nos quais se indica que, na ponta do consumo, a demanda que garante os altos lucros do empreendimento ou da “indústria da droga”, seria decorrente de mudanças nos estilos de vida, que modificam o consumo, bem como da montagem de círculos viciosos para os usuários abusivos de drogas que já enfrentam diversos problemas socioeconômicos, entre os quais os de repetência ou baixo rendimento escolar, desemprego, discriminação, pobreza, conflitos familiares etc. Observadas como um dos efeitos do processo de globalização, as mudanças no consumo favoreceriam também o aumento impressionante de crimes contra a propriedade e contra a vida.

Outros estudos revelariam que os padrões de distribuição das drogas variam segundo o tipo de tráfico, se por atacado, por intermediários ou a varejo, segundo a droga negociada, segundo o tipo de organização do pagamento, se em folha de pagamento ou em função de políticas pessoais e, finalmente, se o narcotráfico está ou não aliado a grupos como os de terroristas e como compete pelos mercados. No caso do Brasil, mais afetado pela cocaína, sua indústria estaria concentrada e não baseada em pequenos estabelecimentos. Os produtores camponeses recebem parcela irrisória da renda produzida por este negócio e o seu comércio tornou-se organizado em cartéis e máfias nos seus mais altos níveis, porém ramificado e descentralizado no varejo. Embora não exista consenso quanto às taxas por causa da dificuldade de obter dados, sua lucratividade beneficia principalmente os grandes atacadistas e maiores intermediários na rede hierárquica de conexões.

Diversos outros estudos apontariam resultados que valem a pena registrar: a dificuldade da separação entre traficante e usuário; entre os usuários de drogas ilegais há mais homens do que mulheres, mais homens jovens (18-25 anos) do que homens mais velhos, mais desempregados do que empregados e mais solteiros e divorciados do que casados; contestando idéias de senso comum, que associam tais

comportamentos à pobreza ou aos “lares desfeitos”, bem como os que apontam o “grupo de pares” como crucial na escolha, pelo adolescente, do uso regular das drogas ilegais; os que demonstram que não apenas a pobreza, mas também as exigências do funcionamento do tráfico desenvolvem o comportamento violento associado ao uso de drogas; as evidências de que não é tanto o fato da família ser chefiada pela mulher ou de serem os pais separados, mas as relações entre pais e filhos que induzem ao hábito de usar drogas, sendo assim a violência doméstica e a ausência dos pais, mais do que a separação deles; a razão para o uso das drogas; os que afirmam que a influência do grupo de amigos tem sido exagerada e que a escolha dos próprios amigos já estaria marcada pela preferência por tal ou qual droga e pelo desejo de experimentá-la. Segundo Katz (1988), a curiosidade e a valorização do proibido e do próprio risco, características da adolescência e do desejo de afirmação como alguém capaz de enfrentar a morte fariam do uso de drogas proibidas uma atração constante para os jovens, só superável pela informação, pelo diálogo e pela preocupação demonstrada pelos adultos.

Sobre o crime nos bairros estudados pela autora, só se confirmaria parcialmente a teoria mais corrente sobre a criminalidade no Brasil, de que é esperado que os crimes contra a propriedade (furtos de auto e outros furtos, roubos de autos e outros roubos) ocorram em maiores números nos bairros cuja população tem maior poder aquisitivo. Por exemplo, a Tijuca foi campeã nos furtos de autos, seguida de Copacabana, onde o número diminuiu bastante somente a partir de 1997, enquanto em Madureira, tendeu a diminuir desde 1994. No geral, a situação de insegurança nos três bairros, medida pelo número de ocorrências de furtos, nos últimos seis anos, teria piorado bastante. Já nos roubos de auto e outros roubos, crimes considerados violentos – porque cometidos com o auxílio de armas, em geral, de fogo -, Madureira o bairro mais violento é de longe o bairro com maior incidência, que continua aumentando mesmo em 1999. A Tijuca, bairro de classe média, porém com menos poder aquisitivo que Copacabana, também apresenta incidência, que diminuiu após 1994, ao passo que Copacabana, com alta renda *per capita*, em relação aos outros dois, tem baixa incidência de tal crime, um dos maiores responsáveis pela sensação de insegurança da população. Não é, pois, o perfil socioeconômico do bairro que pode explicar as diferenças encontradas, mas uma cadeia de efeitos complexos que só foram entendidos com o desenvolvimento da pesquisa realizada.

No caso dos homicídios, o contraste foi considerado ainda mais impressionante, confirmando a teoria que correlaciona pobreza e crime contra a pessoa. Apesar da tendência à diminuição dos homicídios dolosos, registrada a partir de 1994, quando houve 221 ocorrências, Madureira ainda tem uma incidência muito mais alta em relação aos outros dois bairros, cujos números só tendem a decrescer a partir de 1996 (Copacabana) e 1997 (Tijuca), com a diminuição mais notável em Copacabana.

Em seguida, os resultados desta pesquisa da autora revelam outras diferenças entre os três bairros pesquisados, inicialmente de natureza demográfica e socioeconômica e logo também em relação aos “circuitos de lazer” e aos “estilos de uso de drogas ilegais”, onde são registradas conexões com algumas organizações com relacionamento mais estreito com o meu estudo, porque presentes ao menos em dois dos bairros estudados, onde há favelas como é o caso do complexo Acari. Tal é o caso dos bailes *funks*, especialmente os chamados “de comunidade” (realizados dentro da favela), onde a autora afirma ser fácil perceber a interferência do tráfico de drogas, sendo até autorizados por traficantes que os financiam, ainda que sua oficialização seja feita habitualmente com o uso do nome da associação de moradores.

Por causa dessa associação estreita com traficantes nos bailes da comunidade e a representação ritual da guerra entre quadrilhas e facções que acontece nos bailes, é que se poderia afirmar que o baile *funk*, muito mais comum em Madureira no que na Tijuca ou em Copacabana, condicionaria ou prepararia os jovens para a guerra que enfrentam nas favelas da cidade. Ali se aprenderiam os valores da coragem no combate e da indiferença diante do sofrimento do inimigo, tornando os jovens “durões” ou “machões”.

Quanto aos estilos de uso, a autora destaca o que chama de “socialização no estilo de uso” que não provoca escândalos ou demasiada visibilidade, na medida em que alguns usuários ensinam aos novos a maneira mais adequada de usar a droga, evitando os danos e riscos a ela associados, a existência de rituais sociais que antecedem o consumo propriamente dito durante o evento no qual a droga ilegal é partilhada, reforçando o laço de solidariedade grupal, ou proporcionando o “barato” do próprio ritual e, no caso da maconha e da cocaína, a importância do grupo e do ambiente na decisão de consumi-las e na continuidade do uso, já que todos os entrevistados na pesquisa que experimentaram drogas ilegais teriam dito que a

primeira experiência ocorreu em situações coletivas, às vezes em locais não corriqueiros, do tipo acampamentos, viagens e festas e registra-se que, invariavelmente, os que interromperam momentânea ou definitivamente o uso de drogas, afastaram-se do grupo e do ambiente que estavam associados a tal prática.

É relevante ressaltar também o contraste entre o reconhecimento pela maioria dos entrevistados de que o uso permanente das drogas esfacela as relações mais estreitas de sociabilidade e, no entanto, o peculiar prazer que ressaltam como associado ao seu uso, relacionando os estados mentais propiciados pelas drogas às “curtições” e aos contatos sociais, nos quais se manifestariam efeitos como a euforia, “a adrenalina”, a “ligação”, o “ficar aceso”, no caso da cocaína e o “estar chapado”, “ficar lesado” ou “desligado” no caso da maconha.

Quanto ao estilo do tráfico, segundo a autora, na Tijuca, assim como em Madureira, predomina o diretamente controlado pelos traficantes de favela, com uso corriqueiro de arma de fogo para controlar o território, cobrar dívidas, afastar concorrentes e amedrontar possíveis testemunhas, marcando uma diferença significativa em relação ao bairro de Copacabana, que tem um estilo mais discreto, onde o traficante assume a clandestinidade e não controla territórios.

Outro ponto relevante para os propósitos do meu estudo é o relativo a dois aspectos contraditórios levantados pela autora sobre as escolas de samba em sua relação com o tráfico de drogas. O primeiro relativo ao conhecimento de todos de que oficialmente as escolas, nesses bairros, não permitem o uso de tóxicos em suas dependências, mas que também se sabia que muitos dos seus ritmistas, puxadores de samba e integrantes de ala utilizam drogas ilegais, principalmente a cocaína.

O que chama a atenção para o fato de que, embora as escolas de samba sejam rivais, não há *ethos guerreiro* entre elas, como acontece no baile *funk*, por exemplo. Logo, ao contrário, a idéia de que “todos são amigos” e trocam visitas seria a resposta mais comum quando se fala de possíveis conflitos entre escolas. Tampouco seria possível observar o uso de drogas nos ensaios, muito policiados e onde é proibido, ainda que na pesquisa houvesse quem informasse que haveria uso de cocaína nos banheiros das quadras.

Ao menos em dois dos bairros, as favelas e certas partes do bairro estão divididas entre comandos diferentes, o que acontece na maioria delas. Por isso, muitas seriam as formas diretas e indiretas da associação entre o tráfico de drogas

ilegais – com seu estilo de controle militar do território para realização do comércio e a simbolização do ethos local da virilidade – e a violência entre os jovens. Alguns dos estilos de lazer juvenis, como a galera e o baile *funk* compartilhariam os mesmos valores do *ethos guerreiro* e da vinculação simbólica do orgulho masculino com o território dominado. Existiria entre eles um sentimento de impotência em relação ao poder territorial exercido pelos grupos criminosos, em cujo contexto de socialização masculina, na proximidade com os grupos de traficantes, inscrevem-se as explicações sobre a violência e com elas o sentimento de que “a guerra nunca vai terminar”.

Segundo a autora há também diferença entre os três bairros, quanto à guerra sem fim entre a polícia e os traficantes, já que em Copacabana não foram encontrados seus sinais. A ação policial não inibe o comércio, praticamente ninguém é revistado e os policiais não examinam as pessoas que estão sentadas nos bares bebendo chope em geral, quando “vapores” e usuários, preferem ficar nas mesas laterais dos quiosques (onde as investidas policiais são em pequena escala), dificultando a visão dos policiais que passam com suas viaturas pela Avenida Atlântica. Nesse bairro quase sempre é possível saber como agir com a polícia procura-se saber quem está de plantão nas cabines, se há muitas viaturas nas ruas e habitualmente é possível “desenrolar” ou safar-se conversando com os policiais, o que não impede a existência de extorsões, com as quais não raro os usuários são coniventes e que são mais fáceis porque os policiais são mais soberanos na tomada de decisão quanto ao desfecho dos eventuais flagrantes, nem sempre seguindo as leis.

Nos outros dois bairros, principalmente na Tijuca, isso ocorre de forma mais abusiva, onde as denúncias de extorsão e violência por parte de policiais foram ainda mais comuns, especialmente entre favelados, ao declararem que nas visitas daqueles às favelas, todo morador é, em princípio suspeito, ou seja, para a polícia qualquer favelado é traficante, o que leva muitas vezes a liberdade momentânea ser comprada com propinas que às vezes chega até a irrisória quantia de R\$1,00. Em Madureira, as queixas contra a Polícia Civil são mais raras, mas abundam contra a Polícia Militar, que muitas vezes violaria os direitos civis mais do que os próprios traficantes, com abusos de poder e abordagens aprioristicamente agressivas. Muitos moradores deste bairro dizem ter histórias para contar, mas preferem não fazer denúncias para protegerem suas vidas e a de seus familiares.

Nesse contexto em que a violência é grande motivo de desagregação e enfraquecimento do trabalho comunitário, sobretudo quanto às associações de moradores locais, a situação dos líderes caracterizar-se-ia pelo fato de que eles já não mais controlariam o que se passa na “comunidade”, além de não terem conhecimento técnico suficiente para administrar, nem tempo para desempenhar outras funções. Eles teriam perdido poder e respeito para os “donos” e as divisões ocorridas dentro das favelas ou “comunidades” em função de conflitos entre traficantes ou por morte do “dono”, resultam muitas vezes na impossibilidade de transpor a divisa que separa uma área de outra, uma favela de outra, fronteira de difícil delimitação, o que não raro ocasiona mortes inclusive de adolescentes apenas por inadvertidamente transpor tais fronteiras.

Em algumas localidades chega-se a admitir que o tráfico tenha interferência direta nas associações de moradores, havendo mesmo algumas até comandadas por eles, enquanto alguns de seus dirigentes tentam manter-se afastados dos dois “fogos” – a polícia e os traficantes – e muitas pessoas passaram a esquivar-se de participarem nelas. Tratar-se-ia, neste caso, de um jogo complicado e arriscado entre a diretoria das associações, os traficantes que dominam o local e os governos em seus diferentes níveis, incluídas as polícias. Recente Relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado teria concluído por contabilizar, para o período entre 1992 e 2001, em 800 o número de líderes comunitários assassinados, expulsos ou cooptados pelos traficantes no Grande Rio, dos quais a metade ter-se-ia associado aos bandidos, outros 300 deixaram as favelas onde moravam e 100 deles foram assassinados por se negarem a obedecer as ordens dos traficantes.

Outra entidade considerada pela autora como desestabilizadora do movimento comunitário, tendo em vista a opinião de lideranças locais, são as Ongs. Para a autora, haveria um excesso de Ongs que captam dinheiro público para realizar trabalhos da alçada do Estado e que de fato não fazem nada ou não tem sequer quadro de pessoal para realizar os serviços propostos. Sua proliferação desenfreada e descontrolada estaria sendo extremamente prejudicial ao movimento comunitário.

A autora ainda analisa o significado e o impacto do mais importante projeto social desenvolvido recentemente pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que tem contado com o apoio e a participação da população favelada nas áreas da

cidade onde foi implementado: o *Favela-bairro*, cuja continuidade inclusive dos funcionários por ele responsáveis seria um dos fatores que têm mantido sua credibilidade e sustentação. Também ele, segundo informações obtidas durante a pesquisa, tem sofrido a intromissão dos grupos de tráfico, inclusive nas obras desse projeto. Os “donos” e gerentes conseguiriam impor condições na execução das obras, o programa estaria empregando mão de obra do tráfico (paga com prioridade nas folhas de pagamento), para garantir a permanência de outros trabalhadores, inclusive funcionários da prefeitura e engenheiros das empreiteiras. Há até informações de que os traficantes nesse caso já conseguiram interferir inclusive no dimensionamento dos projetos de sorte a orientarem o sentido de determinados acessos a locais, bem como na criação de obstáculos para acesso a outros.

Em geral, haveria uma crença de que hoje é impossível fazer qualquer coisa nessas localidades sem negociar com o tráfico. No caso específico do *Favela-bairro* há diversos outros efeitos dessa interferência dos traficantes, contribuindo para tornar o seu poder nas favelas cada vez mais forte e duradouro, porque nada se poderia fazer mais nessas comunidades sem o seu consentimento.

No capítulo de seu livro sobre “Crime organizado, violência e poder”, a autora conclui seus argumentos afirmando que “não é com bairrismos nem buscando bodes expiatórios que se vai conseguir dismantelar as redes e conexões escusas já estabelecidas, envolvendo negócios legais e ilegais, eleições e proteções, traficantes e políticos, policiais e bandidos. Enquanto estive nas manchetes de jornais o crime organizado só fez crescer e tornar-se cada vez mais ousado no Brasil. Está na hora de uma virada – nacional, integrada e estratégica – como ocorreu na Itália, em 1979. Enquanto houver esperança e quem acredite em fazer as mudanças necessárias, podemos cantar com o nosso poeta: vai passar”.

## CAPÍTULO 4

### GÊNERO, RAÇA E DESIGUALDADES

Já assinalei antes que, em estudos sobre favela, violência e tráfico, a mulher é freqüentemente citada como coadjuvante; condição que também se configura quando ela tem, por exemplo, sua inserção na micro-estrutura socioeconômica das favelas associada ao papel decorrente de vínculos afetivos com traficantes de drogas e mais especificamente com gerentes de boca-de-fumo.

Uma observação mais atenta sobre os problemas vividos por pessoas e grupos como as jovens das favelas, em sua relação com os apelos e motivações dos distintos aparatos institucionais legais ou não legais, formais ou não formais, revela que os ambientes urbanos e suburbanos de aglomerados especiais como este também propiciaria o estranhamento de parcela da sociedade (favelada) em relação às possibilidades reais de utilização do território da cidade, de algum modo vinculado à idéia de não pertencimento sócio-cultural e às experiências de discriminação social e racial.

Fatores como o modo de andar, vestir, as formas de interação com os amigos, os gestos, a maneira de falar e até mesmo a cor, possibilitam a identificação, a distinção e a discriminação dos jovens da periferia, grande parcela hoje conhecida como “favelada”, como ontem outra mais genericamente era conhecida como “suburbana”.

Com tal enfoque, o conceito de favela, como os de “subúrbio” ou de “baixada fluminense”, no caso do Rio de Janeiro, ultrapassariam a idéia do território espacial e passariam a ser reconhecidos também por valores subjetivos, estéticos e comportamentais. Isso ensejaria um indicativo também de que a distribuição territorial de equipamentos de cultura e lazer (tal como vem sendo feita) - concentração de equipamentos e bens culturais em bairros de classe média e alta -, também poderia estar contribuindo para legitimar a assimetria de direitos entre as classes sociais. Os valores associados a esses processos apontariam para uma construção ideológica que demarca o território com base na herança sócio-cultural<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> CASTRO, Mary et al. *Cultivando Vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. – Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

Nesse sentido é que, como já se viu, a problemática que envolve os temas aqui examinados também sugere um quadro analítico em suas múltiplas dimensões. Observa-se que, nesse processo, como não se tem acesso aos equipamentos de forma mais ampla e também não se têm condições materiais de corresponder aos valores comportamentais e estéticos exigidos ou apregoados pelas camadas dominantes, então se criam valores específicos que buscam compensar as reais possibilidades locais.

Assim como se formam novas estruturas e novos valores para o reconhecimento do outro, há também uma reprodução em menor escala do jogo de poder e de status que se tem na macro-sociedade. Isso poderia expressar-se, no caso, por exemplo, na questão da preferência por mulheres brancas, enquanto sinônimo ao menos simbólico de ascensão social e poder, questão, aliás, que já foi alvo de ferozes críticas de Carneiro (1995) ao texto de Joel Rufino dos Santos (1994), em que este tenta explicar “porque os negros que sobem na vida arranjam logo uma branca e de preferência loira”, nas quais esta autora considera as negras brasileiras (mães, avós, irmãs, escravas, mucamas de cama, mesa e banho) “testemunhas de uma história de derrotas e fracassos da qual seríamos todos herdeiros e que nenhuma história de mobilidade social individual pode apagar”.

Aliás, são desta autora também outras idéias relevantes sobre um dos ângulos centrais do meu estudo, o da relação entre jovens narcotraficantes e as mulheres, em sua grande maioria, negros e favelados, com as quais estabelecem relações afetivas. Hoje inclusive, tais relações também estão marcadas pelo caráter violento que mais recentemente todas as relações sociais nesse contexto assumiram.

Com efeito, no mesmo trabalho em que critica o autor já nomeado e certamente com referência mais generalizada do que a relativa ao tipo de jovens sobre os quais estou centrada nesta minha dissertação, Sueli Carneiro (1995) faz alguns registros que também podem estar entre os balizadores das tentativas de compreensão da relação entre os traficantes e suas namoradas, no tocante ao aspecto interétnico. No seu entender “para negros em processo de mobilidade social individual descolado das estratégias de luta de suas comunidades... A relação interétnica representa a consolidação de uma aliança sem a qual esta mobilidade estaria comprometida porque... ‘o intercâmbio matrimonial... Ao mesmo tempo em que liga um homem e uma mulher, socializando sua sexualidade, corrobora para a

articulação da ‘sociedade masculina’ e da ‘sociedade feminina’ e instaura uma aliança entre os grupos a que pertencem (Balandier)’.

Neste sentido, considerando que simbolicamente, diante do poder hegemônico do homem branco em nossa sociedade, todos os demais somos fêmeas, a mulher branca enquanto representação do poder dos brancos em geral é a mediação através da qual se processa o diálogo e o pacto entre a sociedade masculina, neste caso entendida como os homens brancos e a sociedade feminina”, no caso os homens do autor que ela critica. Outro aspecto notável destacado por esta autora é o de que a mulher branca permitiria a esse homem negro apresentar-se diante do homem branco, aliviado do complexo de castração, porque se teria tornado capaz de tomar a mulher do outro, condição indispensável para que homens machistas, que historicamente não puderam defender suas mulheres e tiveram que cedê-las a outro, sintam-se recuperados em sua auto-estima e capacidade fálica.

Por último, Sueli Carneiro, após sugerir que o homem negro do autor por ela criticado, no fundo odiava tanto a mulher negra por ele desprezada como a branca preferida, invoca o poeta negro Arnaldo Xavier, que considerara o machismo o único espaço de cumplicidade efetiva existente entre o homem negro e o homem branco.

Outra questão que poderia aqui ser suscitada é a de que, em um contexto de fluidez da liderança do tráfico, no qual a esperança de vida dos jovens é mínima, as mulheres a ele ligadas tenderiam a manter-se por mais tempo no círculo do poder dominante nos limites do contexto sob referência, ainda que, por outro lado, estejam sujeitas também a situações de violência, inclusive extrema ou atroz.

Nesse contexto, a sociabilidade em geral passaria também a ter alicerces na cumplicidade e nas obrigações mútuas, viabilizando o sustento básico e influenciando diretamente sobre a idéia de pertencimento social que fica restrito à micro-estrutura e fortalece-se através da nova forma como se concebem as relações familiares. Essa sociabilidade especial, então, passaria a constituir-se em importante estratégia de sobrevivência da pobreza e possível instrumento de mobilidade social.

Na verdade, as parcelas “excluídas” teriam reduzido os fundamentos para o desenvolvimento da solidariedade aos padrões formais vigentes na sociedade global. Nessas condições, as orientações de valores tanto dos incluídos como dos excluídos, apresentariam tal afrouxamento que seria difícil identificar sentimentos que confluíssem para algum tipo prevalecente de padrão de afinidade, compartilhamento ou pertencimento social fundados em princípios morais, sobretudo

legais.

Essa dinâmica poderia ser uma base do que Reis (1995) denomina de “um novo familismo amoral”, um tipo particular de pertencimento, que impõe dificuldades ao estabelecimento de relações contratuais em seu sentido formal. Isso incentivaria a constituição de espaços singulares de pertencimento: organizações mafiosas, esquadrões da morte, quadrilhas, gangues etc. Tais modalidades de pertencimento assumiriam uma relevância maior e um significado específico, como já vimos, à luz da constatação de Castells de que a exclusão social e a insuficiência de políticas sociais voltadas para a integração levam a algumas formas específicas de relações de produção, na sociedade informacional capitalista (conexões através de um sistema de redes), configurando a chamada “integração perversa”, que consistiria num processo de incorporação ao trabalho baseado em atividades criminosas e que também foi adotada por Alba Zaluar no título do seu livro mais recente.

Paralelamente, raça<sup>4</sup>, discriminação e desigualdades raciais seriam, no Brasil, temáticas que também vêm alcançando algum espaço nos foros de discussão, seja no plano acadêmico, seja em diversas outras redes de comunicação. A questão racial, assim como aquelas pertinentes às especificidades geracionais e de gênero, por sua vez, vem-se alinhando a uma tendência difundida em vários países e estabelecendo-se enquanto tema típico das ciências sociais na contemporaneidade<sup>5</sup>.

Em nosso país a preocupação com processos discriminatórios de fundo racial também ocupa seu lugar e vai-se estabelecendo continuamente enquanto objeto de estudo. Embora o Brasil tenha um índice de 44,3% da população que declararam no último censo serem de origem africana, este não é um percentual que deve ser analisado isolado de seu contexto. O tão propagado pioneirismo brasileiro em relação à “democracia racial” (cultivado desde a primeira metade do século XIX), não apaga nem ameniza as marcas históricas de uma sociedade escravocrata que perdurou até 1888.

---

<sup>4</sup> Conceitualmente adotamos o termo em uma perspectiva sociológica e antropológica, de forma que, substancialmente trata-se de trajetórias históricas comuns que socialmente contribuem para formação da identidade. Não nos referimos aqui à dimensão biológica do termo.

<sup>5</sup> A temática racismo e relações raciais no Brasil podem ser revisitadas sob o amplo horizonte de autores como: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e Lynn Huntley (2000) *Tirando a Máscara. Ensaios sobre o Racismo no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 2000; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*, São Paulo: Ed. 34, 1999; HASENBALG, Carlos e Nelson do Vale. *Relações Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992; MOURA, Cláudio. *Sociologia do Negro Brasileiro*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

Dentre essas "marcas" é possível citar o fato de grande parte da população com características fenotípicas de cor negra, não se auto-identificar como tal. Numa sociedade de discriminação racial não declarada - como a do Brasil - desencadeia-se o processo de branqueamento não apenas de traços físicos, mas também da constituição identitária. Poder-se-ia dizer, então, que no Brasil em grande medida "a discriminação opera no nível dos indivíduos de maneira inconsciente e nem sempre identificável como tal".

De modo geral, a literatura sobre identidade desdobra-se em questionamentos e polêmicas particularmente no plano de políticas públicas (e.g., o debate sobre ações afirmativas). Dá-se pouca atenção aos trânsitos entre identidades, o que se complica no caso dos jovens, pois, embora exista uma produção crescente sobre gênero e raça ou raça e classe, pouco se sabe, particularmente no plano do conhecimento científico acadêmico, sobre como, no Brasil, o racismo rebate nos jovens, em especial nos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Nessa linha, a temática "juventude e racismo", por sua vez, requerem mais atenção do que vem recebendo atualmente pelos seus múltiplos significados e por tratar-se também de uma questão de direitos humanos e de direito à cidadania<sup>6</sup> (social e cultural, por exemplo), pela relação que existe entre raça e vulnerabilidade e porque os jovens constituem uma população estratégica na reprodução e no combate às discriminações. Sem dúvida, a discussão sobre este tema suscita também um debate sobre o lugar da educação e da escola na produção e no combate ao racismo, cujos meandros não é o caso de abordar aqui.

Por outro lado, os ajustes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>7</sup>, calculado pelas Nações Unidas, ilustram a distância social entre brancos e negros e o perigo de representar a nação sem considerar sua clivagem racial e por gênero. Em 1999, considerando tal indicador, o país ocuparia a 74ª posição. Contudo, considerando-se somente a população recenseada como branca, o Brasil ascende à 43ª posição. Mas, ao se levar em conta somente a população negra - classificada

---

<sup>6</sup> Ver os tipos clássicos de cidadania referidos na obra de T. H. Marshall. *Cidadania e classe social*, 1949 e CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>7</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento Social (Pnud) e é composto por indicadores de educação, saúde e renda para medir o grau de desenvolvimento humano dos países.

como preta e parda nas estatísticas oficiais -, o Brasil baixaria para o 108º posto. Já através do Índice de Desenvolvimento ajustado por Gênero (IDG), o país passaria a ocupar a 63ª posição. E, se for considerado apenas o caso das mulheres afro-descendentes, o Brasil seria rebaixado para a 91ª posição.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1999, cerca de 38% da população teria sido registrada como não branca, sendo que 45% das famílias em que os chefes foram identificados como 'pretos', pela PNAD, viviam em estado de pobreza avançado – com menos de um salário mínimo per capita. A população 'branca' teria em média 8 anos de estudo e a classificada como 'preta', somente até 5/6 anos.

Em diversas pesquisas têm sido identificadas nas escolas expressões variadas de racismo<sup>8</sup>, sua banalização e modelagem no plano do simbólico - práticas discriminatórias resultantes de pré-concepções quanto à raça e sua localização/representação na estrutura social (de formas direta ou indireta, consciente ou inconsciente).

Esses dados reforçam a estrutura da argumentação de Santos (2000), ao tratar da particularidade dos elementos que compõem o 'círculo vicioso da discriminação' no Brasil e que são reconhecidos nas práticas cotidianas. A circularidade<sup>9</sup> da discriminação racial teria início com a abolição da escravidão que se fez sem possibilitar aos negros os instrumentos necessários para o exercício da cidadania.

Quanto ao ideal das relações de trabalho livre, pode-se dizer que se conseguiu transformar o escravo-trabalhador em trabalhador-escravo ou, considerando os dias atuais, estar-se-ia falando de 'trabalho precário', resultante da relação direta entre dificuldades econômicas e possibilidades de acesso à educação (não caberia neste momento sequer a referência à qualidade desta – que se consolida enquanto preocupação nos dias atuais). Poder-se-ia dizer então que a baixa capacitação, que remete os não-brancos aos piores empregos e que mantém as dificuldades econômicas, promove nova forma de subordinação em que as

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Iolanda. *Desigualdades Raciais: construções da infância e da juventude*. Niterói: Intertexto, 1999.

<sup>9</sup> SANTOS, Hélio. *Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil*. In: HUNTLEY, Lynn & GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

possibilidades de exercício da cidadania estão vinculadas entre outros fatores às possibilidades de respostas às exigências do mercado de trabalho, cujas argumentações remetem outra vez às desigualdades sociais e ocultam as discriminações étnico-raciais.

Por outro lado, ao resgatar a trilogia da questão racial, de gênero e de desigualdades, não parece demais registrar que Rebecca Reichman, (1995), advertia, que a relutância da sociedade brasileira em levar a sério, a discriminação e a problemática da igualdade de raça e gênero era paradoxal há bastante tempo. Lembrava, contudo também que há tempos, grupos étnicos da Europa, África, Índia e outras partes da Ásia, questionavam identidades nacionais e o ativismo político baseado exclusivamente no conceito de classe que passara a dividir espaço com movimentos cada vez mais fortes baseados em etnicidade, gênero e outras formas de identidade – como a religiosa e de orientação sexual. Internacionalmente setores representativos da sociedade civil estavam conscientes de diferentes formas de violência sexual, ética e racial em todo o planeta e organizando instituições e movimentos para promover padrões globais de igualdade e respeito aos diversos grupos, aos quais alguns de ativistas brasileiros já se incorporavam particularmente no enfrentamento da gritante subordinação das mulheres negras brasileiras.

O tempo disponível até este momento não me permitiu ainda investigar melhor se, na literatura relacionando raça, gênero e desigualdade, existem outros textos que forneçam novas luzes mais candentes sobre o entendimento desses nexos em contextos como o das favelas, inclusive a de Acari, notadamente a partir do período em que a violência, inclusive nas relações que envolvem o narcotráfico, passou a fazer parte dos fenômenos mais contundentes e ao mesmo tempo lamento que, em textos como o de Alba Zaluar, a que recorri algumas vezes, o destaque sobre o aspecto étnico das relações entre jovens participantes de grupos de outros países, como as *galeras* ou *gangues* não tenha tido tratamento correspondente sobre os grupos de jovens das favelas brasileiras ligadas ao “crime-negócio” ou ao “crime organizado” que ela aborda exaustivamente inclusive no seu recente livro.

Não obstante, parece possível ao menos indicar que outras preocupações de modelos explicativos teóricos que envolvem tais tipos de processos começam a surgir no Brasil, como é o caso da recente proposta de substituição do antigo modelo da “dialética do malandro”; que teria seus luminares em autores como Jorge Amado, Antonio Candido e Roberto da Matta, na interpretação dos pólos da ordem e da

desordem da sociedade brasileira e da relação entre eles, pelo da “dialética da marginalidade” recém proposto por João Cezar de Castro Rocha (2004), em certa medida em nome também de Paulo Lins, Ferrez e outros autores mais do campo da literatura e até do cinema, ao fazerem referências como as que se seguem: “incluindo a representação de moças da favela que, na praia, oferecem-se tanto a estrangeiros (falando um arremedo de inglês deliberadamente ridículo), quanto a jovens de classe média, cuja aparência promete possíveis benefícios econômicos”. “O marginal pode ser tanto o excluído quanto o criminoso e até os dois simultaneamente”. “O conflito aberto não pode ser mais mascarado sob a aparência do convívio carnavalesco”.

Tais tipos de propostas e constatações é que conduziram a afirmações como a seguinte,

É como se o sistema se beneficiasse da violência e até mesmo contasse com ela, a fim de justificar sua própria necessidade. A alternativa, portanto, é converter a violência cotidiana em força simbólica, por intermédio de uma produção cultural vista como modelo de organização comunitária. O ódio do cobrador (referindo-se a personagem de Rubem Fonseca) voltava-se contra indivíduos e, por isso mesmo, tinha um alcance limitado. A dialética da marginalidade, pelo contrário, tem como alvo o dilema coletivo e caracteriza-se por um esforço sério de interpretação dos mecanismos de exclusão social, pela primeira vez realizada pelos próprios excluídos. (ROCHA, 2004)

## CAPÍTULO 5

### DOMINAÇÃO MASCULINA, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE SOCIAL FEMININA

Outra incursão orientada pela literatura relacionada ao objeto particular de investigação nessa minha dissertação foi a relação entre violência e gênero, na qual se situa com lugar de destaque a perspectiva *bourdieana*.

A mulher, na história de nossa sociedade, sempre ocupou lugar privilegiado na estrutura familiar através de atributos especialmente conferidos a elas. No entanto, novos traços vão se desenhando nos contornos da identidade feminina tanto através dos espaços ocupados, como também através das estratégias adotadas na trajetória de suas vidas. Este novo arranjo vai flexibilizando o próprio conceito da constituição das relações familiares de base patriarcal. Sobretudo, no que diz respeito, às famílias pobres, estas transformações são muito mais fáceis de se identificar do que na tradicional concepção de família nuclear concebida pelas camadas dominantes. Se, para as mulheres das camadas privilegiadas, a urbanização e as demandas advindas do capitalismo propiciaram o aumento da individualidade dentro do espaço privado, para as mulheres de camadas pobres, estas transformações incidiram em suas vidas e na própria concepção de família de forma distinta.

Nesta última, observa-se forte influência da instabilidade de renda – advinda do sistema econômico que se consolidou, na desconstrução do tradicional modelo de família nuclear, na intensificação de agregados familiares (sobretudo no que diz respeito a jovens – filhos - que constituem vínculos afetivos/sexuais, passando a viver maritalmente dentro do espaço familiar já estabelecido), bem como no aumento de famílias matricentradas e na superposição de papéis da mulher, ou seja, na multiplicidade de identidade feminina – assim como é verificado nos demais processos que envolvem fatores sociais nesse contexto sócio-econômico.

Nessa mesma linha, as mulheres residentes em favelas também estariam sendo vítimas de situações sociais precárias e aquém da satisfação das mínimas necessidades para garantir uma participação ativa no processo de conquista e/ou exercício da cidadania, com difícil acesso às estruturas de oportunidades disponíveis no campo da saúde, da educação, do trabalho, do lazer e da cultura.

Pensar as relações interpessoais de ordem sexual nas quais se podem inscrever estratégias de mobilidade sócio-econômica e aquisição de poder em tais circunstâncias; requer um esforço de reconstrução histórica das práticas sociais e dos mecanismos que reforçam sua legitimidade. A constância desses mecanismos eterniza relações de subordinação que são garantidas por valores socialmente construídos, mas que se manifestam na vida prática enquanto produto da natureza humana. Assim, verificar-se-ia longo trabalho de transformação do corpo matéria em corpo simbólico, dotado de valores sociais que vão regular as suas práticas.

Segundo Bourdieu (2002) esse processo de transferência de valores subjetivos para a objetividade material dos corpos se dá “à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintas que a arbitrariedade cultural institui encarnam-se em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante e capaz de perceber o mundo segundo este princípio”.

O corpo, tal como em outras épocas, continua sendo instrumento de produção de poder simbólico que serve às mais distintas esferas e expectativas. Este uso do corpo para projetar-se enquanto “ser-percebido” faz-se independente da classe social. No entanto, as atribuições valorativas que decorrem desta prática assumem nuances distintas, tanto para aquele que se mostra (porque também se percebe de forma muitas vezes até adversas) quanto para aquele a quem se está mostrando.

Nesta relação dialética estabelecida na dominação, os valores e a honra do mundo masculino têm o seu reconhecimento e/ou sua representatividade através da condição feminina. Se a construção do “ser-feminino” encontra-se historicamente subordinada aos códigos masculinos, por vezes a própria forma de se lutar contra essa dominação faz-se sob uma mesma estrutura. Ou seja, muitas vezes vemos mulheres assumindo comportamentos tão sexistas quanto o do machismo. No entanto, sequer se dão conta de que estão contribuindo para reiterar os valores masculinos na sociedade.

Seja pela liberação sexual, seja pelo “retorno” a uma educação familiar conservadora (sob a justificativa de valorização da condição feminina) o moderador de todos os seus atos continua sendo o olhar, ou melhor, o julgamento masculino. É para o homem que se deve provar que se é uma mulher de valores morais inabaláveis - que serve para ser esposa; que por esta razão ganha autoridade para comandar profissionalmente um grupo de homens; que se está à altura para

representar o poder do homem que deseja. É também ao homem que se quer “agredir” quando se adota comportamentos sexuais mais liberais. No entanto, neste último caso, o lugar ocupado na estrutura social será um fator preponderante. A liberação sexual de mulheres das camadas sociais mais elevadas podem ser eufemizadas como pequenos deslizes ou concessões, advindos de seus sucessos em outras áreas (educacional – profissional – econômica), de mérito individual ou uma espécie de herança meritocrática. Mas, para as mulheres das camadas sociais menos abastadas, o julgamento é implacável. Existem apenas dois modelos a serem seguidos: o daquelas que têm uma conduta correta (“moça de família”) e o daquelas apelidadas pela cultura *pornofunk* de “cachorras”.

Poder-se-ia aqui propor uma extensão da análise de Bourdieu (2002) da relação sexual para a dinâmica que a antecede – a dialética da conquista:

Se a relação sexual mostra-se como uma relação social é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo e o feminino passivo e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo - desejo masculino como o desejo de posse, como dominação erotizada e o desejo feminino como o desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada – ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação. (BOURDIEU, 2002, p. 31)

Há muito, a construção do “ser-feminino” vem se tornando, na relação dialética entre os dominados (neste caso, as mulheres – brancas, negras, pobres, ricas) e as estruturas simbólicas de dominação masculina, um produto. Ou melhor, um bem com valor de troca no seletivo mercado masculino.

Para Bourdieu (2002) os signos masculino e feminino resultam de construções sociais, em sua definição, tratar-se-ia de:

(...) existência relacional, cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes) isto é, como habitus viril e, portanto, não feminino ou feminino e, portanto, não masculino. (BOURDIEU, 2002, p.34)

Se para o homem, o jogo da conquista e da sedução são instrumentos capazes de medir o seu poder, então quão mais difícil o seu objeto de desejo maior será o seu valor simbólico. Na sociedade brasileira não poderia ser diferente. No entanto, algumas especificidades históricas atravessam a construção da estrutura cognitiva masculina. Sobretudo nas comunidades mais pobres e nas relações sociais em que se circunscreve o tráfico de drogas. Seria no mínimo ingenuidade não abordar esta temática de forma relacional com a pobreza e a discriminação racial.

De qualquer forma pode-se adiantar que, neste caso, percebe-se a dominação das estruturas cognitivas que confere valor simbólico a homens e mulheres operando por vias de mão-dupla. O interesse de homens – em sua maioria, negros – envolvidos com a atividade de tráfico de drogas e, sobretudo, em cargo de mando dentro desse sistema, por mulheres brancas e jovens não é fortuito. A mulher branca, em contraposição à negra, constituiu-se historicamente como símbolo de valores culturais e morais mais “refinados”, de uma beleza mais “delicada” e por isso mais frágil e com necessidade de proteção masculina maior. Sua educação por muito tempo – e até hoje, com graus diferenciados – destinou-se a ensinar a obediência ao marido, a transformar a sexualidade instintiva em cultural. Poder-se-ia dizer que um importante ponto de contato entre mulheres brancas e negras é o caráter servil dessa relação.

No entanto, à negra, expropria-se a sua cultura e o que resulta disso é sua limitação aos instintos, a sua existência natural e por isso desprovida de valores morais que fossem adequados à representação social de seu status. Assim, em nosso país, a idéia de inferioridade racial foi construída a partir da cor da pele e as características fenotípicas e por muito tempo serviram para justificar as condições econômicas e o prestígio social (ou a falta deste) tanto de negro como do branco.

Assim, mesmo os homens negros, que sofrem duplamente a discriminação encontram-se circunscritos numa estrutura cognitiva de construção de longa duração sob valores dominantes masculinos de uma minoria branca. Os traficantes de drogas (em sua maioria, afro-descendentes) contribuem para a mobilidade sócio-econômica das mulheres. Em contrapartida, tem nas mulheres brancas um símbolo de poder e status que reforça o seu lugar na micro-estrutura social da comunidade.

A elite brasileira auto-identifica-se como branca. Assume as características do branco-europeu como representativas de sua superioridade étnica. Em contrapartida o negro é visto como o tipo étnico e culturalmente inferior. (...) Assim, no Brasil, criou-se historicamente a crença de ser a miscigenação um processo pelo qual o afro-descendente tornar-se-ia mais respeitado e teria mais possibilidade de ascender na escala social. (FERREIRA, 2000, p. 42)

Tal miscigenação, no entender de Sueli Carneiro (1995), decorrente do seu antecedente estupro colonial da mulher negra pelo homem branco, teria criado as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira. Além disso, segundo esta autora, em termos de ascensão “normal”, a apropriação sexual da mulher branca pelo homem negro na contemporaneidade, sob certa ótica, teria forjado outro mito, o da ascensão social do homem negro. No entanto, ocultar-se-ia sob o subterfúgio da primazia estética e social da mulher branca, o desejo de pertencimento e de aliança com um mundo restrito aos homens brancos, no qual, para ingressar, homens negros em suposto processo de ascensão social, utilizar-se-iam de mulheres brancas como avalistas.

Por outra ótica, o poder, o status e o prestígio do homem que cobiça a mulher branca, seria igualmente a premiação não apenas para a beleza feminina, mas, sobretudo, para a forma como se valeu desta (do modo como os valores morais fizeram-se visíveis, afastando da beleza o risco da vulgaridade de comportamentos considerados impróprios). A socialização do que é ser mulher em nossa sociedade far-se-ia, na maior parte das vezes, pela negação de possibilidades de realizações, pela definição de espaços específicos a serem ocupados e pela ordem moral que se circunscreve no corpo. Assim, a moral e a ética feminina ganham objetividade e o olhar masculino as mensura e avalia através desta mesma objetividade. Cumprir-se-ia, assim, o que lhe fora determinado por uma autoridade que lhe foi historicamente conferida e sem a qual não se justificariam as práticas submissas das mulheres.

Paralelamente, o corpo é uma importante e talvez a principal arma para mulheres que desejam ascender socialmente, adquirir poder. No entanto, conforme já anunciado por Lucien Bianco (1997), “as armas do fraco são sempre armas fracas”. A beleza do corpo tem data de validade registrada e o contínuo exercício para seu prolongamento é mais um ato de submissão aos padrões masculinos. Inseridas num contexto onde a vida corre contra o tempo, onde o passado é apenas uma lembrança de um tempo muito próximo, o futuro é uma grande incerteza e o presente a imensidão do que se tem para viver, não se pode esquecer que são

partes integrantes da economia de consumo, seja ela simbólica ou não.

Mesmo o vínculo afetivo/sexual com homens com poder de mando no sistema do narcotráfico, constituindo-se enquanto uma estratégia consciente de mobilidade social confirmaria a dominação masculina e a submissão feminina. E, por vezes, em decorrência de insucessos masculinos, reforçaria os efeitos maléficos historicamente conferidos às mulheres sobre sua intromissão em assuntos tipicamente da esfera da razão – porque necessitam de poder de decidir grandes coisas em pouco tempo –, logo, de competência exclusivamente do homem.

A exclusividade então seria cobiçada como símbolo do poder feminino sob o homem. No entanto, esta não é uma realidade muito comum nas relações afetivas/sexuais que são mediadas pelo tráfico de drogas. Esta realidade é substituída por outras relações até mesmo com a imposição de limites maiores à sua circulação e ao seu comportamento na comunidade (sobretudo no que diz respeito à frequência a bailes *funk* ou, por outro lado, a preferência em “exibir” esta em detrimento daquela àqueles que podem legitimar sua honra e seu poder).

Parece-nos, então, que o uso do corpo e dos valores que estão inscritos neste é, como já foi dito, a arma que na maioria das vezes garante “o bilhete” para a mobilidade social advinda do vínculo afetivo/sexual, mas sua vulnerabilidade é subentendida.

Por outro lado, a dominação desenvolve nessas mulheres (como em qualquer outro segmento da sociedade que se encontra historicamente sob dominação) a habilidade da resignação, da observação, da vigilância e da perspicácia, instrumentos imprescindíveis para o planejamento de novas estratégias capazes de mantê-las no círculo do poder e da influência.

É através da dominação masculina que as mulheres transformam instintos naturais (assim considerados pelos homens) em aptidões culturalmente aguçadas que as possibilitam a racionalizar desejos e desacordos (que segundo os valores dominantes masculinos tratar-se-ia de intuição feminina, capacidade de prever ou pressentir).

Nessa tessitura de arranjos, as transgressões silenciosas – algumas quase que invisíveis - vão desde a astúcia à dissimulação, da mentira à verdade forjada, do extremo da passividade à entrega sem pudores, que conferem à mulher o poder de controlar por algum tempo a relação.

Outra questão que poderia aqui ser suscitada é a de que, em um contexto de fluidez da liderança do tráfico, no qual a esperança de vida dos jovens é mínima, as mulheres manter-se-iam no círculo do poder. E, por outro lado, suportariam situações de extrema violência tanto simbólica como física.

Para Bourdieu (2002) a violência simbólica realiza-se através de um trabalho contínuo de reprodução de estruturas cognitivas dos dominantes, que são naturalizadas pelos dominados e apropriadas como esquemas classificatórios para se pensarem o outro. Assim, a violência simbólica sequer é percebida pelos que dela são vítimas e, na maioria das vezes, nem por aqueles que a praticam. Pois são considerados atos legítimos, próprios da natureza das relações humanas de poder.

Num contexto sócio-econômico regulado por práticas violentas de agressão física, capazes de conferir ao agressor honra e glória e que opera ao nível das relações intersubjetivas e sociais, o signo da opressão e da intimidação, do medo e do terror; é capaz de promover uma espécie de cumplicidade forçada. Tais predicativos associados à tácita e “indiscutível” (porque já naturalizada) crença de que o homem deve ocupar a posição dominante na relação conjugal, possibilita as condições necessárias para que a mulher tenha em relação ao exterior o seu valor reconhecido através do poder masculino e das “garantias de proteção” que lhe é destinada.

Se verdade que esta tendência da mulher projetar-se socialmente através dos atributos do homem com quem se relaciona minimiza-se proporcionalmente ao decréscimo da dependência deste para sua existência material, esta parece ser uma lógica que não se aproxima da realidade das mulheres de áreas pobres como as favelas – pelo menos *a priori*. Isto porque se poderia supor que o grande número de famílias matricentradas e de mães solteiras não é resultante de maior conscientização da possibilidade de se construir uma família sob novos padrões e valores. Pelo contrário, a condição de mãe solteira poderá ser resultante – e poder-se-ia até ousar afirmar que na maioria dos casos – na internalização de estruturas representativas do lugar da mulher na sociedade. Que por sua vez são reforçadas e reproduzidas pelos mais importantes instrumentos fomentadores da coesão social: a cultura, a escola, a igreja e o Estado.

Nas comunidades mais abastadas sócio e economicamente há um grande hiato entre as possibilidades objetivas e aquelas que se poderiam vislumbrar como mecanismos institucionais capazes de promoverem a mobilidade social (como, por exemplo, a igualdade de condição de disputa para inserção no mercado de trabalho com mão-de-obra qualificada decorrente de longo investimento estatal na educação).

Segundo Bourdieu,

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente e, como que por magia, sem qualquer coerção física; mas essa magia (...) encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação. (BOURDIEU, 2002, p. 50-51)

Estas predisposições para aceitar restrições impostas à condição feminina, limitam a própria possibilidade de análise crítica (na qual se insere a desnaturalização de valores sociais) das relações que se estabelecem, porque são resultantes de processo histórico de longa duração de construção de estruturas cognitivas que, em certa medida, ao ser apropriado pelo dominado, passa contribuir de forma dialógica para sua perpetuação e compactua com suas justificativas. A dominação masculina, assim, contribui com uma espécie de poder hipnótico para que a violência simbólica se exerça.

A partir dessas considerações, Bourdieu conclui:

É totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade (...). Só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotarem, sobre os dominantes, e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominados. (BOURDIEU, 2002, p. 51-54)

Nos últimos tempos, o prestígio, a honra e o poder de um gerente do tráfico e dos “donos” da favela têm sido medidos pela intensidade e abrangência com que se aplica a violência. As relações sociais que se estabelecem na comunidade, na qual se busca o reconhecimento é que também servem de referência para o mundo externo – pois a razão de se buscar o poder e seu reconhecimento não se encerra

nos limites da comunidade. Ou seja, a intensidade de seu poder é medida, sobretudo, pelos agentes do lado de fora da comunidade. Seja pela polícia, seja por grupos rivais de outras comunidades, seja por seus pares de outras comunidades. É a partir desses agentes, que se reconhece a honra e a virilidade do homem.

É igualmente em razão do medo de não ser reconhecido como “homem”, bem como da busca por se fazer “homem” que estes se encontram a todo instante governados pelo intenso e contínuo trabalho de construção de sua alteridade em relação à mulher. Inscritas como “da natureza do homem”, a virilidade e a violência andam juntas e justificam e/ou legitimam ações que somente dentro dessa construção social, de símbolos e significados, tornam-se inteligíveis e exercem sobre o homem uma espécie de *“amor fati, amor do destino, inclinação corporal a realizar uma identidade constituída em essência social e assim transformada em destino”* (Bourdieu, 2002, p.63).

Nas relações sociais que se estabelecem nas favelas através do tráfico de drogas, a masculinidade se expressa não somente pela capacidade de entregar-se ao combate, mas, sobretudo nos homens de mando, pela capacidade de planejamento estratégico de suas ações; pela extensão de seu comando; pela capacidade de fazer articulações e acordos para ações integradas que tenham por objetivo a ampliação e a demonstração de seu poder. Por outro lado, observa-se também uma erotização da violência. A mulher “frágil, subjugada, incapaz de ações engenhosamente racionais”, que tem valor reconhecido através de sua capacidade de resignação, tolerância e fidelidade, projeta-se socialmente através do homem que a representa. Assim, como em outras épocas, é o prestígio e o poder do homem que referendam o valor e a honra da mulher. Que, por sua vez, concorrem para o reconhecimento social da condição masculina de dominante.

É no interstício desses jogos sociais que a mulher insere-se e vai aos poucos ocupando espaços. A mulher apropria-se do que lhe foi socialmente atribuído e o transforma em instrumento de manipulação desses jogos sociais, principalmente no que diz respeito à micro-sociedade – a favela e/ou as comunidades que a compõem.

Mas a mulher é, ao mesmo tempo, a fraqueza e a fortaleza do homem. Por ela justifica-se tanto a coragem de matar (a coragem é, por antítese ao medo, elemento de consagração da virilidade masculina, podendo legitimar-se na honra), como a perda da honra (a covardia e a subjugação do homem à mulher). Por outro lado, poder-se-ia dizer que o exercício da violência física contra a mulher é em

última instância o reconhecimento da incapacidade masculina de exercer a dominação através daquilo que socialmente se convencionou como diferendo da condição feminina. Ou seja, a capacidade de racionalização da vida, de tomar decisões importantes em situações extremas. Assim, segundo a perspectiva que se vem traçando até aqui, é possível que seja legítimo considerar que, nesse caso, a violência – do ponto de vista feminino – deixe de ser manifestação da virilidade masculina para ser expressão da sua fraqueza ou incompetência para aquilo que lhe foi socialmente e historicamente atribuído.

Poder-se-ia perguntar: quão grande é a honra que se estabelece pela dominação daquele que historicamente se constitui por uma identidade social de subjugação? Por outro lado, o emprego da força física torna-se legítimo e inteligível ao considerar-se que a honra e a virilidade são validadas por outros homens que compactuam dos mesmos códigos de valores e não pelas mulheres sobre as quais incidiram a ação.

Pode-se, então, dizer que enquanto certas estruturas cognitivas mantiverem-se imperantes, até mesmo a violência física pode ser legitimada por ser dotada de valor simbólico que a justifica e a naturaliza. Muitas mulheres vêem seu valor reconhecido no próprio ato de violência e/ou nas práticas de dominação masculinas, sejam elas quais forem. Como se quisessem dizer que este é o jeito do homem amar.

Assim, convertem as práticas de violência em manifestações de amor. Logo, sob esta perspectiva, a importância da mulher poderia ser mensurada pelas limitações que lhes são impostas, sobretudo, no que diz respeito ao comportamento. Nessa inversão, tem-se a tácita crença de que as mulheres reinterpretem a fraqueza masculina e desse modo vão se valendo das “armas dos fracos” (sedução, resignação, astúcia, perspicácia etc.) para ocuparem espaços nesses jogos sociais. Verifica-se, então, o desenvolvimento de mecanismos capazes de promover o ajustamento das esperanças subjetivas – mas que tem limitações objetivas e materiais – nas oportunidades deixadas pelas brechas dos sistemas culturais e econômicos.

No plano das mulheres em geral, entre tais mecanismos Maria Rocha Lucia Coutinho (1994) aponta uma contradição presente tanto entre senhoras de 60 a 75 anos, como em suas filhas, por ela pesquisadas no Brasil e que resulta da convivência nestas de valores tradicionais com valores modernos, experimentadas

na adolescência, época de grande questionamento dos papéis comumente atribuídos a elas.

Tal questionamento teria sido, em grande parte, desencadeado pelos movimentos feministas e pelas pesquisas acadêmicas na área da mulher. O discurso duplo que elas teriam recebido de suas mães de um lado incentivava o desenvolvimento profissional e, de outro, reforçava os antigos papéis femininos.

A vivência conflituosa destes valores contraditórios internalizados nos vários momentos de sua formação refletir-se-ia, sob diferentes formas, no plano do discurso. De um lado elas aceitavam e acreditavam no fato de que as mulheres têm direito a uma vida própria, a um emprego e profissão e, de outro, elas não só continuam a acreditar que a mãe é indispensável para a boa formação de seus filhos, como temem abrir mão do poder que as mulheres sempre detiveram no espaço da casa.

Nesse sentido, apesar de questionarem as estratégias de controle utilizadas por suas mães, continuavam a fazer uso de muitas dessas estratégias sutis e manipuladoras, para controlar e influenciar o comportamento de seus maridos e filhos. Ainda que menos freqüentemente e, muitas vezes, tenham consciência de seu uso. Embora devido às transformações sociais que as levaram a assumir maior papel no espaço público, tendam a fazer uso com menos freqüência, na educação dos filhos, das estratégias de controle mais diretas, como as ordens, ameaças e reprimendas, tão amplamente utilizadas por suas mães.

Não obstante as considerações anteriores, Alba Zaluar (2004) inicia o capítulo do seu livro intitulado *“Masculinidade, crises e violências”* dizendo que para vincular a masculinidade à violência haveria alguns problemas teóricos que levariam à seguinte preliminar indagação: “Afim, o modelo de masculinidade que está levando tantos jovens à violência será o da masculinidade hegemônica ou o da masculinidade subalterna, marginal ou alternativa?”

Para responder a sua pergunta inicial esta autora procede na revisão de várias teorias desenvolvidas no mundo em torno das distintas concepções de masculinidade (inclusive a da hipermasculinidade), da importância dos meios de comunicação de massa na construção dos modelos, da concentração sobre a organização social das cidades, das novas condições de trabalho, das relações entre os gêneros, das relações homem-mulher, inclusive nos guetos negros, do quadro reconstituído do “novo gueto negro”, dos grupos de pares como o principal

prescritivos de delinqüência entre homens jovens, especialmente dos crimes violentos mais graves e do hábito de portar armas, das redes de relações de jovens com outros de sua idade ou mais velhos. E, por fim, da nova cultura de rua nas suas manifestações através da música e do estilo de vestir, evidenciando a interação entre os *rappers* e traficantes e as mulheres. Seriam todos os temas que poriam em jogo vários valores culturais que, em seu conjunto, estariam mais próximos do conceito de estilo e de uma sociologia da juventude, mas tendo em vista também sua sexualidade, as relações de gênero e as políticas culturais de raça, particularmente a dos negros.

Tais incursões levariam esta autora a destacar, em resumo, que também é preciso não perder de vista que há um processo macro-social mundial, o do progressivo enfraquecimento dos Estados nacionais e de suas formas de organização e de ordenação de conflitos em virtude da globalização, com repercussões e efeitos no plano micro-social. Incluindo-se as formações subjetivas do “*ethos guerreiro*” que retorna ou da hipermasculinidade recém-surgida.

Tal processo ocorreria em todos os países, implicando no relaxamento dos controles centrais que imporiam restrições e limitações ao uso da violência como forma de afirmação da dignidade pessoal masculina. E indaga se não surgiria outro problema teórico, o de saber se tratam de valores ou de práticas. Não sendo apenas signos e símbolos, mas ações e disposições interiorizadas na subjetividade, hábitos adquiridos e predisposições arraigadas de que muitas vezes as pessoas não são conscientes. A concretude e a profundidade, para ela, exigiriam outro tipo de desconstrução, já que, no plano político, não seria simplesmente uma reforma da cultura, mas a transformação das próprias relações sociais que possibilitaria que tais hábitos e modelos se desfizessem na subjetividade dos próprios homens jovens.

No lado “positivo” desse processo de globalização, por sua vez, haveria o fortalecimento de um direito internacional que estaria reafirmando os direitos humanos e os direitos de uma quarta geração: a dos ecólogos, que se estariam tornando cada vez mais importantes, destinados que estariam a todos os habitantes do planeta, ao contrário dos direitos de cidadania, que seriam exclusivos dos nacionais. Para esta autora, sem dúvida a disseminação das idéias relativas a tais direitos, especialmente quando assimiladas por organizações locais, constituir-se-ia em um dos antídotos contra as tendências de crescimento da violência. Em sua visão, apresentar a violência como necessidade ou afirmação de uma diferença

equivaleria a dizer que ela é perfeitamente legítima, explicável e não problemática, mesmo quando jovens da mesma origem social se exterminam mutuamente.

A partir desses pressupostos é que Alba Zaluar analisa as diversas formas de manifestação do que ela denomina em seu livro de “masculinidades violentas no Brasil”. Com efeito, primeiramente, contestando a visão de que a masculinidade violenta seria algo positivo, demandando seu reconhecimento e instituindo novas redes de sociabilidade, de micro-poderes ou solidariedades fechadas, questiona a autora: “Estaria o *ethos* da masculinidade violenta também encasulado em certos setores mais pobres ou mais desintegrados do Brasil?” E responde afirmando que o debate sobre os efeitos da pobreza e da miséria no aumento das taxas de crimes violentos observadas em todo o país levou ao conhecimento revelador de forte correlação entre pobreza e crimes violentos nas regiões metropolitanas e de uma correlação negativa quando se comparam nacionalmente municípios pobre e ricos, segundo o qual a situação dos jovens entre 11 e 24 anos tem sido muito discutida por causa de sua gravidade no quadro de mortes violentas, em especial na forma de homicídios, deixando, porém sem respostas as seguintes questões: como e porque, nos bolsões de pobreza, a família se fratura, a instituição escolar se dilacera pela presença da violência simbólica e física, a classe social perde suas referências, a hipermasculinidade instaura-se nos corações e mentes, as organizações vicinais se paralisam e o movimento social esvazia-se.

Segundo Zaluar, pelo material etnográfico recolhido nas pesquisas por ela coordenadas, não há a menor dúvida de que vigora uma forte relação entre o que ela chamou antes de *ethos da virilidade* e depois de *ethos guerreiro* e a nova criminalidade do tráfico de drogas. Em novo estilo viril, o *ethos guerreiro* estaria sendo gestado em alguns locais e grupos do Brasil, associado ao uso instrumental e expressivo da violência. O primeiro, porque esta seria um recurso utilizado para obter ganhos, especialmente comerciais no tráfico de drogas, no contrabando de armas e em outras atividades ilegais praticadas no chamado “crime de negócio”, que envolveria várias redes de relações interpessoais. E o segundo, porque, nas relações entre homens, as respostas a cada desafio vão configurando um círculo vicioso, representado pela necessidade de intensificar as respostas a fim de afirmar a vitória de um homem sobre outro ou de um grupo de homens sobre outro. Tal lógica guerreira é que levaria à guerra, mesmo que encapsulada em certas áreas da cidade. Em algumas favelas esse processo teria dado ensejo a uma cadeia de

efeitos que se alimentariam mutuamente e teria provocado a fragmentação do tecido social, facilitando por sua vez o acesso dos grupos de traficantes ao poder local e agravando assim a ruptura dos laços sociais dentro da família e entre as famílias na vizinhança, acentuando o isolamento, a atomização e o individualismo.

Em sua opinião os processos que envolvem o modelo da masculinidade desafiadora ou negadora de qualquer poder ou autoridade, o orgulho pela insubmissão às regras e a capacidade de demonstrar “disposição”, o assassinato de jovens mulheres até adolescentes porque se recusaram a ficar com os homens que as desejaram ou porque ousaram namorar outros homens mesmo depois de abandonadas e por último o rompimento definitivo com as conotações sagradas do tabu proibitivo do assassinato de outro homem ou outros homens, teriam tido no Brasil conseqüências mais graves do que em outros lugares por não ter sido precedido de preparação para enfrentar um dos maiores desafios do próximo milênio: a volta à pulverização da violência, à banalização da violência entre os civis, à interiorização nas subjetividades dos comportamentos violentos que se vão tornando habituais.

A partir daí, a autora distingue outras formas de construção da masculinidade típicas da sociedade brasileira, como é o caso primeiramente dos bailes *funk*, ainda que algumas variantes destes, como o “*funk bandido*” se assemelhe ao *gangsta rap* dos Estados Unidos da América, no qual a relação entre os sexos também aparece como tema fundamental da música e como a marca do gênero. Em segundo lugar, identifica outros estilos de masculinidade presentes nos mesmos bairros como os estudados por ela e até mesmo na cultura urbana carioca, a exemplo do mundo do samba, em suas diferentes formas, inclusive a de expressão mais coletiva, a da escola de samba. No interior deste, ela aponta tanto os embates entre duas concepções de masculinidade e de sambistas, como a potencialidade de um *ethos não violento* por ela vislumbrado neste campo específico do lúdico, de enfrentamento ou confronto com o já exaustivamente mencionado *ethos guerreiro*. Este sim presidiria as ações violentas criminosas de boa parte de nossa juventude, inclusive pobre, com as peculiaridades de gênero e raça que lhe caracterizaram e de algum modo já foram aqui também resgatadas.

## **CAPÍTULO 6**

### **TRAJETÓRIA, CICLOS DE VIDA E MOBILIDADE DAS NAMORADAS DOS TRAFICANTES**

#### **6.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

A pesquisa direta ora em abordagem foi concebida inicialmente como uma análise do tipo “survey” e por isso mais sujeita a parâmetros técnicos típicos do enfoque de natureza sociológica, seja no tocante à predominância do aspecto analítico quantitativo, seja no tocante, por exemplo, aos requisitos da amostragem constituída de grandes números das unidades analíticas do universo.

Contudo, como já se pôde observar, tanto as teorias e teorizações existentes sobre a realidade das favelas, especialmente a de Acari, e das pessoas e grupos que ali vivem, quanto a natureza desta investigação, motivaram a reorientação do enfoque metodológico para uma abordagem, inclusive nesta pesquisa, de caráter mais antropológico ou mais carregada do aspecto analítico qualitativo. Por outro lado, a relação disto com a prática da investigação ora comentada faz com que a amostragem se limitasse a um número que, sob certa ótica, poderia ser considerado pequeno, ou seja, resume-se a 10 (dez) o número de mulheres jovens entrevistadas nesta enquête.

Paralelamente, a forma de seleção das entrevistadas, também reorientada em função dos condicionantes já enunciados, obedeceu também às circunstâncias e natureza do universo das unidades analíticas, já que se trata de um “grupo social de alto risco”, constitutivo de um subsistema social que, ainda que possa ser considerado legítimo ou “normal”, sob certos critérios de avaliação, são notoriamente ilegais. Isto, porque integra pessoas participantes ou íntimas do subsistema de comercialização do narcotráfico existente na maior parte das favelas de cidades do Rio de Janeiro, como é o caso em Acari.

Em conseqüência, a idéia inicial, baseada em minha hipótese principal, de selecionar uma amostragem constituída de 50% de mulheres jovens brancas namoradas de gerentes de “boca de fumo” e 50% de jovens negras não namoradas de gerentes de bocas de fumo, terminara por redirecionar-se para uma amostragem constituída de mulheres jovens existentes na favela e que freqüentam os bailes

“funks” habituais da localidade e que, por alguns indicadores, de algum modo mantêm proximidade ou familiaridade com o sistema do narcotráfico, com a particularidade ainda de que algumas das entrevistadas (cerca de 60%) se autodeclararam antes, ou atualmente, ligadas afetivamente a homens jovens participantes daquele sistema.

## 6.2 RESULTADOS DA PESQUISA

### 6.2.1 Características e Trajetórias de Vida

O conjunto das entrevistadas, como se vê pelas tabelas a seguir, tem a idade média de 28 anos, mas a moda dessas idades é de 20 anos, equivalente a 30% do total. Quanto à cor, como autodefinidas por elas, distribuem-se entre brancas (10%), pardas (30%), morenas (20% cada) e majoritariamente negras (40%).

Tabela 1

<b>Idade</b>	<b>Número de Entrevistadas</b>
18 - 20	4
23 - 24	2
27 - 28	2
30 - 31	2
<b>Total</b>	<b>10</b>

Tabela 2

<b>Cor</b>	<b>Número de Entrevistadas</b>
Branca	1
Parda	3
Morena	2
Negra	4
<b>Total</b>	<b>10</b>

Em relação à residência, apenas uma nunca morou na Favela de Acari, enquanto as demais já viviam no local há cerca de 20 anos, com a particularidade de uma destas últimas que morou 10 anos fora da favela.

Quanto às características físicas das próprias namoradas dos traficantes são descritas pelas entrevistadas ora como branquinhas, loiras ou morenas, de olhos claros ou escuros, cabelos lisos ou encaracolados, ou negras de cabelos de *Henne*. No dizer das entrevistadas, *todas bonitas*, de boa aparência e bem arrumadas e, às vezes, até *patricinhas* com nível universitário, trajando roupas da *Gang* ou da *Pixação*, sempre com o celular de último modelo, pulseira, cordão e brinco anel de ouro, no máximo até 23 anos. Contudo, há quem ressalve que a beleza das mulheres mais ou menos preferidas, também tem a ver com a história e o tempo de sua relação, na medida em que mesmo as principais, quando começaram o namoro há mais tempo e ele ainda ocupava uma posição inferior no sistema do narcotráfico, nem sempre são bonitas e quando a relação é mantida, as mais bonitas e mais jovens são geralmente as secundárias ou amantes e não as principais. Uma delas opina que, sobretudo os traficantes mais importantes, em sua maioria negros, não gostam de negras nem de mulheres gordas, preferindo as loiras, opção que ela atribui de um lado a modelos apelativos midiáticos relacionados, por exemplo, ao estereótipo da Carla Peres e de outro a um preconceito ao menos racial, neles predominante.

Em termos de trajetória de vida, do ponto de vista de mobilidade geográfica, nenhuma delas é migrante, sequer intermunicipal e apenas uma delas teve uma trajetória residencial interbairrista, na própria cidade do Rio de Janeiro, antes de vir para esta favela. Do ponto de vista familiar, quase todas, nasceram no interior de um agregado que lhe antecede ao menos em uma geração, ao nível dos pais, embora havendo quem more em casa que já fora até residência de bisavó. Quanto a esse aspecto, uma característica que se destaca é a moradia em habitações por elas consideradas isoladas ou uni-residenciais. Mas, em verdade se trata de habitações multi-familiares, constituídas de parcelas agregadas a um núcleo familiar habitacional maior, de modo que nele se desmembram outras habitações ou residências que geralmente foram sendo construídas ao longo do tempo, à proporção que a família extensa ia se ampliando. Em se tratando de favela antiga, com mais de 50 anos, as simples trajetórias de vida de cada uma delas na própria favela é permeada por longas histórias de vida de seus núcleos familiares, este sim,

já faz tempo, originários inclusive de outros Estados do país.

Finalmente, a maioria das entrevistadas moram atualmente com seus núcleos familiares, em alguns casos com pais e irmãos e outros até com avós, apenas duas não tem filhos, uma das quais se encontra grávida.

### 6.2.2. Situação das Entrevistadas

A primeira das situações vividas pelas entrevistadas, apurada na pesquisa, é em relação à diversão. Praticamente todas têm por hábito, em companhia, sobretudo de parentes e amigas mulheres, raramente com o marido, companheiro ou namorado e, mais raramente ainda, com filho ou filha - e o caso excepcional da que prefere a companhia de um homossexual, porque este cala a boca sobre o que vê -, freqüentam os bailes “*funks*” da Favela de Acari. Em relação a estes há entrevistada que afirma ser à noite o momento das amantes dos traficantes estarem no baile e suas mulheres em casa, dormindo.

Esta é praticamente a única diversão existente ali (à exceção das festas ou visitas a casas de amigos, amigas ou parentes e da pracinha que é considerada por algumas como perigosa ou ainda aos *shows* que, segundo outra, teriam sido proibidos pela Polícia, sob a alegação de que estariam atraindo muita gente de fora) e que uma delas diz ser menos diversão e mais uma espécie de válvula de escape. Fora da favela algumas informam freqüentarem, de quando em vez, a casa de espetáculos “*Via Show*”, na Rodovia Presidente Dutra; o *Madureira Shopping Rio*; o *MacDonald’s* mais próximo ou a praia.

A segunda é em relação à escolaridade, a seguir demonstrada:

Tabela 3

<b>Escolaridade</b>	<b>Número de Entrevistadas</b>
3º grau incompleto	1
2º grau incompleto	2
2º grau completo	2
1º grau incompleto	5
<b>Total</b>	<b>10</b>

O grau de escolaridade predominante é o 1º grau incompleto (50%), seguido do 2º grau completo ou incompleto (20% cada) e apenas uma (10%) tem grau superior incompleto. À exceção desta e de outra, que ainda estão estudando, as demais deixaram os estudos por dificuldade financeira, por causa da relação com o companheiro que as distanciaram dos estudos, porque tinham de trabalhar com uma jornada excessiva, porque está cuidando da construção de sua própria casa, porque contraiu doenças que a impediram de continuar os estudos, por desânimo e, finalmente, porque ficou grávida e depois não voltou a estudar.

Aprender, instruir-se, ter educação, ter conhecimento, saber lidar com as coisas da vida, como a de adquirir um bom emprego, ter um convívio social, formar-se como cidadã, ser mais esperta, evitar que as crianças se destinem aos presídios, são as razões principais apontadas por elas como para que serve a escola, com as ressalvas de uma de que a escola pública para tais fins hoje é um fracasso e de outra de que hoje possuir até o 2º grau completo não é o suficiente para se conseguir um emprego decente.

A terceira é em relação ao trabalho. Duas delas são operadoras de *telemarketing*, uma promotora de vendas, uma cabeleireira e as demais não trabalham, uma delas por razões de saúde, enquanto outra está engajada num curso denominado “mulheres em ação” do qual recebe uma ajuda de custo de R\$100 mensais.

Em relação a que tipos de trabalho conseguiriam com os estudos de que dispõem, algumas entrevistadas manifestaram expectativa em relação a conseguirem um melhor emprego, mediante a submissão a concurso público, em salão de beleza, como frentista em posto de gasolina, em alguma loja de *shopping* ou no *MacDonald's* e em casas de família, com a ressalva de que algumas dizem não gostar deste tipo de trabalho e outras consideram muito difícil conseguir emprego melhor com o nível educacional que dispõem.

Sobre os padrões de gastos habituais, as entrevistadas destacam fazê-los em necessidades da casa, com boa alimentação, com roupas e diversões com os filhos. Algumas preferem gastar cuidando da beleza, fazendo cabelo e unhas, com roupas e sapatos para elas próprias. Há quem fale de aspirações de consumo como ter uma televisão, um rádio e um sofá que, neste caso, não possui. Apenas uma relatou que tem gastado com capacitação profissional, pagando curso de decoração para bolos.

### 6.2.3 Namoro com jovem local

Apenas uma das entrevistadas nunca namorou um jovem da Favela de Acari, porque entende que fica tudo muito perto e vendo-se sempre acaba enjoando. As demais namoram ou já namoraram rapazes locais e por sua vez não vêem diferença significativa entre namorar um jovem da favela ou de fora. Uma delas diz haver diferença de oportunidades, porque os jovens moradores de bairro de classe média têm mais do que os locais. Outra argumenta se tratar de uma questão de diferença relativa, porque depende também de levarem em conta outras circunstâncias como, por exemplo, a de ser o namorado trabalhador ou vagabundo, mas também se o namorado, em qualquer dessas situações, valoriza-a e aos seus filhos ou não.

### 6.2.4. Mobilidade e Mudança

À exceção de duas delas, as demais entrevistadas entendem que o namoro com alguém envolvido no tráfico de drogas muda a vida da garota que o namora. Só que o sentido da mudança não é sempre o mesmo. Do lado considerado positivo das mudanças, seriam no sentido de terem um dinheiro certo por semana, ganharem celular novo, roupas de marca, ou seja, coisas novas e modernas, dinheiro para comprarem o que desejarem – carro e moto. Também, que ninguém vai mexer com elas, porque se sabe que é a mulher do traficante ou do avião, até por medo de sofrer alguma conseqüência depois, de realmente conquistarem poder e uma condição financeira bem melhor do que a de quem estuda e/ou trabalha e tem uma vida normal. Quando à sociabilidade, namoradas de traficantes teriam um monte de meninas atrás delas para serem suas amigas, *nem que seja para tomar roupa emprestada*, ficarem sendo “babadas” por todo mundo. Estas são mudanças consideradas para melhor, *porque ninguém vive sem dinheiro* e, embora haja quem ache este um dinheiro “sujo”, ele faria muito bem para a mulher e para os seus filhos. As “garotinhas” endeusam essas garotas – as namoradas - e querem ser iguais a elas, que também são convidadas para todas as festas, viram troféus, todo o mundo as quer.

Para as que vêm o lado negativo, há mudanças no interior da comunidade. Elas – as namoradas - não podem mais sair às ruas tranquilamente, acaba sua liberdade (todo o mundo passa a vê-las como a mulher do traficante, passando a ser mal vista), as pessoas mais conscientes olham-nas com uma visão crítica. Elas também teriam que se preocupar mais com a polícia, quando esta aparece na favela ficam com medo, têm que ficar mudando de lugar de moradia e cuidar de não exagerar no consumo de coisas supérfluas em casa, sobretudo de mercadorias compradas sem nota fiscal. Elas ficam muito *visadas*, *pichadas*, não podem andar de cabeça erguida e são discriminadas, muitas continuam e “quebram a cara”; outras se acomodam e dizem que já se acostumaram com a vida fácil.

Em relação às condições de vida material a opinião geral é de que a mudança se verifica para melhor. No entanto, segundo as entrevistadas, em vários casos, nem sempre, essas condições continuam após o fim do namoro ou após a prisão ou morte do traficante. Isto também valeria para as condições de moradia, quando se trata de namorada cujo nível faz jus a tal benefício, além da mudança depender de situações em que, por exemplo, elas *colem* com outro bandido, com a prisão ou morte do namorado, quando não ficam apenas desconhecidas ou mal vistas por terem sido mulher de bandido.

A opinião geral é de que elas gozam de maior respeito tanto da comunidade quanto por parte das outras garotas. Mas, há quem ressalve que junto às pessoas conscientes isso não acontece, além da que distingue as pessoas que as respeitam mais e as que as censuram e ainda as que as olham com medo. Segundo uma das entrevistadas, o fim da relação, por qualquer motivo, costuma também levar à solidão, quando elas não se tornam amantes de outro bandido ou vagabundo. Por outro lado, há as que se referem a um sonho, ou ilusão passageira, vivida por elas e que se esvai, sobretudo quando o traficante morre, ou é preso, ou a deixa. Finalmente, há as que se referem às mulheres praticantes do próprio tráfico de drogas que, embora não ocupando os principais cargos de mando, estariam com sua participação direta aumentando na favela.

A maioria opina que a condição de namorada de traficante coloca essas mulheres também em maior situação de risco, principalmente se o namorado é *pixado* (está sendo procurado). *São mais visadas pelos policiais e por traficantes rivais*. Notadamente, se são vistas junto aos namorados ou companheiros ficando gravadas, são *pixadas*, estão mais expostas como alvo nas rixas com facções

diferentes, às vezes até para atingir o namorado, são humilhadas. E, à medida que vão se envolvendo, quando se põem muito em evidência, muitas vezes com ele, chega o momento em que são atingidas, às vezes até com a morte.

Há contudo, quem opine primeiro que não há esse risco maior, porque *elas têm tudo que querem* e porque *risco de vida todos correm, porque todo mundo morre um dia*. Segundo, bem como o grau deste risco também dependeria do tipo da pessoa do traficante namorado e também do tipo da garota que, quando mais calma e comedida, é mais difícil de ser pega pela polícia e terceiro porque o grau de risco também dependeria se a garota mora ou não no interior da favela.

#### 6.2.5. Relações com Namorados

Essas relações, em geral também conflitivas, variam, sobretudo em função do fato dos namorados terem outras mulheres e dependem também de como elas reagem à presença das outras, enquanto em alguns casos são “obrigadas” a continuar a relação porque não têm mais outra escolha. No particular, consequência do fato dos namorados terem várias outras, são apontados como responsáveis por transmissão de *aids* que nesta favela apresentaria alta incidência.

Outros fenômenos apontados por várias entrevistadas como causadores de conflitos com as mulheres e seus namorados traficantes seriam os relativos à violência contra as mesmas (ou simplesmente alvo de uma *coça*) por tais bandidos. Bem como, a presença, ainda que aparentemente minoritária, do uso de drogas por eles, por elas ou pelos dois ou ainda o ciúme destes como motivos também para elas apanharem e, às vezes, até receberem tiro no pé, não raro em público e que deixam marcas físicas nelas, inclusive visíveis no rosto.

Por outro lado, a deterioração ou o conflito no seio desta relação, quando ocorrem, também podem levar ao “castigo” (confinamento, sem poder colocar um pé fora de casa, às vezes até por anos) e inclusive a outras formas extremas de violência. Contudo, há registro também do que algumas delas falam de consideração ou bom trato nas relações, por parte dos namorados, mesmo quando não são as preferidas do conjunto de suas mulheres. De qualquer modo, no entanto, também é registrado que muitas vezes a falta de liberdade nesse tipo de relacionamento pode também ser motivo para que algumas dessas mulheres, depois de envolvidas, deixem esse tipo de vida e procurem uma atividade de trabalho ou de serviço.

Finalmente há, entre as entrevistadas, quem considere este relacionamento amoroso como um “amor bandido”, seja porque as mulheres, apesar das rusgas e brigas, continuam compartilhando com outras, seja porque quando se desfaz geralmente elas arranjam logo outro e também se apaixonam por eles, além do que em um ou outro caso existam mulheres que também não mantêm a fidelidade a um só dos parceiros.

### 6.3 DESCOBERTAS RELEVANTES

A pesquisa revelou uma série de novidades da realidade das mulheres da Favela de Acari, namoradas de traficantes de drogas e de suas relações com eles já explicitadas. Também, em alguma medida responde em termos de comprovação, ainda que relativa, de minha hipótese básica de que a maioria delas experimenta um processo de mobilidade social individual ascendente, ao tempo em que vivem situações de risco social superior às demais jovens mulheres da localidade. Além disso, por um lado, não foi possível discriminar, como pretendi, por ocasião do meu projeto de dissertação, a condição de cor entre as namoradas e as não namoradas dos traficantes e sua influência sobre seus processos de mobilidade ou não.

Por outro lado, no entanto, a pesquisa revela algumas particularidades relevantes sobre essas questões, na medida em que outras distinções importantes permeiam todas as situações e condições e também as mudanças e mobilidades experimentadas pelas mulheres jovens e por seus namorados, além de suas inter-relações, que dizem respeito à hierarquia ou estratos tanto deles como delas.

Com efeito, as características e a própria mobilidade das mulheres e de suas relações com seus namorados variam em função do fato delas serem as do tipo conhecido como “a fiel” ou “a de fé” ou apenas as consideradas “lanchinhos”. Do mesmo modo, tais fenômenos variam também em função de se os traficantes são os “donos”, os “gerentes de boca”, os “vapores”, os “aviões”, os “gambás” ou os “vigias”. Na verdade, as melhores situações e os melhores processos de mobilidade positiva, notadamente as de repercussão de mais longo prazo, como as relativas à moradia, por exemplo, verificam-se com as “primeiras de fé” ou no máximo com as “segundas de fé” e tanto quanto mais alto seja o cargo ou função do seu namorado, desde o de “dono” até o de “vigia”.

No entender das entrevistadas, a “mulher de fé”, que eles chamam de “primeira mulher”, conquista bastante mais coisas. No máximo, até a segunda se sai melhor, nesse desfrute de bom tratamento e de condições materiais, principalmente de bens ou simbólicas. Da terceira em diante, é muito mais difícil conseguir algo significativo. Do mesmo modo, defendem que depende de quem elas namoram, porque tem uma diferença enorme entre ela namorar o “dono” e ela namorar “o vigia”, por exemplo. Se ela namorar o “dono” e for a sua “mulher de fé” ela tem status elevado na favela, além de roupas de marca e outros benefícios. Se ela namorar o “vigia” e for “um *lanchinho*” dele não tem praticamente nada.

Além disso, como já registrado, o caráter de juventude ou maturidade das mulheres dos traficantes, nas distintas posições por elas ocupadas na hierarquia de suas mulheres, varia em função da história de cada um dos dois e de seu relacionamento no tempo. Logo, elas não são necessariamente jovens – havendo o que uma das entrevistadas chama de “bandida velha” – ainda que, quando as primeiras são mais antigas e mantidas, quase sempre haja também a tendência das secundárias serem mais jovens do que aquelas.

Tais diferenças, por sua vez, têm relevância também para os efeitos negativos das condições e processos de mobilidade das namoradas e de seu relacionamento com os traficantes, na medida em que isso contribui também para o grau de seu risco inclusive de morte, como é o caso de um exemplo citado por uma entrevistada em que a namorada foi se envolvendo a ponto de tornar-se a “mulher de fé” do “dono” e com isso terminava dormindo mais com ele e volta e meia chega a Polícia e a leva também, em grande medida porque ela era importante, por ser sua “mulher de fé”.

Outras descobertas da pesquisa são primeiramente a decorrente de informação de uma das entrevistadas, a comprovar por outras fontes, se for o caso, de grande incidência de *aids* na Favela de Acari, por conta provavelmente também das relações afetivas no interior do sistema do narcotráfico, notadamente quando o número de mulheres simultâneas é maior. Em segundo lugar, a do aumento gradativo da participação da mulher na própria atividade do tráfico de drogas, inclusive empunhando fuzil, como afirma uma das entrevistadas, ainda que em posição hierárquica não superior, mas, como assinala com suas palavras: “dependendo da forma que a mulher se trata, também ela pode adquirir status e respeito, porque tem mulher que trabalha ativa no tráfico. Já que a mulher tomou

lugar na sociedade, tem mulher também tomando o lugar no tráfico de drogas, não só aqui, mas em todas as favelas”. E esta entrevistada acrescenta neste caso não ser mulher que ajuda não, é mulher que vende, que carrega fuzil. Outra vez em suas palavras: “A mulher do ‘dono’ pode ajudar se quiser, ela pode esconder as armas na casa dela, ela pode esconder o pó... Ela não deixa de ajudar. Só que trabalhar mesmo no tráfico ela não precisa. Mas tem mulher que trabalha aí dentro. É só entrar que você vê um montão aí dentro. Quer dizer, mulher de atitude, né? Porque quando entra a Polícia não quer saber se é homem ou mulher”.

Finalmente, a pesquisa ainda revelou algo que considero também da maior relevância, sobretudo na relação entre a teorização existente sobre realidades como as da favela, sobre a violência, o tráfico de drogas ou de armas e o crime organizado em geral. Analogicamente, quem sabe poder-se-ia equiparar este contexto com os de outros ilegais, como os da corrupção ou da sonegação, hoje mais em moda, ainda que possam ser considerados sob diferentes óticas como legítimos. É que, como nestes, a participação das mulheres jovens namoradas de traficantes se efetiva simultaneamente entre o mundo legal e ilegal, em várias dimensões, níveis ou esferas.

A rigor, elas circulam por um mosaico de instituições formais do tipo das famílias, lojas, escolas, locais de trabalho, transações diversas, de diversão e lazer etc. e, ao mesmo tempo, pelo interior do sistema do narcotráfico. Poder-se-ia chamar esta dinâmica de uma verdadeira simbiose entre o mundo legal e o ilegal, configurando uma espécie de ambigüidade de convivência com “redes” sociais que aparentemente se excluem, mas que na verdade se interpenetram e se complementam.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação teve seu início com um projeto inspirado preliminarmente numa perspectiva empírica decorrente de minha observação assistemática, enquanto moradora em rua da periferia da Favela de Acari, sobre situações e processos que envolviam mulheres ligadas afetivamente aos traficantes de drogas. Posteriormente, a leitura de bibliografia nacional e estrangeira voltada para temas relacionados a contextos urbanos iguais ou semelhantes aos das favelas, além de alguns relativos à própria Favela de Acari, foram delineando meu objeto de estudo, logo, envolvendo o contexto da favela, a relação entre o narcotráfico e as religiões e particularmente, as características e as relações em que as mulheres e especificamente, as namoradas dos traficantes estavam envolvidas.

Nessa linha, desde o início foi possível não só recuperar descrições e explicações sobre tais temas como observar certas mudanças que certos fenômenos relacionados ao meu objeto central de estudo apresentam ao longo do tempo da vida no contexto da favela. Assim se evidenciou em Acari, de um lado a diferença entre antigos e novos personagens do sistema do narcotráfico. Os primeiros, (como Cy, Jorge Luis e Tonicão) chegaram a passar a imagem de *Robin Hoods* que mesclavam as atividades do tráfico de drogas com a manutenção de verdadeiras redes de assistência social, além de se caracterizarem por ações até protetoras de pessoas ou grupos da localidade. Ao passo que os jovens que os sucederam na direção do sistema de narcotráfico na favela, eram considerados bastante mais agressivos e até perversos no exercício de seus papéis, quadro que recentemente estaria se modificando outra vez, com certo equilíbrio entre as duas tendências anteriores.

Por outro lado, certo distanciamento maior entre a religião e o narcotráfico na favela, durante largo tempo, até o surgimento deste, vem sendo sucedido por dois fenômenos que acompanham este início. De um lado, pela redução no interior da favela da importância das religiões católica e do candomblé, crescimento das igrejas evangélicas neste contexto e, simultaneamente, por certa simbiose ou aproximação maior entre as atividades do narcotráfico e da religião. Outro fenômeno identificado é o de certa institucionalidade de violência contra as mulheres, enquanto com o tempo há um processo de aumento e intensificação da participação da mulher na

comunidade local, manifestada, sobretudo, no seio de algumas organizações especiais, como a igreja, especialmente católica e de entidades como a das Mães de Acari.

Além disso, também foram verificadas, desde então, de um lado a diferença entre as mulheres consideradas exercendo um tipo de trabalho digno e as mulheres de traficantes e do outro a distinção feita por algumas mulheres da localidade entre a condição de bandido propriamente dito e a de homens que exerceriam atividades de trabalho no sistema do narcotráfico. Finalmente, foram evidenciadas também diferenças relevantes nos papéis das mulheres em sua relação com o narcotráfico, enquanto distinguíveis entre as cúmplices, coadjuvantes ou dele participantes diretamente.

A partir desses primeiros delineamentos do meu objeto de estudo, novas incursões em outra literatura mais fértil sobre questões que envolvem as atividades de homens e mulheres em contextos como os das favelas brasileiras e particularmente, sobre a Favela de Acari e, em especial, relacionadas ao tráfico de drogas, culminaram por levar-me a reunir um conjunto de quatro modelos teóricos analíticos que abrangem nada menos que 20 conceitos relevantes, entre os quais as chaves estavam assim discriminados: a) gênero, mulher e juventude; b) contextos urbanos; c) cidadania, exclusão social, identidade e vulnerabilidade; e d) políticas sociais ou públicas.

A partir desses modelos e do inter-relacionamento de seus conceitos mais significativos para os meus propósitos, formulei então preliminarmente a seguinte hipótese: Na Favela de Acari, as mulheres jovens, em sua maioria de cor branca, que vinculam afetivamente a jovens masculinos integrados ao narcotráfico, como gerentes de boca de fumo, experimentam a trajetória de mobilidade social individual ascendente atípica, diferente das mulheres jovens não brancas e não vinculadas a jovens integrados ao narcotráfico que experimentam mobilidade social individual descendente ou estagnada.

À época, correspondendo a essa concepção teórica, imaginei um estudo baseado em relativa revisão bibliográfica, análise de alguns dados secundários e realização de uma pesquisa direta do tipo “survey”, tendo como universo o conjunto de mulheres jovens naquelas duas situações e como unidades de análise tais mulheres numa perspectiva de modelo analítico descritivo e explicativo, de caráter basicamente quantitativo.

Ao longo do curso, minha familiarização com vasta literatura envolvendo outras temáticas e conceitos em alguma medida relacionados ao meu objeto de estudo, fez-me incorporar basicamente àqueles quatro modelos teóricos analíticos iniciais, o relativo à categoria ou expressão conceitual denominada de “proteção social”, que me fez tanto fertilizar o quadro teórico analítico do meu trabalho, quanto reorientar também a perspectiva metodológica.

No aspecto teórico, passei a ter algum grau de proximidade com cerca de 50 conceitos, entre os quais distinguiria como chaves os de proteção social, historicidade das mulheres, sistemas protecionistas, movimentos feministas, dominação masculina, exclusão social interna, externa, forçada, por externalização, por indiferença e por extermínio.

A incursão nesse novo modelo teórico teve, ao menos, três impactos sobre as abordagens do meu projeto inicial: 1º) distinção entre as autorias das duas bibliografias; 2º) o conceito de proteção social substituída de forma mais abrangente, sobretudo, a concepção de políticas públicas e sociais anteriormente adotada; e 3º) assumia uma historicidade peculiar resultante dessa nova abordagem. Com isso, uma perspectiva de caráter mais sociológico inicial foi substituída por uma perspectiva histórico-antropológica, envolvendo por outro lado, as dimensões de curto e longo prazo.

Tais mudanças implicaram por sua vez em uma revisão bibliográfica que me levou inicialmente, a incursionar por dois planos, um macro ou mais amplo, e outro micro ou mais restrito. No primeiro caso, com base nos textos de Suely Costa resgatei um marco analítico relativo à proteção social abrangente da história da Inglaterra e do Haiti, envolvendo transformações desde a idade média até o advento do capitalismo, no qual se evidencia o Estado Providência como caso particular, além da idéia de *circularidade*, em termos de dialética de curta e longa duração. E, quanto ao Brasil, foi possível resgatar uma história envolvendo etapas relativas à assistência e à proteção social, bem como a relação entre as mulheres e os filhos, numa reavaliação do significado da maternidade envolvendo a rua e a creche, numa revisão do conhecimento sobre os sistemas de proteção social e de exclusão social. No caso do Brasil, segundo esta autora, o sistema muito desigual da distribuição de riqueza fortaleceria cada vez mais as alternativas de monetarização que o mercado de trabalho aberto pelo tráfico de drogas, jogo do bicho, criminalidade enfim, generosamente ofereceria as mulheres de famílias, além do rompimento da

conformidade com a pobreza. Na fúria, vingaria a violência que modela a miserabilidade das multidões.

Nesse plano e ainda desta autora são as considerações que distinguem a mulher objeto da mulher sedutora, sobre a diferença entre movimento feminista e história das mulheres, os nexos entre a proteção social e a maternidade transferida e a diferença entre proteção social primária (no interior da qual estariam certas redes que poderiam envolver atividades como a do tráfico de drogas) e a proteção social secundária, referida às políticas públicas ou sociais.

Ainda nessa incursão, Virginia Fontes forneceu-me concepções como as de Balibar, segundo as quais se deveriam admitir a existência de incluídos num mercado exterior, de excluídos por dentro (fora do assalariamento, mas dentro do mercado), de E. Reis sobre o “familismo amoral”, ou seja, uma modalidade singular de pertencimento a organizações criminosas, gangues, quadrilhas etc. e, ainda a da integração perversa, equivalente ao processo de incorporação ao trabalho baseado em atividades criminosas.

Tais abordagens incorporadas aos modelos analíticos que assumi anteriormente fizeram-me desde logo recompor primeiro o modelo teórico global no sentido de perseguir uma perspectiva dialética de curto e longo prazo, ao menos em dois sentidos. Um, seria o relativo aos ciclos mais globais de prevalência dos paradigmas do sistema capitalista brasileiro e suas manifestações temporais e locais e outro, o relativo ao passado e ao futuro, em termos de história das mulheres objeto do estudo, além de uma relação harmônica, conflituosa ou ambos simultaneamente, entre os sistemas de proteção social primária e secundária. Nesse sentido é que o preceito do narcotráfico poderia ser concebido como um sistema de proteção social primário, segundo o qual haveria benefícios em curto prazo e certa brumidade ou alta vulnerabilidade, em longo prazo.

Em seguida, incorporamos as idéias de Alba Zaluar sobre violência, juventude e pobreza, com seu referencial empírico do próprio Rio de Janeiro, segundo a qual seu estudo aqui resgatado “baseou-se no caráter interativo dos circuitos, redes, estilos de lazer e processos sociais mais difusos que culminam numa atividade criminosa: o tráfico de drogas” e que “tal interação o nivelaria aos negócios, a alguma forma de organização e logística de distribuição de drogas e de armas, que no varejo pode ser regular ou irregular, meio de vida ou de enriquecimento e uma atividade intermitente ou temporária”, relacionada à incidência diferencial de alguns

crimes observados nos três bairros por ela pesquisados (Copacabana, Tijuca e Madureira) e comparados em seus vários estilos de uso e de tráfico.

É também desta autora a constatação de que nos bailes “funk” (cujas características diferenciam-se dos de Acari) percebe-se facilmente a interferência do tráfico de drogas e de que eles condicionariam ou preparariam os jovens para a guerra que enfrentam nas favelas da cidade, pela apreensão dos elementos da coragem no combate e da indiferença diante do sofrimento do inimigo, tornando os jovens “durões” ou “machões”, além do registro de que nas escolas de samba, ainda que manifeste sua posição de ser o samba uma alternativa ao uso e tráfico de drogas, este também se verifica.

Também recorri a outros autores para subsidiar minhas reflexões em torno do objeto de meus estudos, no tocante às relações entre gênero, raça e desigualdades. Dessa conexão, a primeira contribuição esteve nos textos em que Sueli Carneiro critica trabalho de Joel Rufino dos Santos, seja quando esta autora afirma que “a mulher branca, enquanto representação do poder dos brancos é em geral a mediação através da qual se processa o diálogo e o pacto entre a sociedade masculina, neste caso entendida como os homens brancos e a sociedade feminina”, seja quando registra que “a mulher branca permitiria a esse homem negro apresentar-se diante do homem branco, aliviado do complexo de castração, porque se teria tornado capaz de tomar a mulher do outro, condição indispensável para que homens machistas que historicamente não puderam defender suas mulheres e tiveram que cedê-las a outros, sintam-se recuperados em sua auto-estima e capacidade fálica”. Finalmente, sobre esse nexos também a recente polêmica entre os autores da teoria da *dialética do malandro* e a da *dialética da marginalidade*, sugere que o que conta é o dilema coletivo e que se caracteriza por um esforço de interpretação dos mecanismos de exclusão social pela primeira vez realizado pelos próprios excluídos.

Por último, nessa busca de suportes teóricos na bibliografia existente sobre nexos com o meu objeto de estudo, incursionei também pelo âmbito da relação entre a dominação masculina, a violência simbólica e a estrutura de mobilidade social feminina. Então encontrei subsídio basicamente no pensamento de Pierre Bourdieu, para quem “os signos masculino e feminino são uma construção social que resulta de uma ‘existência relacional’ dos gêneros, sendo produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como

corpo socialmente diferenciado do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes), isto é, como *habitus* viril, portanto, não feminino ou feminino e, portanto, não masculino”. Na esteira dessa concepção em que se percebe a dominação das estruturas cognitivas que confere o valor simbólico a homens e mulheres operando por vias de mão dupla, segue-se que o interesse de homens – em sua maioria, negros – envolvidos com a atividade do tráfico de drogas e, sobretudo em cargos de mando dentro do sistema, por mulheres brancas não seria fortuito.

Com base nessa abordagem agora inteiramente reorientada resultou como conseqüência lógica, a reformulação igualmente de minha hipótese inicial de pesquisa que passou a ser a seguinte: “As mulheres namoradas de traficantes, no curto prazo, são protegidas ou beneficiadas pelo sistema do narcotráfico, notadamente com a elevação do padrão de vida, mas, em longo prazo, estão mais sujeitas a provável vulnerabilidade manifestada até por encarceramento ou extermínio violento, ainda em idade jovem.

Em termos metodológicos esta reorientação teórica traduziu-se na transformação da parte da pesquisa direta numa investigação de caráter mais histórico-antropológico e de caráter mais qualitativo, como já evidenciado e explicitado e cujos resultados estão aqui resumidos. No plano da pesquisa empírica, além das dificuldades já apontadas para obtenção de resposta às entrevistas, acrescenta-se a singularidade de que os esforços iniciais de aproximação com as mulheres a serem entrevistadas foram frustrados e só posteriormente foi possível o acesso às que foram efetivamente investigadas. Isto se deve particularmente ao fato de que as primeiras iniciativas, através de segmentos ou setores do mundo masculino foram em vão. Afinal, só se tornou possível o acesso às entrevistadas e a própria realização das entrevistas, com a utilização das vias de relações basicamente informais, através do segmento ou setor do mundo feminino.

Em paralelo a esses ângulos teóricos e dos dados empíricos constantes da literatura examinada. e resultante da pesquisa direta exposta, foi possível levantar outras questões relativas particularmente aos limites gerais a que está sujeita a mobilidade social das mulheres, especialmente nas condições de co-participantes do sistema do narcotráfico e em contextos sociais como os das favelas brasileiras, em particular, a de Acari.

Com efeito, historicamente as possibilidades de mobilidade social individual ascendente por parte das mulheres têm sido bastante reduzidas quando comparadas com as dos homens. Já faz alguns anos que a distância entre os graus de mobilidade social dos homens e das mulheres experimentou uma redução considerável, embora a mulher, em geral, continue a ter condições gerais e de trabalho, além de remunerações, em média, inferiores às dos homens.

Por outro lado, mais recentemente ocorreram várias mudanças em relação ao fenômeno do trabalho praticamente em todo o mundo. No que respeita à população em idade de trabalhar, que é determinada pela idade legal para o trabalho e que constitui a norma em relação à qual se define a “população ativa”, foi regularmente submetida a importantes variações. Esta população, hoje, está delimitada por dois marcos: um piso (a idade da escolaridade obrigatória) e um teto (a idade da inatividade). Ao longo de todo o século XIX e até a metade do século XX, a população em idade de trabalhar definia-se unicamente por seu piso: ela tinha mais de 10 anos até 1841, mais de 13 anos de 1881 até 1936, mais de 14 anos de 1946 a 1955. Não foi senão no começo dos anos 60 que se viu aparecer um teto do qual a altura não cessou de baixar, passando de 74 anos em 1962 para os 64 anos que se conheceu depois dos anos 80. No espaço de mais ou menos um século e meio, a idade de trabalhar passou então dos mais de 10 anos para os 17-64 anos. Nos decênios dos anos sessenta aos anos noventa; a população em idade de trabalhar caiu em treze anos. Daí compreender-se que uma parte importante das evoluções da população ativa reside nas flutuações desta norma estatística construída pela legislação e as práticas sociais. Além disso, medida em taxa de atividade por faixa de idade, a idade real de trabalho mostra uma evolução ainda mais acentuada. A tendência geral é de baixa depois do fim do século XIX, mas é na segunda metade do século XX que o movimento conhece toda sua amplitude: as taxas de atividade dos jovens homens de 15 a 24 anos, tanto quanto aqueles maiores de 55 anos são divididos por dois, passando de 77% em 1954 para 42% em 1989 para os primeiros e de 58% para 24% para os segundos. A tendência é sensivelmente a mesma para as mulheres, mesmo com a queda menos acentuada: parte-se de taxas de atividade nitidamente menos elevadas (51% nas de 15-24 anos, 25% nos mais de 55 anos em 1954) para alcançarem-se hoje as cifras que se aproximam das taxas masculinas (respectivamente 35% e 13%).

Finalmente, as restrições de mobilidade ascendente têm a ver também com a questão das crescentes taxas de desemprego nos últimos anos. Com efeito, nos anos setenta, o acesso dos jovens em geral a um “verdadeiro” emprego passou a ser limitado pelo desemprego (um desemprego de inserção), sobretudo pelos menos qualificados. Depois dos anos noventa tornou-se cada vez mais difícil para um jovem entrar no mercado de trabalho com um emprego de duração indeterminada.

Nesse processo as relações do desemprego com as políticas públicas voltadas para o seu combate terminam reforçando várias concorrências entre as quais as diferenças entre os sexos: as jovens mulheres são regularmente mais tocadas pelo desemprego que os jovens homens e até o efeito protetor dos diplomas joga menos favoravelmente para elas. Elas são cada vez mais tocadas pelo debilitamento das relações de trabalho e isso também porque elas se dirigem mais para o setor terciário, onde a proporção dos empregos precários é particularmente maior.

Frente a todos os fenômenos parciais de destruição, a teoria neoliberal contesta com uma apologia constante que, por dedução de princípios, chega ao resultado de que o automatismo do mercado é o meio mais adequado para solucionar todos os problemas. Já houve quem sugerisse o nome apropriado a este tipo de pensamento: *máquina de liberdade*. Assim se crê que o mercado, como simples automatismo, produz liberdade, do mesmo modo que uma fábrica produz salsichas. Trata-se do totalitarismo do mercado. A máquina de liberdade humana transforma-se em uma máquina de horror. Isso porque a liberdade humana não pode consistir senão em uma relação do sujeito com as instituições, na qual o sujeito submete a elas suas condições de vida. Porém, as máquinas de liberdade prometem a liberdade, como resultado da submissão absoluta, às instituições e suas leis e identificam-se com elas. Não admitem nenhuma subjetividade do ser humano. Transformam-no em uma parte da engrenagem da máquina de liberdade. O que não funciona como parte desta máquina pode-se desprezar. Este é na atualidade o destino do ainda denominado terceiro mundo.

Nesse processo, que em última instância representa a lógica do capitalismo atual, uma das crises é a do ser humano, ameaçado pela exclusão de grande parte da população mundial da divisão social do trabalho. Esta exclusão, que sem dúvida está crescendo, leva as populações excluídas a recorrerem a estratégias precárias e desesperadas de sobrevivência que ameaçam a própria sociedade. Esta exclusão

se faz presente em todas as partes, porém com mais intensidade no denominado “terceiro mundo”.

Quando a ordem do mercado produz suas crises fazem-se mais visíveis sua desordem intrínseca e as forças compulsivas dos fatos que produz. Frente a essas crises, cada um dos participantes é arrastado por um torvelinho do qual não sabe como escapar. A totalização do mercado conduz a renúncia a qualquer comportamento racional. O racional passa a ser a loucura, a loucura é o racional. Todos os critérios se confundem. Fora dito antes que “cada participante no mercado, ao tratar de salvar-se, ajuda a que todos se arruinem”. Todos querem se salvar; não obstante, ao tratar de salvar-se, cada um por sua conta, impedem-se mutuamente a possibilidade de salvar-se.

Esse é o pano de fundo que faz com que estas mulheres recorram a um comportamento que embora ilegal adquire sua legitimidade enquanto formas de desvio das situações de marginalização frente, sobretudo a bens e serviços que lhes garantem um padrão de vida material mais ou menos próximos da situação das pessoas que tem um mínimo de satisfação socioeconômica garantida. Não deixa de ser uma saída no interior da lógica do “salve-se quem puder”. Parece ser na seqüência natural dessa lógica da loucura que uma mulher moradora de favela do Rio de Janeiro, já afirmou: “Só nos resta aderir à cultura da violência, ao culto das armas. Porque os nossos bandidos são como são. Não tentam enganar ninguém”.

O exame da possibilidade da estratégia de namoro burlar a dominação masculina e garantir de alguma forma uma participação significativa no poder foi um dos itens difíceis de analisar e chegar a algumas conclusões com tão poucos elementos de análise empírica ou teórica. É que não parecem tão claras as possibilidades nesse caso; sobretudo, por sair do terreno do quadro geral econômico e político, por assim dizer, do capitalismo e de sua lógica que conduz a comportamentos legais ou não legais, legítimos ou não legítimos decorrentes de estratégias de sobrevivência muito mais no plano material. No entanto, é possível ter pistas de uma (re) significação do poder em sua relação com o “outro” dentro de um território sócio-econômico especial, como a favela. Ressalte-se também a vulnerabilidade temporal a que o “poder”, em contextos como os já mencionados, estariam submetidos.

Já aqui, se trata da inclusão da relação afetiva e que no caso dessas mulheres resulta num processo de mobilidade social individual ascendente e numa

situação de superioridade no tocante ao acesso ou posse de bens e até a vivência de hábitos típicos de pessoas de camadas sociais a partir da média. Mas, não é possível afirmar que a isso corresponda necessariamente a uma superioridade de exercício de poder, notadamente no tocante às relações mais referidas ao sistema do narcotráfico em si e às ações violentas ou criminosas. Por outro lado, parece ser na extensão das redes de sociabilidade, e outras dimensões a ele ligadas, que formas peculiares de representação de um tipo particular de poder encontram espaço para se realizarem.

Em resumo, quando é suscitada essa dimensão afetiva da relação entre as pessoas, notadamente de caráter não apenas fraternal, para os dados e leituras que disponho no momento, parece-me ainda um terreno relativamente nebuloso. Isto, porque, nos limites dessa dissertação, não há como distinguir mais claramente o caráter da dominação masculina e feminina no interior do processo mais amplo e muito menos de afirmar que antes haveria por parte dessas mulheres um poder que permaneceria com a situação do namoro.

Contudo, é possível registrar que todo esse arcabouço resultante da confluência da reflexão sobre o estado da arte com os resultados da pesquisa empírica já comentada, não fora em vão. Ele permite hoje, não apenas confirmar parcela significativa de minha hipótese inicial e, sobretudo, da posteriormente reformulada, na medida em que comprova ao menos o processo de mobilidade social individual ascendente de algumas mulheres que namoram traficantes na Favela de Acari, além das distintas exposições a riscos ou vulnerabilidades até o nível do extermínio, a que estão sujeitas com graus diferenciados na dependência do prazo considerado. Além disso, permitiu-me de um lado estabelecer marcos contribuintes para maior esclarecimento dos nexos entre o pano de fundo de realidades socioeconômicas em que se inserem as nossas favelas e do outro identificar algumas especificações ou descobertas relevantes que este estudo sugere. Entre estas, estão a necessidade de melhor distinção sobre a condição em que a mulher se situa, enquanto companheira do traficante (se uma das possíveis *de fé*, ou apenas uma *amante* ou *lanquinho*), se é também mais antiga ou mais nova como companheira dele e até mesmo se ela é mera *cúmplice*, *coadjuvante* ou *participante direta* do sistema, da mesma forma que é necessário distinguir se o traficante é “*dono*”, “*gerente*”, “*vapor*”, “*avião*”, “*gambá*” ou “*vigia*”, situações que

diferenciam em muito a configuração e o significado dos figurantes e dos seus relacionamentos.

Permitiu-me também registrar algumas mudanças significativas no processo de desenvolvimento do sistema do narcotráfico e das características e ação dos seus principais personagens, bem como em alguns subsistemas de algum modo relacionados com o do narcotráfico, como é o caso do sistema religioso, do Estado e seus aparatos repressivo e preventivo e do mercado, sobretudo de distribuição e circulação de bens e serviços em geral. No primeiro, as transformações do peso relativo de cada uma das religiões lá predominantes com particular presença, mais recentemente, da evangélica, no segundo das distintas fases de ações mais ou menos contundentes ou continuadas por parte da força policial e no terceiro dos apelos e das oportunidades de consumo e dos seus volumes e mecanismos mais ou menos atualizados.

Outras mudanças significativas registradas neste estudo dizem respeito à relação das associações de moradores com o narcotráfico, inicialmente mais distanciadas e em seguida mais próximas, no sistema de estratificação social da favela que antes apresentava nos seus estratos superiores principalmente as categorias dos “birosqueiros” e dos detentores de maior quantidade de instrumentais relativos ao sistema de consumo de bens coletivos. Posteriormente, passaram a incorporar em todos os estratos, os níveis diferenciados dos participantes do narcotráfico, inclusive os estratos superiores e, finalmente, com a mudança do tipo dos “donos” e gerentes de menos para mais agressivos e perversos também fora registrado o aumento constante da violência dos traficantes com as mulheres, com as ressalvas das transformações mais atuais, de relativo balanceamento entre as tendências anteriores.

Nessas idéias conclusivas, no que diz respeito ao nível que poderia ser analogicamente relacionado a uma perspectiva prognóstica, o primeiro resgate dos resultados deste estudo é o que registra que a rede complexa de proteção social que se configura no contexto da favela permeia as esferas da normalidade e anormalidade, da legitimidade e ilegitimidade, da formalidade e informalidade, da legalidade e ilegalidade, de sorte que não é simples separar ou distinguir entre elas nem, por exemplo, como se imbricam as simbióticas relações que, embora pareça paradoxal, sancionam e/ou ao mesmo tempo protegem, beneficiam ou premiam,

tanto os traficantes quanto suas namoradas, numa íntima e peculiar mescla entre esses subsistemas, inclusive nos seus níveis primário e secundário aí existentes.

No tocante à pesquisa direta ainda se descortinam como passíveis também de futuros detalhamentos de significados em estudos posteriores, dimensões ou nexos que pretendi elucidar mais, sem ter conseguido em minha dissertação, a saber: o peso relativo da idade, da raça ou cor, da situação de trabalho e do nível de escolaridade, na relação com o processo de mobilidade das mulheres ou ainda da articulação mutuamente sustentável, por exemplo, entre os subsistemas de mercado, da religiosidade e do Estado.

Nesse sentido, as carências não elucidadas ou as novas sugestões afloradas das reflexões aqui desenvolvidas e apontadas constituem-se em sinalizadores para possíveis novos projetos de aprofundamento dos estudos com o objeto por mim escolhido, inclusive de minha parte, se for o caso. Com tal perspectiva de maior aprofundamento e detalhamento das descobertas aqui apontadas, no plano da relação entre a teoria e o método, certamente será possível balancear ou equilibrar mais os enfoques sociológico e antropológico ou o histórico estrutural e o conjuntural. No plano metodológico isso exigirá a ampliação do tamanho e das dimensões de discriminação da amostragem ou das subamostragens, podendo-se desde logo também registrar que com isso também se ampliará as dificuldades de obtenção de respostas do conjunto de entrevistas previamente pretendido, como este estudo revelou, pelas razões óbvias de se tratar de universos abrangendo pessoas e grupos com alto grau de risco ou elevada vulnerabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Engendrando um novo feminismo: Mulheres Líderes de base*. Brasília: UNESCO, 1998.
- ABREU, M.; SOIHET, R. (org) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALVIM, Rosilene, “*A Luta pelo direito de enterrar os filhos*”, in *Estudos Feministas*, IFCS/UERJ, vol. 3, n. 2, RJ, 2º. semestre, 1995.
- ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro. Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica*. In *Ciências Humanas e Pesquisa*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- ARENDT, H. *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- BIANCO, Lucien. “*Resistance paysanne*”. *Actual Marx*, nº 22, 2º semestre, 1997, pp. 138-152.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BURGESS, Ernest W. and BOUGUE, Donald J. *Contributions to Urban Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.
- CARDOSO, Ruth e outras. *Sobre mulher e violência*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1985.
- CARNEIRO, Sueli, “*Gênero, Raça e Ascensão Social*”, in *Estudos Feministas*, IFCS/UERJ, vol. 3, n. 2, RJ, 2º. Semestre 1995.
- CARRETEIRO, Tereza Cristina e SUDBRACK, Maria Fátima, “*Drogas, Juventude e Complexidade*” (Relatório de Pesquisa, mimeografado), RJ, 2004.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da Questão Social. A crônica do salário*.

- Tradução de I.D. Poleti. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. *The information age: economy, society and culture*. In: Volume III – End of millennium. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- CASTRO, Mary. *O migrante na Cidade do Rio de Janeiro* (dissertação de mestrado – mimeo), Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.
- CASTRO, Pedro. “*Indícios na Teia da Mobilização Popular Urbana: O Caso de Acari*”, in “*Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*” (Renato Boschi-org), Zahar Ed., RJ, 1982.
- \_\_\_\_\_, *Sociologia Sobre e Sub urbana*. Niterói/RJ, EDUFF, 1993.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, S. G. “*Proteção Social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva*”. Estudos Feministas, vol.10, N.2, 2º semestre de 2002, p. 301-324. Florianópolis, SC: UFCS/CFH/CCE, 2002.
- \_\_\_\_\_ et. al. *A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: Ensaio de Historiografia*. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NETUG. – v.2, nº1 (2.sem.2001). Niterói: EdUFF, 2001. p.7-30
- \_\_\_\_\_ *Sociedade Salarial: a contribuição de Robert Castel e o caso brasileiro*. Serviço Social e Sociedade, nº 63, Ano XXI, p. 5-26, jul. 2000.
- \_\_\_\_\_ *Signos em transformação. A dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- COUTINHO, Maria Lúcia Rocha, “*Tecendo por Trás dos Panos*”, Ed. Rocco, RJ, 1994.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania mulher e a morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DINIZ, Eli (org.). *Políticas públicas para áreas urbanas: Dilemas e alternativas*. Série Debates Urbanos – Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- FLEURY, S. *Política social, exclusión y equidad en América Latina en los 90*. In: Nueva Sociedad, nº 156, julho/agosto, 1998.
- \_\_\_\_\_ *Estado sem cidadãos. Seguridade Social na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- FONTES, Virgínia. Revista Tempo, Rio de Janeiro. Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 34-58.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos. *Mães de Acari: Preparando a tinta e revirando a Praça – um estudo sobre mães que lutam* (tese de doutorado – mimeo), Rio de

Janeiro: UFRJ, 2000.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de M.B. Amoroso. São Paulo: Campanha das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de C. *Venturas e desventuras de uma república de cidadãos*.

GRAFMEYER, Yves. *Sociologia urbaine*. Paris: Éditions Nathan, 1994.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HASENBALG, Carlos & VALE, Nelson do. *Relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

HEIBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_, *Jovens acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

HOBBSAWM, E. *A invenção das tradições*. Tradução de C.C. Cavalcanti. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HOPENHAYN, Martin (org.). *La Grieta de las Drogas. Desintegración Social y Políticas Públicas en América Latina*. Santiago: CEPAL, 1997.

\_\_\_\_\_. *La Vulnerabilidad reinterpretada: Asimetrías, Cruces y Fantasmas*. Santiago: CELADE/CEPAL, 2001.

HUNTLEY, Lynn & GUIMARÃES, Antônio Sérgio Santas (Orgs). *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOVELL, Peggy. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, UFMG: CEDEPLAR, 1991.

LUDEMIR, Julio. *No Coração do Comando*. Ed. Record, RJ, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sorria, Você Está na Rocinha*. Ed. Record, RJ, 2004.

LUXEMBURGO, R. *A luta contra a economia natural. A acumulação de capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Anticrítica. . Tradução de M. V. Lisboa e W. Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher? Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.

MEYER, Dagmar E. Estermann (Org.). *Saúde e sexualidade na escola*. Cadernos de

- Educação Básica; 4 – Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MESQUITA, Lauro Souza de. *Favela de Acari: uma experiência em saneamento básico*. (dissertação de mestrado – mimeo) – Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.
- MOURA, Cláudio. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PASTORE, José; do Valle Silva, Nelson. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- \_\_\_\_\_, *Políticas sociais*, Brasília: IPEA ano 1 junho de 2000.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RAWLS, J. *Uma teoria da Justiça*. Brasília: UnB, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Political liberalism*. New York: Columbia University Press, 1993.
- REICHMANN, Rebecca, “Mulher Negra Brasileira: um Retrato”, in Estudos Feministas, IFCS/UFRJ, vol. 3, No. 2, RJ 1995.
- REIS, E. P. *Desigualdade e solidariedade. Uma releitura do “familismo amoral” de Banfield*. In: Revista Brasileira de Ciências sociais, nº. 29, ano 10, outubro, 1995.
- ROCHA, João Cezar de Castro, “Dialética da Marginalidade”, FSP, Caderno mais!, SP, 29.2.2004.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história Island of History*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SANTOS, B de S. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 1997.
- SANTOS, W.G. dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCALON, Maria Celi. *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ – UCAM, 1999.
- SCOTT, Joan. *A mulher trabalhadora*. IN; DUBY, G.’PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Tradução de M.H. da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento, 1994.
- THOMPSON, E. P. “*Patrícios e Plebeus*”. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de R. Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- TODOROV, T. *A vida em comum*. Ed. Papyrus, 1996.
- TOPOLOV, Christian. *Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e*

*a população das metrópoles em princípios do século XX*". In: RIBEIRO, Luiz César de. *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Civilização Brasileira, 1996.

VELHO, G. & ALVITO, M. (Orgs.) *Cidade e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ-FGV, 1996.

VENTURA, Miriam. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. São Paulo: M. Ventura, 2002.

VIANNA, M.L. Werneck. *Desproteção: outra face da pobreza*. Presença. Revista de Política e Cultura, n.18, Rio de Janeiro, Junho de 1992.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_ *A globalização do crime e os limites da explicação local*. In: *Cidadania e Violência* (org.: Gilberto Velho e Marcos Alvito), Rio de Janeiro: Ed. UFRJ-FGV, 1996.

\_\_\_\_\_, *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*, Ed. FGV, RJ, 2004.

## ANEXOS

### LETRAS DE MÚSICA FUNK TOCADA NOS BAILES DA FAVELA DE ACARI QUE TÊM COMO PRINCIPAL TEMA OS RELACIONAMENTOS AMOROSOS COM TRAFICANTES

#### Música 1

Não tenho nada contra as de fé,  
Mas eu Mc Nem, só fecho com as amantes.  
Se tem mulherada que gosta de comer o marido dos outros,  
Dá um gritinho....

Refrão: Ah! Que isso, eu to comendo o seu marido!...  
Ele me chupa ele me lambe, ele não para com isso,  
Eu to comendo o seu marido!...

Oh! Pras fiéis eu mando assim,  
Se liga aí fiel,  
Pra você eu só lamento,  
Se tu der mole na pista,  
O seu marido eu como mesmo.  
Não briga em casa, não deixa ele stressado,  
Senão ele me procura e eu dou conta do recado.

Ai, meu Deus. Eu já estava me esquecendo ,  
Se tu der mole na pista,  
O seu marido eu como mesmo, heim...

#### Música 2

“Lanchinho da madrugada.” [Os homens cantam para as mulheres]

A minha mina está em casa  
Ta dormindo no sofá  
Enquanto eu vou pro baile  
Preparado pra zoar  
Tô pegando uma mulher  
Que pensa que é minha mina  
Só pego naquela noite  
Pra fortalecer o dia  
Não compara com a de fé  
É lanchinho da madrugada  
Mas se mexer com a fiel  
Tu vai se ligar na parada  
[Refrão] A minha mina  
Ela não liga é pra nada  
As minas que eu pego na pista  
É lanchinho da madrugada

### Música 3

Eu não tenho nada contra as amantes,  
 Mas eu Mc Kátia, só fecho com as de fé, entendeu?  
 Então, olha pra cara dessas comédia e fala:  
 O marido é meu “por...a”!...

Oh, pras amantes eu mando assim,  
 Quando tu tiver disposição, tu vai encontrar o seu.  
 Quando tu encontrar o seu,  
 Todo mundo vai comer.

Curto em todos os baile funk,  
 Eu vou deixando um papo assim:  
 Fiel é fiel  
 Lanchinho é lanchinho.

Mas a lanchinho e as amantes, diz que come geral  
 Quando ela encontrar o dela,  
 Vai querer passar moral.

Se liga nesse papo que as fiel vão te dizer:  
 Quando tu encontrar o seu,  
 Todo mundo vai comer...

### Música 4

Já vi que tem um montão de amante aqui  
 E também um montão de fiel.  
 Quando chegar aquela mina que é fiel, cheia de marra,  
 Batendo no peito dizendo, eu sou a fiel e você é a amante,  
 Você não se oprime.  
 Que a gente é amante, mas a gente tem o nosso valor.  
 Sabe por causa de quê?  
 Ele deixa ela em casa lavando, passando, fazendo aquele processo todo,  
 E vem atrás de nós,  
 Então, nós é amante valorizada né.  
 Ele deixa ela em casa, lava passa e cozinha...  
 E vem atrás de nós pra poder dar àquela moral das amantes.  
 Então, você olha na cara dessa mina e fala assim:  
 Sai mulher marmita!...  
 Ah! Sai, sai mulher marmita!...  
 Tu esquenta, a gente frita. A gente frita...

Tu esquenta a sua cabeça pra falar que é fiel,  
 Enquanto você esquenta, ele me leva até o céu  
 Então: Ah, sai. Ah, sai...  
 Sai mulher marmita!...  
 Tu esquenta, a gente frita...

Oi, eu comi o seu marido,  
 Porque eu tenho disposição.  
 Na mão pra mim é esporte, na cama, a solução.  
 Então, sai mulher marmita!...

### **Música 5**

É isso aí, tem que ter capacidade pra encarar a fiel.  
 Que comer o marido dos outros é fácil,  
 Mas a disposição pra encarar a fiel ela não tem.

Realmente eu tava em casa dormindo no sofá,  
 Ele chegou na madrugada,  
 É hora de desenrolar.  
 Se liga na parada,  
 Pra amantes eu confirmo,  
 Ele tentou me esculachar...  
 Eu espanquei o meu marido!...  
 Ele tentou me trair,  
 Ele ficou fud...do!  
 Eu espanquei o meu marido!...

Se liga aí amante,  
 Sou fiel e já espanquei o meu marido,  
 Agora é a sua vez.

Ela diz que vai comer,  
 Olha o papo da amante.  
 Quem vai comer sou eu...  
 Eu vou te comer na porrada.  
 Quem vai comer sou eu.

Se na mão pra tu é esporte,  
 Na cama a solução,  
 Então, esquece o meu marido,  
 Vem aqui fazer na mão.

Pra comer o meu marido tem que ser melhor eu.  
 Tem que saber fazer gostoso  
 E assumir que ele é seu.

Come o macho de geral e não tem nenhum real.  
 Compra roupa na feirinha e das de fé tu passa mal.  
 Ele te come no beco e no barracão.  
 Malote! Só na minha mão...

## Música 6

“Duelo de Fiel contra amantes”

Se liga massa funkeira, o papo vai ficar sério,  
Vou convidar Mc Nem pra vim bater um duelo.

Mc Kátia, a fiel, pra você eu confirmo  
Se for pra defender as amantes,  
Eu vou duelar contigo.

[Mc Kátia] Se liga massa funkeira,  
Sou fiel e to bolada.  
Toda vez que eu venho cantar,  
Sobe uma lanchinho da madrugada.  
Diz que se marcar ela come mesmo...  
Já to cansada de ouvir isso.  
Quando não é esse papo, a comédia diz que vai comer o meu marido.  
Pra mim, quem canta essa parada é só Mc Nem.  
Aí vem qualquer lanchinho da madrugada pra se amostra,  
Aí quer subir pra cantar também.  
Toda massa funkeira acha que nós somos inimigas.  
Mas vocês estão todas enganadas,  
Eu e a Mc Nem somos amigas.  
E a minha disposição vocês sabem como é...  
A Nem defende as amantes  
E eu, Mc Kátia honro a minhas de fé.

[Mc Nem] Sempre gostei do baile funk,  
Claro, com muito orgulho.  
Ela defende as de fé,  
Que das amantes, eu compro o barulho.  
Toda vez que eu chego pra representar,  
Brota um monte de mulher,  
Bate nos peito, quer até brigar, só pra dizer que a comédia é de fé.  
Mas eu vou te dar um papo,  
Se liga nessa parada,  
Eu Mc Nem defendo as amantes,  
E as de fé, Mc Kátia.  
Mas, se liga nesse papo,  
Vou dizer no sapatinho,  
Se você não é amante nem fiel  
Pra nós tu é mulher lanchinho...

[Mc Kátia] Se liga safadona no que eu vou te falar,  
Contigo é só cachorrada,  
Comigo é pra casar.

[Mc Nem] Sou safada, sou cachorra  
E também sou sem-vergonha.

Mas ele te deixa em casa e me leva pro Verona [*nome de motel*]

[Mc Kátia] Oh, amante cheia de marra!  
Vê se para de gracinha.  
Ele jamais te faz mulher,  
Ele te faz é de quentinha.

[Mc Nem] Eu não quero nem saber se você é a de fé  
Pois é a mim que ele procura.  
Ele não larga do meu pé.

[Mc Kátia] Amante, meu papo é curto,  
Comigo, tenta quem pode,  
A sorte ta lançada, se não gostou, me engole.

[Mc Nem] Oh, fiel recalçada, o melhor é ser amante,  
Enquanto eu como o seu marido,  
Tu se acaba lá no tanque.  
Lava, passa e cozinha, faz tudo direitinho.  
E só pra te deixar bolada,  
Eu to comendo o seu marido!...

[Mc kátia] Oh amante recalçada,  
Para de ser assanhada,  
Pensa que ta abalando,  
Mas ta sendo enganada.  
Se tu quer continuar essa parada,  
Então, valeu, eu estou despreocupada porque  
O marido é meu!...